



Zé Ronaldo
GOVERNADOR
VICE · MÔNICA BAHIA

UM NOVO CAMINHO PARA A BAHIA

PROPOSTAS DE GOVERNO

COLIGAÇÃO CORAGEM PARA MUDAR A BAHIA

 **DEMOCRATAS**

PROPOSTAS DE GOVERNO 2019-2022

UM NOVO CAMINHO PARA A BAHIA

JOSÉ RONALDO GOVERNADOR

COLIGAÇÃO **CORAGEM PARA MUDAR A BAHIA**

DEMOCRATAS • PSDB • PSC
PTB • PRB • PV • SD • PPL

Agosto 2018

ÍNDICE

MENSAGEM DE JOSÉ RONALDO	4
A CRISE BAIANA	7
DIRETRIZES PARA O FUTURO	12
I – PROJETOS ESTRATÉGICOS	14
DE INICIATIVA ESTADUAL DEMANDAS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL	
II – PROGRAMAS ESPECIAIS	18
MELHORAR – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL TRANSFORMAR – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO SEMIÁRIDO	
III – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	23
INDÚSTRIA AGRICULTURA E PECUÁRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS TURISMO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	
IV – DESENVOLVIMENTO SOCIAL	42
EDUCAÇÃO BÁSICA SAÚDE PÚBLICA TRABALHO E RENDA PROMOÇÃO SOCIAL CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS CULTURA ESPORTES E LAZER	
V – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	66
MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESENVOLVIMENTO URBANO	
VI – INFRAESTRUTURA	80
RECURSOS HÍDRICOS SANEAMENTO BÁSICO TRANSPORTES ENERGIA COMUNICAÇÕES	
VII – ORDEM PÚBLICA	99
SEGURANÇA PÚBLICA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DEFESA CIVIL	
VIII – GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	106
SERVIÇO PÚBLICO GESTÃO FISCAL	
CORAGEM PARA MUDAR A BAHIA	116

MENSAGEM DE JOSÉ RONALDO

“O povo é mais sentimento que ideia”. A frase do poeta Castro Alves expressa uma verdade em que acredito. Quando me declaro baiano, não é apenas porque nasci na minha querida Paripiranga, cidade ao norte do Estado. Mas por também ter dentro de mim um sentimento comum àqueles que não só nasceram, mas escolheram viver nesta Terra de Todos os Santos. Nas minhas veias, circula o amor pela Bahia, a liga que une e forma o nosso povo.

Ao norte, sul, leste ou oeste dos 567.295 Km² de nosso território, no sertão ou no litoral, mais de 15 milhões de baianos ainda esperam por dias melhores. Da infância em Paripiranga, adolescência em Cícero Dantas, à juventude e maturidade em Feira de Santana, convivi com as dificuldades e problemas de nosso estado, principalmente os do interior com suas adversidades provenientes do clima semiárido.

Na política, entendo, está o caminho para desatar os nós e promover os necessários avanços sociais e econômicos que a Bahia carece para tornar real a felicidade de seu povo. Não tem sido outro o meu propósito na vida pública, desde a conquista do primeiro dos quatro mandatos para prefeito de Feira de Santana, sempre vencidos no primeiro turno e com aprovação de 80% dos feirenses. Não foi diferente nas legislaturas estadual e federal que também exerci.

Agora estou diante do maior desafio de minha vida: postular o governo de meu estado. E o encaro, fazendo valer o dito do escritor Euclides da Cunha ao constatar a têmpera e fibra dos nascidos no sertão: “O sertanejo é antes de tudo um forte”. A minha coragem se robustece para o enfrentamento, quando me deparo com a regressão experimentada pela Bahia nos últimos 12 anos. Para sofrimento dos baianos, o nosso estado estagnou seu desenvolvimento e, em muitas áreas, deu marcha ré.

Nossa economia, que sempre teve um crescimento superior à média nacional e havia se consolidado com o 6º maior PIB entre os estados brasileiros, hoje está em 7º lugar. Nossa liderança no Nordeste, antes absoluta, vê sua distância reduzida a cada ano pelo crescimento maior e mais consistente de Pernambuco e Ceará. Deixamos de liderar até mesmo no turismo, graças ao desmonte promovido pelas últimas administrações, num misto de incompetência e motivações ideológicas.

A outrora “Terra da Felicidade” virou um inferno na segurança pública. Na última década, a Bahia apresentou uma piora considerável nos indicadores da violência, problema que cresce

exponencialmente. No estado onde nasceu o educador Anísio Teixeira, houve claro retrocesso e pouco - ou nenhum - avanço nos indicadores educacionais.

Para nos causar ainda mais ultraje, onde antes havia o orgulho por ter sido o lugar a sediar a primeira escola de medicina do Brasil, a saúde pública vive em total caos. As finanças públicas, por sua vez, estão em desequilíbrio e faltam investimentos em infraestrutura. Mesmo diante desse quadro, que surge em todas as análises, pesquisas e números produzidos pelas mais diversas fontes existentes, o governo não sinaliza com nenhuma alteração nos rumos e segue apostando na receita de gastar muito, gastar mal e apostar na propaganda para gerar uma percepção equivocada do real quadro em que vivemos.

Nosso compromisso é promover a retomada do desenvolvimento. Enquanto os outros estados avançam, a Bahia perdeu o rumo e o ritmo. Nenhum novo grande investimento privado foi atraído; nenhum novo segmento industrial foi desenvolvido, e os investimentos preexistentes não tiveram desdobramentos. Por tudo isso, nossa única alternativa é voltar a crescer para gerar empregos, aumentar o PIB e distribuir renda.

Para liderar essa mudança de rumos e a retomada do desenvolvimento, conto com a experiência adquirida nos quatro mandatos à frente da prefeitura de Feira de Santana. Conheço de perto as dificuldades e limitações que um gestor público enfrenta. Apesar disso, com uma gestão equilibrada, bem planejada e responsável, conseguimos mudar a cidade e promover grandes e consistentes avanços em praticamente todas as áreas do município, que se consolidou como uma importante metrópole regional.

Outra experiência importante na minha trajetória foi ter ido presidente da UPB, a União dos Municípios da Bahia, quando conheci de perto a realidade dos gestores das demais cidades baianas, sobretudo as de menor porte e mais dependentes do governo estadual e federal. Toda essa experiência será fundamental para entender e buscar soluções para questões nos 417 municípios baianos, resgatando a bandeira do municipalismo.

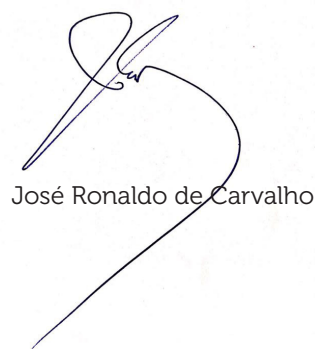
Além de trabalhar de forma mais harmoniosa com os prefeitos, é fundamental atrair a iniciativa privada e estimular o setor produtivo local, já que, no período petista, a Bahia afugentou muitos investimentos privados. É preciso restabelecer essa parceria e recuperar a confiança que sempre existiu dos investidores no governo da Bahia e que, no passado, foi responsável por atrair grandes

investimentos, como a indústria automobilística, e também grandes investidores, como os produtores rurais que transformaram o Oeste baiano num dos mais importantes polos produtores de grãos do Brasil.

Mas todo esse esforço pouco adiantará se o governo não praticar a responsabilidade fiscal. Precisamos voltar a ser referência nacional nesse campo e trabalhar para recuperar a categoria “A” na classificação do Tesouro Nacional, o que nos garantirá acesso a novos empréstimos e financiamentos. Um exemplo a ser seguido é a prefeitura de Salvador, que organizou suas contas e, hoje, tem uma capacidade de endividamento suficiente para contrair empréstimos externos e realizar grandes investimentos. Também conseguimos atingir essa categoria na prefeitura de Feira de Santana e, com isso, foi possível obter financiamentos para antecipar a realização de obras estruturantes no município.

O desafio é grande, mas as potencialidades baianas são ainda maiores. Vamos retomar o crescimento e, simultaneamente, avançar em mudanças importantes na saúde, educação, desenvolvimento social e segurança, que precisam urgentemente de uma correção de rumos. Esse conjunto de propostas foi elaborado em cima dessas diretrizes e visa buscar soluções e caminhos capazes de promover uma grande e necessária mudança na Bahia. Nosso objetivo é apresentar este plano como ponto inicial para um grande debate com a sociedade, estando aberto a sugestões, críticas e reavaliações, sempre com o objetivo de oferecer o melhor para os baianos. Nosso estado precisa de uma mudança na concepção da gestão, na forma de administrar, nos valores éticos, prioridades e, principalmente, na condução do interesse público, no sentido de recolocar a Bahia no caminho certo.

O nosso Poeta da Liberdade declamou que “moralizar com a lira é o fim mais augusto e sublime da poesia”. 150 anos depois, eu o parafraseio, dizendo: “moralizar com o voto é o fim mais augusto e sublime da cidadania”.



José Ronaldo de Carvalho

A CRISE BAIANA

Vivemos um momento muito difícil da nossa história recente. Nos últimos 12 anos, a violência tomou conta da Bahia, como prova o fato de o estado ter se tornado aquele com o maior número de homicídios do Brasil. O crime organizado controla várias áreas da capital e do interior, quatro das cinco cidades mais violentas do país são baianas e até mesmo os menores municípios sofrem com assaltos a bancos. A esse clima de insegurança, somam-se o desmanche no setor turístico e a crescente desindustrialização da nossa economia, além da infraestrutura ineficiente de estradas, portos, aeroportos e ferrovias, que compromete o escoamento da nossa produção agrícola. Os indicadores sociais não são melhores: hoje, a Bahia tem o 3º maior contingente de desempregados do país, além de ser o 7º estado mais pobre e o 1º em concentração de renda. O quadro piora e a desesperança aumenta quando observamos os índices de qualidade da nossa educação, que estão entre os piores do Brasil (4º pior IDEB no ensino médio e 3º pior no ensino fundamental), o que compromete seriamente o futuro de nossos jovens. Na área da saúde, a crueldade da fila da regulação é o maior exemplo da ineficiência da rede estadual e até mesmo a mortalidade infantil, em queda há décadas, voltou a subir. Por tudo isso, podemos afirmar que a Bahia é um estado em crise e precisa de uma urgente mudança para recuperar o tempo perdido e nos recolocar no rumo certo.

O DESASTRE DA ECONOMIA

A economia brasileira não vai bem, mas a baiana vai pior ainda. Em 2016, por exemplo, a queda do PIB nacional foi de 3,5%, enquanto na Bahia a queda chegou a 6,4%. A nossa economia, que antes parecia próxima de alcançar o quinto lugar entre as maiores do país, caiu para o sétimo lugar, sendo ultrapassada por Santa Catarina. Levando em conta apenas o PIB da região Nordeste, a liderança da Bahia foi mantida, mas também aqui houve uma queda substancial na sua participação: de 30,5%, em 2003, para 27,8%, em 2014.

Nem mesmo o fato de o governo estadual e o governo federal terem sido politicamente alinhados na maior parte dos últimos 12 anos serviu para atrair e desenvolver um único projeto estruturante para a economia baiana, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, em Pernambuco e no Ceará. Em termos econômicos, a distância entre Pernambuco e Bahia, que era de 12,9%, em 2003, caiu para 8,6%, em 2014. Em relação ao Ceará, a distância que era de 15,7%, em 2003, reduziu-se para 12,1%.

PARTICIPAÇÃO NO PIB REGIONAL

ESTADOS	2003	2014
PERNAMBUCO	17,6%	19,2%
CEARÁ	14,8%	15,7%
BAHIA	30,5%	27,8%

A POBREZA AUMENTOU

Nos 12 anos do governo do PT, a Bahia se tornou o estado com a maior concentração de renda do Brasil. Ou seja, nesse período, os pobres ficaram mais pobres e os ricos, mais ricos. Além de ter se tornado campeã da concentração de renda, a Bahia passou a figurar como o 7º estado mais pobre do país, embora tenha o 7º maior PIB estadual.

Pesquisa do IBGE, divulgada em abril deste ano, revela que a renda per capita dos baianos é 32% inferior à média nacional e a 17ª pior entre todos os estados brasileiros. Para se ter uma ideia do que isso significa, em 2017, a renda per capita na Bahia ficou abaixo até mesmo do salário mínimo:

Salário Mínimo: R\$ 937,00	Renda Per Capita na Bahia: R\$ 862,00
-----------------------------------	--

Todos esses dados comprovam o quanto é negativo o legado dos 12 anos do governo do PT. A Bahia perdeu o rumo e o ritmo de desenvolvimento que vinha mantendo continuamente nos anos anteriores.

A situação tornou-se tão grave que os especialistas já chegaram a falar em um novo “enigma baiano”, expressão cunhada na década de 1950 para explicar o atraso econômico da Bahia e buscar o caminho para sua superação.

O TURISMO DESABOU

O desmoronamento do Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, simboliza o descaso com que o turismo foi tratado nos 12 anos de governo do PT. Nesse período, o turismo, tanto interno quanto externo, estagnou. Os planos para desenvolver novos polos turísticos jamais saíram do papel e o centro de convenções de Porto Seguro, nosso segundo maior destino turístico, mudou de função para não fechar, transformando-se na Universidade Federal do Sul da Bahia.

Com tudo isso, não surpreende que a Bahia esteja perdendo terreno para outros estados nordestinos. Hoje, Salvador é apenas a terceira capital da região, em número de voos internacionais, e as companhias aéreas nacionais sequer consideraram a Bahia nos estudos voltados para a criação de um aeroporto hub (concentrador de voos) no Nordeste.

VOOS INTERNACIONAIS DAS CAPITAIS DO NORDESTE – 2018

CAPITAIS	N. DE VOOS SEMANAIS	N. DE DESTINOS
FORTALEZA	46	15
RECIFE	27	14
SALVADOR	23	8

A verdade é que o governo do PT abandonou e destruiu, literalmente, toda a estratégia de desenvolvimento turístico da Bahia, antes reconhecida nacional e internacionalmente. Com isso, um dos setores com maior capacidade de gerar empregos, difundir a nossa cultura e atrair investimentos tornou-se uma pálida sombra do que era até meados da década de 2000.

A CALAMIDADE NA SEGURANÇA

Nos 12 anos de governo do PT, o crime organizado assumiu o controle de várias áreas urbanas da capital e do interior, os índices de homicídios, roubos e assaltos a banco ganharam proporções inéditas e a população de todo o estado passou a conviver com uma sensação de medo e insegurança, que antes desconhecia.

De acordo com o último Atlas da Violência, cuja referência é o ano de 2016, a Bahia teve um incremento de 98% da taxa de homicídios nos últimos 10 anos. Em termos absolutos, os homicídios foram de 3.311, em 2006, para 7.171, em 2016, fazendo da Bahia o estado brasileiro com o maior número de ocorrências desse gênero. Na década, foram registrados incríveis 59.691 crimes.

Em relação aos jovens, a situação é alarmante: a taxa de homicídios, na faixa entre 15 e 29 anos, a cada 100 mil habitantes, cresceu 150,5% entre 2006 e 2016. Em números absolutos, os homicídios nessa faixa etária passaram de 1.947, em 2006, para 4.358, em 2016.

Os dados do Atlas da Violência também revelam o agravamento dos homicídios contra pessoas negras na Bahia. A taxa de homicídios entre pessoas com esse perfil cresceu 104,4%, passando de 25,6 para 52,4, a cada 100 mil habitantes. Entre 2015 e 2016, último ano do levantamento, o avanço foi de 16,5%. Os ataques a carros-fortes também cresceram significativamente, fazendo da Bahia o segundo estado em número de casos no primeiro semestre de 2018.

A EDUCAÇÃO REGREDIU

A principal lembrança dos 12 anos de governo do PT na educação foi a greve de 115 dias dos professores da rede estadual, em 2012, que impôs um grave prejuízo aos estudantes e suas famílias. Mas, tão grave quanto é o fato de a Bahia ter regredido em praticamente todos os indicadores que medem a qualidade do ensino.

Hoje, a Bahia é quarto pior estado brasileiro no ensino médio, o terceiro pior nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental, além de ser o estado com a pior taxa de aprovação nos anos iniciais e o segundo pior nos anos finais. E mais: nesses 12 anos, nenhuma nova escola foi construída e 35 foram fechadas.

No Enem de 2015, nenhuma escola estadual figurou entre as 100 melhores e, no mesmo ano, escolas estaduais de 298 municípios deixaram de participar da Prova Brasil, que ajuda a calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

INDICADORES DE DESEMPENHO DO ENSINO

	ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS		ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS		ENSINO MÉDIO	
	2011	2015	2011	2015	2011	2015
BRASIL	5,0	5,5	4,1	4,5	3,7	3,7
CEARÁ	4,9	5,9	4,2	4,8	3,7	3,7
PERNAMBUCO	4,3	5,0	3,5	4,1	3,4	4,0
BAHIA	4,2	4,7	3,3	3,7	3,2	3,1

Se observamos o PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, instituído pela OCDE e coordenado no Brasil pelo INEP, órgão do próprio Ministério da Educação, mostra que, no ranking dos estados a Educação na Bahia está em 26º lugar em Ciências, 26º em Leitura e 25º em Matemática. Uma vergonha!

O CAOS NA SAÚDE

Apesar de muita propaganda mostrando novos hospitais e equipamentos, a verdade é que a situação da saúde pública no nosso estado, após 12 anos de governos petistas, é muito grave. A Bahia está em 21º lugar em investimento em saúde, cumprindo apenas o que a Constituição obriga, o que mostra claramente que a saúde pública nunca foi uma prioridade. O resultado dessa política pode ser visto em indicadores que apontam o aumento da mortalidade infantil e de doenças como a sífilis, além da redução de leitos hospitalares e psiquiátricos, do índice de médicos bem abaixo da média nacional, UPAs e hospitais fechados em todo estado e a fila da central de regulação, onde pessoas passam semanas e até meses à espera de exames, internações ou cirurgias, muitas vezes morrendo antes de serem atendidas.

O DESMONTE AMBIENTAL

A Bahia deixou de ser referência em política ambiental. Hoje, o estado possui dois dos dez rios mais poluídos do país – o Verruga, em Vitória da Conquista, e o Itapicuru -, todos os Planos de Bacias Hidrográficas e Enquadramento de Corpos de Água estão paralisados, os Comitês de Bacias foram

enfraquecidos e muitos municípios seguem com lixões a céu aberto, sem nenhum suporte para cumprir as determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Mesmo tendo a maior zona costeira do país, com mais de 1.100 quilômetros de extensão, e a segunda maior baía do mundo – a Baía de Todos-os-Santos –, o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, o Projeto Orla e o PRODETUR Baía de Todos-os-Santos não saíram do papel.

O Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM), primeiro conselho do gênero no país, foi esvaziado, as Conferências de Meio Ambiente, previstas para 2014 e 2016, jamais aconteceram e o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas teve o seu último encontro há mais de seis anos.

A EMBASA, antes uma estatal modelo, vive a realidade do sucateamento, sem plano de investimentos e com seus índices de cobertura de coleta e tratamento de esgoto estagnados, quando não regredindo. Em consequência, cresce o número de praias poluídas, impróprias para o banho. Foi preciso que o Ministério Público da Bahia ajuizasse uma Ação Civil Pública para que o governo do estado retomasse o desenvolvimento de projetos de saneamento.

Em cinco anos, foi criada apenas uma Unidade de Conservação, enquanto outras seguem abandonadas, incluindo unidades urbanas de grande visibilidade, como os parques de Pituaçu e Abaeté, em Salvador.

Em termos de produção de energias renováveis, a Bahia alcançou algumas posições de liderança pelo simples fato de ser privilegiada em vento e na insolação. Se dependesse de iniciativas do governo estadual, nada aconteceria. Fomos, por exemplo, um dos últimos estados a isentar a cobrança de ICMS para energia solar (micro e minigeração), o que só aconteceu após forte pressão do setor.

DIRETRIZES PARA O FUTURO

RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

O meu primeiro compromisso com a Bahia é a retomada do desenvolvimento. Enquanto os outros estados avançam, a Bahia perdeu o rumo e o ritmo ao longo dos doze últimos anos de governo petista no estado. Nenhum novo grande investimento privado foi atraído; nenhum novo segmento industrial foi desenvolvido; os investimentos preexistentes não tiveram desdobramentos.

É preciso voltar a crescer para gerar empregos, aumentar o PIB e distribuir renda.

MUNICIPALISMO

Prefeito por quatro vezes de Feira de Santana – a segunda mais populosa cidade do estado – conheço de perto as dificuldades e limitações que os gestores municipais enfrentam. Apesar disso, transformei Feira em uma metrópole.

Tendo sido também presidente da UPB, União das Prefeituras da Bahia, conheço o sofrimento dos prefeitos, as necessidades das prefeituras, o potencial e a importância do governo local. E, por tudo isso, governarei em parceria com os municípios, em todos os setores de atuação do governo do estado.

Em 1962, a Bahia elegeu para governador um prefeito do interior que chegou com a bandeira do Municipalismo. Minha missão é resgatar e repetir a saga de Lomanto Júnior em favor do Municipalismo.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

No período petista, a Bahia afugentou os investimentos privados.

Vou restabelecer essa parceria e recuperar a confiança que sempre existiu dos investidores no Governo da Bahia.

Não nos esqueçamos de que a indústria automobilística veio para a Bahia porque um governo petista no Rio Grande do Sul a afugentou, e o nosso estado a acolheu.

Do mesmo modo, no Oeste, a Bahia sempre deu atenção especial aos produtores que vieram do Sul do país para implantar o importante Polo de Grãos daquela região.

Hoje, o Tocantins, o Maranhão e o Piauí têm crescido mais rapidamente na produção de grãos do que a Bahia, por falta de atenção do governo estadual aos produtores.

Em todos os setores, segmentos e regiões do estado, haverei de promover oportunidades de investimentos para a geração de postos de trabalho e renda para os baianos.

RESPONSABILIDADE FISCAL

Nenhum governo terá êxito se não praticar a responsabilidade fiscal.

Nunca se deve gastar mais do que se arrecada, assim como é preciso gastar bem os impostos arrecadados. A Bahia sempre foi uma referência nesse campo, mas agora caiu para a categoria “C” na classificação do Tesouro Nacional. Com isso, não pode ter acesso a novos empréstimos nem financiamentos.

O exemplo de ACM Neto na prefeitura de Salvador é algo a ser seguido. A esta altura, graças à saúde financeira do município, já contraiu quatro empréstimos externos para realizar grandes investimentos na capital baiana.

Também eu, como pratiquei responsabilidade fiscal, consegui financiamentos, tanto externo como interno, para antecipar a realização de obras estruturantes em Feira de Santana.

I - PROJETOS **ESTRATÉGICOS**

Em um estado com tantas diferenças regionais, econômicas, demográficas, ecológicas e sociais, alguns projetos se destacam pela singularidade, por sua força motriz e pela capacidade transformadora da realidade.

Os últimos governos estaduais não foram capazes de deixar um legado transformador, nem para a nossa economia nem para a nossa sociedade.

Governos, no entanto, precisam não só preservar o que receberam de seus antecessores, mas também passar adiante uma realidade melhor. Apenas marcar passo significa comprometer o tempo das novas gerações. Um preço que só será cobrado depois, no futuro, e que não terá como ser recuperado. Por isso, cada governo precisa trabalhar com projetos estratégicos, capazes de promover mudanças e transformações no cenário preexistente.

O meu governo se compromete com os seguintes Projetos Estratégicos para a Bahia:

PROJETOS DE INICIATIVA ESTADUAL

DUPLICAÇÃO DA RODOVIA ILHÉUS – CONQUISTA

É preciso redesenhar a rede rodoviária da Bahia, até hoje apoiada em um modelo radioconcêntrico, que conduz sempre à capital. Precisamos fortalecer as nossas “capitais regionais”. A duplicação da rodovia Ilhéus-Conquista, com 276 quilômetros de extensão, interligando Ilhéus, Itabuna, Itapetinga e Vitória da Conquista possibilitará que esses polos urbanos sejam fortalecidos, além de melhorar a acessibilidade a todo o Sudoeste do estado, até alcançar a divisa com Goiás, beneficiando quase uma centena de municípios.

AEROPORTO INTERNACIONAL DA COSTA DO DESCOBRIMENTO

Um estratégico portão de entrada para o turismo internacional, Porto Seguro e região têm tido o desenvolvimento travado pelas limitações do atual aeroporto.

Por razões de ordem técnica, o atual aeroporto de Porto Seguro tem limitações para ser origem e destino de voos internacionais transoceânicos. É preciso superar essa condição para permitir a retomada do turismo internacional em toda a Costa do Descobrimento, beneficiando não apenas Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, mas também todos os demais destinos, como Prado, Alcobaça e Caravelas, além da incorporação de Mucuri e Nova Viçosa.

Outras atividades econômicas regionais, como a celulose, a pecuária, a fruticultura e a agroindústria também se beneficiarão diretamente desse novo equipamento de grande porte, ampliando os horizontes do desenvolvimento regional.

Assim, o novo aeroporto internacional será também capaz de fazer com que o Extremo Sul da Bahia passe a polarizar áreas dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, revertendo uma situação que prevalecia até o passado recente.

PROGRAMA DE SEGURANÇA HÍDRICA DO SEMIÁRIDO

O grande desafio do sertão baiano é a sua sustentabilidade; o grande fator de instabilidade é a falta de água. Embora abranja a maior extensão territorial (45,8%) e concentre o maior volume populacional de todo o Sertão nordestino (6.740.000 habitantes), a região semiárida da Bahia ainda é a que, proporcionalmente, possui menor infraestrutura hídrica dentre todas as regiões semiáridas dos estados nordestinos. Na Bahia, o semiárido abrange cerca de 2/3 do território, incluindo nada menos que 259 dos 417 municípios.

Para resgatar essa dívida com a população sertaneja de nosso estado, o novo governo vai executar um ambicioso Programa de Segurança Hídrica para o Semiárido, envolvendo a construção de uma rede de barragens de médio e pequeno porte, a implantação de adutoras e a perfuração de poços tubulares profundos. Ações que, no conjunto, sejam capazes de reduzir os espaços sem suprimento de água, pelo menos para atender ao abastecimento humano e à dessedentação dos animais, assim como permitir o fortalecimento da atividade produtiva.

DEMANDAS DA BAHIA JUNTO AO GOVERNO FEDERAL

HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO

Vamos reivindicar do governo federal – qualquer que venha a sê-lo – a implantação da Hidrovia do São Francisco. Se o governo federal não a fizer, a Bahia vai fazê-la, começando pelo trecho Ibotirama – Juazeiro.

Essa é uma obra de infraestrutura fundamental e estratégica para a integração da Bahia, para estimular o desenvolvimento do Oeste, do Vale do São Francisco, da agricultura irrigada e fortalecer o grande polo de desenvolvimento agrícola do Submédio São Francisco.

Ademais, a hidrovia é aliada da causa ambiental – até porque pressupõe a existência de água para poder navegar – e, portanto, da indispensável revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.

VIABILIZAÇÃO DA FIOLE E DO PORTO SUL

Prometidos há mais de uma década, o Porto Sul nunca saiu do papel, e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) está com as obras paralisadas. Ambos são empreendimentos integrados e indispensáveis para criar novas perspectivas de desenvolvimento para o nosso estado.

Nos próximos quatro anos, de forma articulada com o governo federal, haveremos de implantar esses projetos, também integrados com a exploração da província mineral de Caetité/Brumado e vários outros empreendimentos que serão estimulados ao longo do percurso, dinamizando toda a região lindeira ao trecho ferroviário, especialmente junto ao porto.

O envolvimento da iniciativa privada será essencial para a implantação da própria infraestrutura, mediante processos de concessão, além de realizar os investimentos produtivos que a obra proporcionará, aproveitando as oportunidades de investimentos que surgirão.

CANAL DO SERTÃO BAIANO

Trata-se de sistema adutor do tipo multiuso – irrigação, abastecimento humano e dessedentação de animais, além de outros usos de convivência com a seca –, devendo beneficiar mais de um milhão de habitantes do sertão baiano, em 44 municípios (10% do total baiano), atendendo às microrregiões de Senhor do Bonfim, Ponto Novo e São José do Jacuípe, onde se interliga com a barragem de mesmo nome, a primeira construída pelo estado da Bahia, na primeira metade dos anos 1980.

II - PROGRAMAS **ESPECIAIS**

MELHORAR - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

A Bahia tem apenas oito municípios com IDH-M “Alto”, isto é, entre 0,700 e 0,799. São eles: Salvador, Lauro de Freitas, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Feira de Santana, Itabuna, Madre de Deus e Santo Antônio de Jesus. Nenhum na faixa “Muito Alta”, que vai de 0,800 a 1.

Além desses oito, a Bahia tem 146 municípios no nível “Médio”, entre 0,600 e 0,699; 262 municípios estão no nível “Baixo”, entre 0,500 e 0,599; e ainda um município no nível “Muito Baixo”, inferior a 0,500.

Instituído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - composto pelos segmentos de Educação, Longevidade e Renda - é divulgado a cada dez anos, sendo em 2010 a última avaliação. O IDHM é calculado pelo PNUD, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), gerando o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

O IDH médio do estado da Bahia é 0,660. Desse valor para cima estão apenas 36 dos 417 municípios baianos. A média nacional é 0,727, na faixa do nível “Alto”.

O Programa de Aceleração do Desenvolvimento Municipal – MELHORAR, a ser criado pelo novo governo, vai promover a elevação do nível do IDH dos municípios com menor desenvolvimento relativo e começará atuando nos 49 municípios com IDHM igual ou inferior a 0,550. A partir de 2021, o MELHORAR será estendido para os 67 municípios com IDHM entre 0,550 e 0,570.

Com isso, 116 municípios – um em cada quatro municípios baianos – serão beneficiados por um programa especial de aceleração dos seus Índices de desenvolvimento humano, ao longo do período do governo (2019-2022). Como consequência, também o IDH médio da Bahia será elevado para além do incremento que o conjunto dos seus municípios conseguiria espontaneamente alcançar, melhorando a posição do estado no ranking nacional do desenvolvimento humano, que o coloca na 22ª posição entre os estados brasileiros.

Como o IDHM reflete o desempenho dos indicadores de educação, longevidade e renda, todo um conjunto de ações conectadas com esses três setores será acionado pelo novo governo, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, para promover a aceleração do desempenho desses 116 municípios, com reflexos diretos e imediatos na qualidade de vida da população local.

TRANSFORMAR - PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO SEMIÁRIDO

Cumpre tratar, com destaque, um dos mais importantes desafios das políticas de desenvolvimento do nosso estado: o semiárido. Como todos sabemos, ou se superam os desníveis socioeconômicos entre as regiões mais florescentes do estado e o semiárido ou jamais a Bahia alcançará um nível minimamente adequado de equilíbrio social. Afinal, ao se falar do semiárido baiano, tratamos de 65% do território do estado e de 48% da nossa população.

Com efeito, considerando que essa realidade é comum, em maior ou menor extensão, a todos os estados abrangidos pelo semiárido, esse é um problema de tal magnitude que já deveria ter motivado o Congresso Nacional, por meio de sua forte representação parlamentar do Nordeste, além de parte de Minas Gerais e Espírito Santo, a estruturar um Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico do Semiárido, o qual forçosamente contemplaria a Bahia, já que, sozinha, tem 31% da população e 39% do território do semiárido brasileiro.

Tal Plano terá que ser formatado com status de Programa de Estado, com orçamentos plurianuais aprovados pelo Congresso Nacional e com a participação dos Estados em sua formulação e também no seu financiamento, de modo a gerar um grau de comprometimento que sinalize claramente sua importância estratégica.

É forçoso que desse Plano conste um Programa de Salvação do Rio São Francisco, o grande patrimônio hídrico do Nordeste e do semiárido, atualmente em tal situação de degradação do ponto de vista ambiental que, sem nenhum exagero, está expondo a risco a própria sobrevivência de expressivas parcelas das populações que vivem sob sua influência. O Programa de Salvação do Rio São Francisco não consistiria em um projeto regional, mas um projeto nacional, de natureza ambiental, social e econômica.

Diante disso, impõe-se ao novo governo da Bahia adotar uma posição de liderança na defesa dessa bandeira, de um plano decenal de desenvolvimento econômico do semiárido, junto ao governo federal, no que, por certo, contará com a companhia e o apoio unânime de todos os outros governos estaduais envolvidos.

A par disso, no entanto, não há tempo a perder no enfrentamento do desafio de se criar meios efetivos de melhoria da renda das populações rurais dessa região, segmento no qual se concentra a maior parte da população de baixa renda do Estado.

E daí nasce a proposta do **TRANSFORMAR - Programa para o Desenvolvimento Rural do Semiárido** que, fugindo da tendência tradicional, em se tratando desse bioma, de se pensar sempre em projetos de irrigação, tem como foco a caprinovinocultura.

Aliás, uma forte justificativa para se fazer da caprinovinocultura um importante vetor de geração de renda e riqueza no semiárido é a sua adaptação às condições de baixa exigência de água, em comparação com a irrigação. Estudos mostram que a quantidade de água necessária à irrigação de uma plantação de banana, por exemplo, num lote familiar de 4 hectares, seria a mesma que tornaria possível a atividade da caprinovinocultura para 100 famílias, cada uma com um rebanho de 100 cabras de leite.

Tendo como componentes importantes do seu lastro a experiência e o conhecimento produzido por iniciativas similares anteriores, em especial o Projeto Cabra Forte, esse novo Programa contém uma inovação considerada vital para o seu sucesso pleno.

Trata-se aqui da introdução na caprinovinocultura do modelo de integração das diversas fases de produção e comercialização - por meio do envolvimento direto de grandes empresas ou cooperativas especializadas - já tão bem desenvolvido e disseminado no país, e, mesmo na Bahia, nos setores da avicultura e da suinocultura. Como se extrai da experiência desses dois setores, a participação dessas empresas ou cooperativas no modelo de negócio é fundamental na oferta de assistência técnica e no suprimento de insumos para os pequenos produtores, mas, principalmente, na comercialização dos produtos.

A prospecção de grandes empresas ou cooperativas que se voltem para o mercado de produtos derivados da caprinovinocultura, mediante uma firme demonstração de apoio por parte do governo do estado, para assumir a condução desse sistema pioneiro de integração no semiárido baiano, é, portanto, o grande desafio do programa.

Os outros pré-requisitos críticos para o êxito do TRANSFORMAR são:

1. Disponibilidade de água nas quantidades necessárias e com absoluta segurança durante todo o ano. A experiência do Cabra Forte mostra que não se pode deixar o insumo da água à mercê das chuvas, irregulares por definição, ou de alternativas locais insuficientes. As fontes que se vislumbram contemplam todos os sistemas possíveis de captação de água, a exemplo dos poços e pequenas barragens, mas também de adutoras em escalas variadas, desde que proporcionem segurança no suprimento de água. Como já costuma acontecer, a responsabilidade pelo atendimento desse requisito é exclusiva do governo, pois não se pode passar ao pequeno produtor o encargo de sua implantação. O programa poderia começar num conjunto de áreas contíguas, que já dispusesse de suprimento assegurado de água nas condições estabelecidas;

2. Alimentação suficiente produzida localmente, o que demanda melhoria das pastagens, sob condições hoje bem conhecidas, e a necessária complementação, através de outras alternativas produzidas no ambiente natural da caatinga, principalmente com o plantio de palma, uma solução cada vez mais viável para utilização como ração nas épocas de pastos depreciados. Programas de produção conduzidos sob a

orientação da Federação de Agricultura do Estado da Bahia demonstram que o governo poderá ampliá-la consideravelmente no programa proposto;

3. Melhoramento genético, introduzindo raças adaptadas às condições locais e de melhor rendimento, e assistência técnica voltada para cuidados sanitários com o rebanho, que são questões já completamente dominadas e não necessitam de maiores explicações nesse contexto.

Como se vê, portanto, logrando-se êxito na montagem do modelo proposto, são bem elevadas as chances de se alcançar uma relação custo benefício favorável à utilização intensiva da pecuária de caprinos e ovinos, como mecanismo de geração e ampliação de renda dos pequenos produtores, nesta região de tão limitadas disponibilidades hídricas, que é o semiárido baiano.



III - DESENVOLVIMENTO **ECONÔMICO**

É inegável a perda de dinamismo da economia baiana nos últimos doze anos. E isso não se explica apenas pela retração ocorrida nacionalmente. Na verdade, nem mesmo nos períodos em que houve crescimento da economia brasileira a Bahia aproveitou para crescer junto, o que revela a existência de um fator endógeno no baixo desempenho da economia estadual.

Se dividirmos o comportamento da nossa economia em períodos de quatro anos, a partir de 2007, em todos os intervalos em que houve crescimento, o da Bahia foi sempre menor que o brasileiro, e, quando houve queda, a da Bahia foi maior que a do Brasil. Trata-se de uma situação bem diferente da que ocorreu entre 2003 e 2006, quando o PIB baiano teve um crescimento acumulado 36% superior ao crescimento brasileiro.

Embora tenha a quarta população do país, a Bahia ocupa a 7ª posição em tamanho do PIB e a 21ª no valor do PIB per capita. O ritmo de crescimento do PIB baiano, que acumulou 17,23% de 2007 até 2015 (último ano com dados estaduais publicados pelo IBGE), ficou apenas na 23ª posição entre os estados brasileiros nesse mesmo período. Da mesma forma, com relação à renda domiciliar per capita, a Bahia é ocupante regular da última ou penúltima posição, entre as 10 maiores economias estaduais.

A primeira mensagem desses números é que o nível da produtividade da Bahia é inferior ao dos outros estados do seu porte. Mas, sobretudo, depois de um período contínuo de 12 anos de administração de um mesmo grupo político, aliado do governo federal durante a maior parte desse tempo, não há como não perceber, nesses números, outra mensagem muito clara: não houve, da parte desses últimos governos, qualquer preocupação estrutural que se refletisse na dinamização da economia baiana.

Muito significativamente, o mais estratégico e importante projeto de investimento ora em realização no estado é o CIMATEC Industrial, um importante centro de pesquisa e desenvolvimento, em linha com a 4ª Revolução Industrial, que vem preencher uma lacuna na pesquisa tecnológica no país, numa iniciativa da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), através do SENAI.

Tradicionalmente, a economia baiana foi positivamente influenciada por políticas e projetos cuja condução e implementação contaram com participação muito direta do Governo Estadual. Os mais simbólicos são os da indústria petroquímica e da automobilística, que marcaram importantes ciclos de crescimento da nossa economia.

Isso foi possível tanto através de definições do que o estado pretendia, por meio da formulação de políticas muito claras, como também de ações de natureza política junto ao governo federal para apoio a esses projetos. O atual governo baiano, aliado político do governo federal durante quase dez anos, não conseguiu, mesmo em períodos de crescimento nacional, pilotar nenhum novo projeto capaz de fazer aflorar um novo período de crescimento sustentado.

Nem mesmo estratégias de descentralização, que conseguiram estruturar importantes vetores de desenvolvimento no interior, como são os casos da indústria de papel e celulose, no Extremo Sul, da indústria calçadista, em diversas regiões, inclusive em algumas de baixo dinamismo, e da indústria de oleaginosas, no Oeste baiano, foram exemplos capazes de gerar, no governo baiano, atitudes para a sua reprodução em outros segmentos ou regiões.

A falta de planejamento obrigou o governo a desativar importantes projetos de agricultura irrigada que estavam conferindo grande dinamismo a certas áreas do nosso semiárido. E os programas de agricultura familiar, embora irrigados com abundantes recursos do PRONAF, não foram capazes de criar uma atividade econômica mais sustentável.

Não causa surpresa, portanto, o elevado grau de concentração da economia baiana, que tem mais de 50% do PIB concentrado em cerca de 10 municípios somente, seis dos quais na Região Metropolitana de Salvador - e isso, ainda assim, graças aos esforços de descentralização regional empreendidos pelos governos anteriores aos dos últimos 12 anos.

PRINCIPAIS DIRETRIZES DA NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Diante desse quadro, os principais fundamentos de uma boa política de desenvolvimento econômico não de ser ações que se reflitam na melhoria do emprego, renda e riqueza dos baianos e da Bahia. Os pilares norteadores dos programas de desenvolvimento devem, portanto, centrar-se na atração de novos investimentos e na manutenção e fortalecimento dos empreendimentos e iniciativas já existentes que provoquem: (I) a expansão da população empregada, com criação e formalização dos postos de trabalho; (II) a ampliação do rendimento médio da população empregada; (III) a elevação do nível de verticalização e da sofisticação e complexidade da economia; e, como consequência, (IV) o aumento do valor e das taxas de crescimento do PIB estadual.

Com esses propósitos em mira, o novo governo priorizará as seguintes estratégias:

- Desconcentração espacial, buscando reduzir os grandes desníveis regionais existentes, responsáveis pelo desequilíbrio entre os graus de desenvolvimento das diversas regiões do nosso território. Por sua intrínseca rigidez locacional, a mineração é um natural indutor da descentralização geográfica, além de grande potencial gerador de empregos, renda e riqueza. O estímulo do novo governo a esse setor contemplará ações de apoio à iniciativa privada, tanto para a realização de descobertas de jazidas quanto para a viabilização dos empreendimentos de aproveitamento dos minérios;
- Adensamento das cadeias produtivas, de forma a conduzir à verticalização e geração de produtos de consumo final capazes de expandir as condições de emprego e renda nas regiões de baixo dinamismo econômico;

- Expansão e fortalecimento dos principais polos industriais, agroindustriais e turísticos do estado, inclusive pela resolução de gargalos de logística que influem negativamente na sua competitividade;
- Monitoramento permanente do Ambiente de Negócios no âmbito estadual, a fim de: (I) atenuar os danos e riscos dos excessos da burocracia; e (II) otimizar a relação do poder público com o setor produtivo em todas as frentes de interação.

INDÚSTRIA

Como setor de grande dinamismo na economia, a indústria merecerá uma atenção especial na política de desenvolvimento aqui proposta.

Por seu grande predomínio, os setores das indústrias geradoras de matérias-primas e produtos intermediários terão de ser fortalecidos, inclusive para melhorar a sua competitividade com relação a exportações e concorrência de produtos importados, sendo fundamental avançar nas soluções que otimizem a logística desses produtos.

Ou seja, embora sejam fundamentais os programas que estimulem as indústrias de bens de consumo final, não se pode descuidar da modernização dos grandes polos industriais de produtos intermediários, a exemplo daqueles relacionados à petroquímica, à celulose, ao setor metalúrgico e mesmo à agroindústria, que são responsáveis por parte significativa das nossas exportações.

O fortalecimento e a expansão de setores prioritários na indústria baiana, assim como a identificação de novos setores que possam ser incorporados ao nosso parque industrial, constituem ações fundamentais para o alcance dos objetivos de aumento do PIB estadual, com maiores taxas de crescimento, e a consequente criação de novos empregos e aumento da renda da população.

Para concretizar o objetivo de criação de novos empregos e expansão da renda derivada do setor industrial, o grande esforço será a identificação de oportunidades para a produção de bens de consumo final, sobretudo aqueles que podem ser alimentados por matérias-primas e produtos intermediários de origem em nosso estado ou região, contribuindo para a sua competitividade.

Ainda será necessário aprofundar estudos existentes sobre essas possibilidades, sobretudo para suprir bens consumidos no estado que poderiam ser produzidos aqui. Um novo ciclo de crescimento, que seria responsável por utilizar a capacidade instalada dessas indústrias nas regiões Sul e Sudeste, poderá abrir, com mais facilidade, novas oportunidades de industrialização desses produtos no estado.

Ainda assim, numerosas oportunidades já podem ser apontadas, tais como:

- O adensamento da cadeia produtiva para consolidar e expandir o parque automotivo, através da indústria metalmeccânica e outras, objetivando reduzir a dependência de autopeças provenientes de outros estados e contribuindo para aumentar a competitividade dos automóveis produzidos na Bahia;
- O desenvolvimento das terceira e quarta gerações de produtos petroquímicos, com ênfase na revitalização da indústria de transformação plástica, que tem elevada importância na economia da Bahia, tanto por agregar valor à cadeia petroquímica quanto por ser uma indústria empregadora, focando, inclusive, em peças de plásticos especiais para a indústria automobilística;
- A intensificação da produção de peças e componentes destinados aos parques de geração de energia eólica e solar, setores em franco desenvolvimento no estado, nos últimos seis anos, claramente competitivos e com grandes possibilidades de expansão;
- A atração de indústrias destinadas à fabricação de produtos derivados da celulose produzida no Extremo Sul baiano, como papéis especiais, espessantes, aditivos para as indústrias alimentícia, farmacêutica, de tintas, de produtos de higiene, hospitalar, de madeira e moveleira;
- A criação de um parque industrial no Oeste baiano, para aproveitar a grande produção local de algodão, de excelente qualidade, e o seu uso em indústrias de fiação e tecelagem; ademais, esses produtos podem agregar-se na manufatura de tecidos sintéticos, a partir de têxteis derivados da indústria petroquímica;
- O desenvolvimento de projetos industriais que agreguem valor a nossa produção de cafés finos, chocolates especiais, sucos, polpas e extratos derivados da fruticultura, bem como o estímulo a novas iniciativas na produção de vinhos no estado.
- A exploração dos chamados “poços maduros” de petróleo, que já não interessam mais à Petrobrás, mas se constituem em importante alternativa regional para a produção de petróleo e gás.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

A agropecuária brasileira constitui um inegável caso de grande êxito no mundo, além de um permanente e sólido pilar da economia nacional.

Na Bahia, não é diferente. O sucesso do chamado “Complexo Soja”, da Cadeia de Produtos Florestais, da fruticultura, da cultura do algodão, da pecuária de corte e de leite, da avicultura e de tantos outros setores

importantes do agronegócio baiano, aparece claramente, seja no mercado interno, com o suprimento de demandas básicas da nossa população, seja nas exportações dos excedentes de produção. Nesse particular, assinala-se que, em 2017, o agronegócio baiano sozinho gerou um superávit comercial de US\$ 3,2 bilhões.

A par disso, a agricultura familiar baiana, que já é pujante dentro de suas próprias características, tem ainda muito a crescer e contribuir, tanto para a satisfatória oferta de alimentos às famílias baianas quanto para garantir níveis saudáveis e crescentemente melhores de renda e de qualidade de vida aos pequenos produtores rurais e assentados da Bahia.

Não restará nenhuma dúvida de que o novo governo será um grande parceiro da agropecuária. E isso se revelará de todas as formas necessárias, a exemplo da interação produtiva e permanente com as lideranças do setor, do apoio ao atendimento de demandas por infraestrutura, do estímulo ao seu crescimento e, também, da solução de problemas e anseios que lhe afligem e comprometem a sua atividade.

E, como indicação preliminar desta disposição, registra-se aqui, desde logo, que o novo governo não terá, tampouco alimentará, qualquer dubiedade quanto ao reconhecimento da propriedade da terra e à implementação dos atos judiciais que a garantam. Mais ainda: o setor da agropecuária, empresarial e familiar, merecerá um lugar de destaque nas políticas de segurança pública do novo governo, de forma a garantir-lhe, nos limites da Lei, a vida, os bens, a propriedade e a tranquilidade para desenvolver sua atividade produtiva livre da ação do crime comum ou do eventual vandalismo.

Inegavelmente esse setor constitui um instrumento muito importante para o desenvolvimento, inclusive de cidades de pequeno porte e, obviamente, das áreas rurais, sendo, dessa forma, um mecanismo relevante para a estratégia de descentralização da nossa economia.

Além disso, essa vertente pode incluir muitas pequenas e microempresas, sustentando outro importante vetor na estratégia proposta de desenvolvimento estadual, contemplando, ao mesmo tempo, uma desconcentração geográfica e setorial e uma melhor distribuição da renda.

O sucesso dessa proposta subentende necessariamente programas voltados para a modernização da produção agropecuária, contemplando a qualificação dos produtos e a sua produção em escala comercial, que pode ser obtida através do agrupamento de produtores, minimizando as dificuldades de industrialização por insuficiência de escala de produção. Com esse objetivo, é preciso qualificar a natureza da assistência técnica aos produtores, utilizando-se das estruturas estaduais do setor, mas agregando agentes externos, como, por exemplo, a FAEB, que já tem atuado em projetos com esses objetivos.

Além dos projetos destinados a produtos agrícolas, será também necessária a dinamização da pecuária

de corte e leiteira, fortemente abalada pelo prolongado período de estiagem vivido em diversas regiões baianas. Não se trata apenas de uma recuperação quantitativa dos rebanhos, mas de um avanço na sua qualidade, através de um processo de melhoria do rebanho, utilizando suplementação alimentar com um programa para produção de ração.

Estes programas precisam estar acessíveis aos pequenos produtores, principalmente da região semiárida, através da intensificação da pesquisa do uso da palma para alimentação animal, difundindo a plantação de reserva estratégica de palma e de unidades de propagação da palma sem espinhos, de alta produtividade. Resumindo: é preciso que os avanços tecnológicos cheguem também aos pequenos produtores, que poderão contribuir para o aumento da produção de carne e leite, assegurando insumos para as unidades industriais, frigoríficos e laticínios.

É claro que todos esses programas têm que ser suportados por uma infraestrutura que contemple regiões ainda não atendidas, principalmente no que tange à disponibilidade de energia elétrica, água e meios de comunicação.

NOVAS FRONTEIRAS DO AGRONEGÓCIO

A partir das chamadas culturas tradicionais, que têm sofrido seguidos problemas, muitos, aliás, determinantes de sua estagnação e queda da produção, como tem acontecido com o cacau, o sisal, o algodão e a cana-de-açúcar, nas áreas originais, e a pecuária, também nas áreas em que se desenvolveu inicialmente, o crescimento do setor no estado ocorreu principalmente em novas fronteiras agrícolas, como é o caso do **Oeste baiano**, em decorrência da produção de soja, algodão e milho, que tem determinado participações crescentes na produção agrícola nas últimas décadas.

Outra área florescente é o **Extremo Sul**, com destaque para a agroindústria não alimentar, de madeira e celulose, e também para a produção crescente de café conilon e de cana-de-açúcar, em projetos com nítidos avanços tecnológicos para a indústria sucroalcooleira. Também nessa região instalou-se uma produção pecuária nitidamente mais avançada em relação à das áreas tradicionais do estado.

Na **Chapada Diamantina**, um importante centro de produção de hortigranjeiros tem evoluído para a produção de café e de frutas de clima subtropical, em um dos mais bem-sucedidos exemplos de indução pelo governo do estado, nos idos de 1995-1998, da ampliação de fronteiras agrícolas, através do suprimento de infraestrutura adequada (estradas, energia, água), atraindo empresas tecnologicamente avançadas, capazes de rapidamente transformar a realidade econômica da área de Ibicoara - Mucugê, inclusive em relação à geração de empregos.

Inserem-se também nesse modelo do agronegócio os projetos empresariais inseridos em perímetros de irrigação na região do Rio São Francisco (**Juazeiro, Curaçá**), aqui com predomínio da fruticultura (uva, manga, melão), mas também cana-de-açúcar, para a produção de açúcar e álcool.

APOIO AO AGRONEGÓCIO

Com relação ao apoio do estado às atividades do agronegócio, não há dúvidas de que, no geral, elas devem se concentrar no provimento de infraestrutura de boa qualidade, como estradas e energia, na formação de mão-de-obra e no suprimento de água, que tem sido fator limitante para consolidar e expandir essas atividades, além de ações desburocratizantes, por exemplo, nos licenciamentos ambientais e na garantia das propriedades contra invasões.

Uma eficiente atuação do estado nesse sentido pode significar um crescimento bem mais rápido da produção agrícola e agroindustrial, pois vai alavancar segmentos empresariais já instalados ou novos, tecnologicamente avançados e com capacidade financeira para novos investimentos. Provavelmente, a via mais rápida para o crescimento do PIB baiano seja a expansão das atividades agropecuárias e agroindustriais.

Um diagnóstico preciso deve ser feito para identificar necessidades específicas de ações governamentais de apoio, mas, de pronto, já é possível apontar algumas principais, como:

A. Para a região Sul do Cerrado (soja, café, algodão e pecuária leiteira, em Jaborandi, Correntina)

- Implantação e melhoria de diversas estradas para acesso e escoamento da produção, bem como da melhor solução logística para os produtos que se destinam à exportação, com destaque para a conclusão da FIOLE e a implantação do Porto Sul;
- Densificação e melhoria das condições de suprimento de energia elétrica, cuja qualidade tem sido responsável pela inviabilização de indústrias têxteis na região;
- Plano de aproveitamento racional de águas subterrâneas do Aquífero Urucuaia, para complementar as atividades de irrigação na área.

B. Para a região do Extremo Sul:

- Firme posição que garanta a posse das terras pertencentes a empresas de produção de madeira, um requisito fundamental para a ampliação da indústria de celulose, que tem competitividade mundial;
- Atuação, junto ao governo federal, para priorizar a duplicação da BR-101 Sul;
- Realização de estudos para potencializar o suprimento de água para irrigação complementar de café conilon e fruticultura;
- Apoio à instalação de frigoríficos e laticínios como suporte à produção de alta qualidade da pecuária regional.

C. Para a Chapada Diamantina:

- Execução de estudos visando soluções que propiciem mais segurança ao suprimento de água, com a finalidade de aumentar a produção agrícola do polo de Ibicoara/Mucugê;
- Estímulo à implantação de agroindústrias que gerem maior valor agregado e mais empregos de melhor qualidade no aproveitamento dos produtos agrícolas.
- Para a região de Juazeiro – Curaçá:
 - Busca de entendimentos com o governo federal para estabelecer uma política clara de suprimento de água do rio São Francisco, evitando períodos de restrição que afetam significativamente a quantidade e a qualidade da produção local;
 - Viabilização de plano e recursos para a conclusão do Projeto Salitre.

E. Para a região de Livramento de Nossa Senhora:

- Estudo de alternativas que permitam a retomada das atividades do perímetro de irrigação, cuja produção foi fortemente afetada pela indisponibilidade água.

F. Para a região de Irecê

- Conclusão e utilização do Perímetro do Rio Verde;
- Estudo de soluções sobre a viabilidade de suprimento de água para o Platô de Irecê, para consolidar as atividades de pequenos e médios produtores de hortigranjeiros na região.

APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

Outra importante frente de ação do governo do estado é a estruturação de sistemas produtivos para pequenos produtores em várias regiões. Algumas atividades agrícolas desenvolvidas por pequenos produtores, relativamente mais recentes e não incluídas na produção agrícola tradicional, dentro ou fora do semiárido, têm-se revelado nos últimos anos e possuem grande potencial de crescimento, se estruturadas em padrões diferentes dos habituais.

Esse potencial tem boa possibilidade de ser alcançado, com algumas ações de apoio governamental, que incluem, entre outras:

- A melhoria da organização dos produtores, voltada não apenas para o caráter associativo, inclusive via cooperativas, mas para a sua preparação à adoção de tecnologias mais avançadas de produção;

- A garantia de suprimento de água para a produção, em caráter coletivo, por exemplo, com um poço ou pequenas adutoras que atendam a grupos de produtores;
- O estímulo à integração desses produtores com empresas que exerçam atividade similar na região, facilitando a assistência técnica, o financiamento de insumos e a garantia de comercialização.

Certamente muitas áreas do estado comportam esse tipo de ação, dentro de um modelo similar ao proposto para a caprinovinocultura no semiárido, como, por exemplo:

- Limão e outros cítricos, na região de Inhambupe, aproveitando a existência de empresas já instaladas com essa atividade;
- Melão, em Ribeira do Amparo e outros municípios, também em sistema integrado com empresas já instaladas;
- Morango, caqui, maçã e outras frutas, na Chapada Diamantina;
- Maracujá, no Sudoeste e em outras regiões;
- Café de alta qualidade, em Piatã e outros municípios da Chapada Diamantina.

AGRICULTURA IRRIGADA

Os grandes projetos de irrigação, de responsabilidade do governo Federal, a cargo da CODEVASF, foram deixados de lado ao longo dos últimos anos, com a conivência do governo baiano, em decorrência da prioridade atribuída à transposição do rio São Francisco.

O novo Governo da Bahia fará gestões junto ao governo Federal para que, paralelamente às ações de revitalização, seja retomado o programa de irrigação da CODEVASF, de modo a permitir a consolidação de uma sólida base produtiva ao longo do curso do rio São Francisco. Destacam-se três projetos situados na margem direita:

1. Projeto Salitre, em Juazeiro, com 29,2 mil hectares, parcialmente implantado, agrega área irrigada ao importante polo do submédio São Francisco e pode ter o seu sistema adutor compartilhado com o projeto do Canal do Sertão Baiano, tornando-se um projeto multiuso.
2. Baixio de Irecê, em Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia, com previsão de 47 mil hectares, das quais 16,5 mil (etapas 1 e 2, de um total de 9) já entraram em operação.
3. Vale do Iuiú, em Malhada, Iuiú e Sebastião Laranjeiras, com 30,5 mil hectares.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Os serviços se destacam, no mundo atual, como o segmento mais expressivo, volumoso, dinâmico e de expansão mais acentuada, tornando-se cada vez mais estratégico e fundamental para as políticas de desenvolvimento. Não é sem razão que a sua participação só faz crescer no PIB das nações.

É também, por excelência, o setor de maior elasticidade e diversidade na geração de oportunidades de trabalho e renda, assumindo, também por isso, relevância estratégica, no momento em que o mundo do trabalho passa por transformações profundas e aceleradas, com o desaparecimento de ocupações tradicionais e o surgimento de novas ocupações, diretamente relacionadas com as fortes transformações tecnológicas, econômicas e sociais do presente. Nesse contexto, destacam-se aquelas derivadas das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e da economia criativa, com fortes impactos no modo de vida das pessoas e das sociedades.

O setor de serviços ou setor terciário, como também é chamado, que engloba o comércio, os serviços e o turismo, responde por 71,2 % do PIB (2017, SEI/BA) e pela maior parcela dos empregos da economia baiana.

Trata-se, portanto, de um setor cuja relevância impõe a necessidade de um relacionamento produtivo no mais elevado grau com o Poder Público. Mas, como se sabe, não é isso o que vem ocorrendo na Bahia nos últimos anos.

E o maior exemplo é a situação do turismo, setor que, por sua importância para a economia baiana, será aqui tratado em destaque. No entanto, registre-se, de logo, que, apesar de constituir uma vocação absolutamente consolidada e reconhecida da Bahia, e, sozinho, responder, segundo estimativas setoriais, por cerca de 6% da economia estadual, encontra-se há vários anos em fase de progressiva redução - e, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, sofreu uma queda, em volume de atividade, de nada menos que 8,2% só nos últimos 12 meses até maio passado.

A política para o setor se caracterizará por um diálogo permanente com a Federação do Comércio do Estado da Bahia e demais entidades representativas de segmentos específicos, de modo a articular ações conjuntas para a melhoria, expansão e modernização do setor em nosso estado.

Nesse sentido, cabe aqui enunciar um elenco de medidas que merecerão atenção do novo governo e que visam estimular o desenvolvimento e a modernização das atividades comerciais e de serviços, de modo a fortalecer a economia baiana:

- Estabelecer novas regras que venham a facilitar o acesso das micro e pequenas empresas – que são predominantes – às compras governamentais;

- Fomentar a emergência e o fortalecimento de novos polos comerciais no Interior, valorizando as cidades médias;
- Estimular o desenvolvimento de novos arranjos e cadeias produtivas no interior, de forma a dinamizar a economia e gerar oportunidades de trabalho;
- Adotar medidas que garantam segurança ao transporte de cargas no território estadual, bem como às centralidades comerciais nas cidades;
- Criar adequada política estadual de apoio e incentivos à inovação no Comércio;
- Formulação de medidas e projetos específicos destinados a estimular o comércio varejista;
- Equacionamento de quaisquer eventuais pendências tributárias que afetem, de modo especial, o desempenho do setor;
- Avaliar a equalização dos tetos estadual e federal para empresas optantes do SIMPLES;
- Implementação de todas as medidas necessárias à efetiva incorporação da tecnologia avançada e da inovação no cotidiano da vida das empresas do setor;
- Praticar política de redução do ICMS incidente sobre o combustível de aviação, como instrumento para atração de novos voos nacionais e internacionais, assim como assegurar a integração de mais cidades interioranas à rede aérea nacional.

TURISMO

Ao longo dos últimos 12 anos, o governo da Bahia abandonou e destruiu, literalmente, toda a estratégia e política de desenvolvimento turístico do nosso estado, considerada exemplar e amplamente reconhecida, nacional e internacionalmente, estancando seu acelerado ritmo de crescimento. Somente a resiliência dos agentes turísticos e a imensa, singular e diversificada potencialidade que temos - a dotação de atrativos naturais, históricos e culturais, aliada à valiosa cultura do povo baiano – foram capazes de preservar a atividade do setor.

Com discurso falsamente social, os governos estaduais desses últimos 12 anos dispensaram o turismo como grande gerador de empregos, difusor de nossa cultura, fator de atração de investimentos e fonte de divisas.

O governo da Bahia, ao parar os investimentos de infraestrutura previstos em novas áreas turísticas e nas

já existentes, com melhorias fundamentais para os baianos aí residentes, deixou de receber investimentos privados, em andamento, que, somados aos já existentes em 2006, alcançariam 6,9 bilhões de dólares em 2020. Essa situação construía uma saudável relação de 1 dólar de investimento público para cada 4,3 dólares de investimento privado.

Com isso, durante todo esse longo período, a chegada de visitantes domésticos nacionais e internacionais praticamente não cresceu no estado, somente crescendo a parcela de visitantes do próprio estado, o turismo intra-Bahia.

Perdeu o turismo da Bahia, no seu processo de crescimento econômico e social, mas, acima de tudo, perdeu o povo baiano, na ampliação sistemática e contínua do seu mercado de trabalho.

A Bahia sempre desenvolveu o seu trabalho encarando o turismo como uma atividade econômica geradora de emprego e renda, baseando-se em planos estratégicos. Destacam-se o Plano de Turismo do Recôncavo, de 1970 a 1979; Os Caminhos da Bahia, de 1980 a 1987; o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, de 1991 a 2002 e o Bahia Século XXI – A Consolidação do Turismo, com horizonte de 2003 a 2020.

Esse último plano foi inteiramente abandonado pelo ciclo de governos petistas iniciado em 2007, que imprimiu um novo pensamento administrativo, inteiramente equivocado, mudando o caminho de crescimento que se seguia, provocando uma ruptura de concepção e desprezando políticas e programas vitoriosos, até então existentes. Essa ruptura implicou:

- (1) Abandono de todas as políticas e programas antes existentes e estancamento do acelerado crescimento dessa atividade até então;
- (2) Paralisação dos investimentos em infraestrutura previstos para novas áreas turísticas e para as já existentes;
- (3) Perda de investimentos privados, que, somados aos já existentes em 2006, alcançariam 6,9 bilhões de dólares em 2020, configurando uma saudável relação de 4,3 dólares de investimento privado para cada dólar de investimento público;
- (4) Estagnação do número de turistas nacionais, queda do número de turistas internacionais de quase 800 mil, em 2006, para não mais que 600 mil, em 2016, pelos dados da SEPLAN/BA, da FIPE e da SETUR/BA, e subida apenas no número de turistas doméstico, intra-Bahia.

Um marco dos mais ilustrativos deste descaso é o abandono do Centro de Convenções da Bahia, que desabou em 2016, estranhamente após uma suposta “grande reforma” em 2010.

Outro é a queda da importância do Aeroporto de Salvador no cenário aeroportuário regional e nacional, como evidenciam:

(1) A perda para Recife, em 2017, de sua primazia histórica no Nordeste no fluxo geral de passageiros;

(2) A queda da 3ª posição nacional, em 2006, para a 6ª posição, em 2017, na movimentação internacional de passageiros, com fortes indicativos de retração adicional em 2018 para a 7ª posição, de novo para Recife;

(3) A queda da 5ª posição nacional, em 2006, para a 10ª posição na movimentação geral de passageiros.

Também significativo é o fato de que, sempre tão pródigo em seus gastos com publicidade, que somaram mais de R\$ 500 milhões só nos três últimos anos (2015 a 2017), o atual governo do estado não fez uma única campanha na grande mídia nacional nos últimos 10 anos para ativar o turismo na Bahia.

E isso tudo sem contar a tragédia da segurança pública e seu impacto na atração de turistas para o estado.

Se não fossem as muitas ações e iniciativas empreendidas no plano municipal, com menção especial à prefeitura de Salvador, o desastre teria sido ainda muito maior. Só para exemplificar, o carnaval, sozinho, induz uma movimentação de cerca de R\$ 1 bilhão e uma ocupação hoteleira de 92%.

Diante disso, a retomada dessa atividade econômica e social - que representa cerca de 6% da economia baiana, com o expressivo valor acima de 14 bilhões de reais por ano, sendo o segundo maior empregador individual - leva à necessidade de decisões estruturantes e de políticas específicas, dentre as quais:

- Retomada do investimento em turismo logo no primeiro ano da nova administração, com progressivo incremento nos anos seguintes, de forma proporcional à resposta produzida pela atividade;
- Criar a nova "inteligência" da Bahiatursa, perdida com a extinção da empresa e demissão de todos os seus funcionários. Convém recriá-la, não mais como empresa, mas, agora, como uma moderna Agência de Promoção Turística, com pouquíssimos colaboradores, concursados e aprovados em idiomas e marketing. A criação dessa nova Bahiatursa pressupõe a extinção da frágil e inexpressiva Superintendência de Fomento ao Turismo, que existe hoje na Secretaria de Cultura e Turismo;
- Volta do planejamento da atividade turística no estado, a partir da atualização das estratégias anteriormente estabelecidas, com a incorporação de novidades e técnicas atualmente em prática mundo afora;
- Retomada gradual das ações, valorizando as políticas vitoriosas anteriormente desenvolvidas e incorporando novas iniciativas.

Essas novas diretrizes para a reestruturação do turismo, no âmbito da administração estadual, devem

servir de base para a implementação de políticas específicas, destinadas à revitalização e dinamização do setor:

POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE PRODUTOS TURÍSTICOS

- a) Programa de investimento em infraestrutura, inclusive em parceria com o setor privado, para a preparação de infraestrutura na criação de novos produtos turísticos, melhorias e atualização dos existentes. Esse programa poderá contar com o apoio de recursos de bancos multilaterais de desenvolvimento.
- b) Programa da implantação e operação de Centros de Convenções, como importantes equipamentos reguladores da baixa estação, com participação da iniciativa privada, incluindo a construção do Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, mediante troca de sinergia com a prefeitura municipal, objetivando a otimização dos esforços mútuos nesta área, e de um em Porto Seguro, já que o atual foi cedido à Universidade Federal do Sul da Bahia; é preciso ainda dar continuidade às obras dos Centros de Eventos Múltiplos de Itabuna e Feira de Santana, estendendo esse programa a outras cidades estratégicas, a exemplo de Juazeiro e Teixeira de Freitas, retomando as ações do Centro de Convenções de Ilhéus, com aumento de sua área de exposições.
- c) Programa de implantação de novos aeroportos, especialmente o Aeroporto Internacional da Costa do Descobrimento, em Porto Seguro, e o novo Aeroporto Jorge Amado, em Ilhéus, para atender à Costa do Cacau, em substituição ao atualmente existente.
- d) Programa de ampliação e melhorias nos aeroportos de Teixeira de Freitas e Paulo Afonso, além de uma solução definitiva para o de Barreiras.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS PRIVADOS

- a) Programa intensivo de captação de investimentos privados para todas as áreas turísticas do estado.
- b) Programa específico para a “Costa de Itapuã”, única possibilidade, na cidade do Salvador, para a criação de resorts visando qualificar um turismo internacional de sol e praia. Este local é a última alternativa que a cidade de Salvador dispõe para concorrer com as capitais e os principais produtos de praia do Nordeste.
- c) Programa especial para captação de voos internacionais e domésticos. Essa iniciativa deve estar associada aos programas de promoção e propaganda - e, embora não limitada a Salvador, deve-se considerar as possibilidades abertas com a recente concessão do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães.

POLÍTICA DE PROMOÇÃO E PROPAGANDA

- a) Programa de Promoção e Propaganda Turística da Bahia, com pelo menos uma ou duas campanhas anuais na mídia nacional, ação inexistente ao longo dos últimos dez anos.
- b) Programa de retomada do apoio às ações empresariais, nos clusters de cultura, turismo e entretenimento, e dos arranjos produtivos de diversas cidades turísticas do estado.
- c) Programa de ações sistemáticas para a captação de eventos para as cidades turísticas da Bahia.
- d) Programa Fidelidade Bahia. Recriação dessas ações que, em três anos, 2004-2006, conseguiu atingir 90 mil turistas participantes e cerca de 500 parceiros/estabelecimentos comerciais filiados. Esse programa deve ser patrocinado por uma operadora de cartão de crédito e por uma empresa telefônica. Programa similar foi implantado neste ano de 2018 em Madri. Com grande sucesso, ele foi qualificado como pioneiro.

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO CULTURA – TURISMO

- a) Programa de apoio às indústrias criativas, relegadas nos últimos anos.
- b) Programa de Integração Cultura – Turismo, de fundamental importância para qualificar o “Produto Bahia”, inclusive na captação do fluxo de turistas de maior renda. Como exemplos, apoiar projetos de capoeira – revitalizando o Forte da Capoeira, no Centro Histórico de Salvador; a implantação do Museu Ecológico Frans Krajcberg, na Costa das Baleias, oficialmente criado por decreto estadual de 2006, com o acervo doado pelo artista; e reativação da Casa das Filarmônicas.

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO

- a) Programa QUALITUR – Programa de Qualificação e Certificação Profissional de pessoas e empresas, abandonado desde 2007.
- b) Programa de Qualificação de Pessoas para a atividade turística, a ser realizado em parceria com o SENAC e outras entidades e instituições.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O mundo moderno gravita em torno de iniciativas inovadoras e do desenvolvimento científico e tecnológico, ante os quais a Bahia não pode permanecer distante. Estamos diante da 4ª revolução

industrial, da internet das coisas, dos veículos autônomos, das cidades inteligentes, da impressão 3D, do Big Data, da inteligência artificial...

Não terão futuro o país e a região que não acompanharem e participarem ativamente desse processo, que terá forte incidência sobre o futuro da humanidade e, no particular, decidirá o protagonismo, o espaço e a participação que cada localidade poderá ter em um futuro cada vez mais próximo.

O aprimoramento científico e tecnológico - e seus desdobramentos na pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos, processos e serviços não constituem mais uma escolha, senão um imperativo a que os governos devem dar resposta.

A Bahia precisa se movimentar, com rapidez e agilidade, inteligência e precisão, para participar desse novo momento do processo de desenvolvimento geral e global. Nesse sentido:

- Será instituído o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação na Bahia, cuja remessa à Assembleia Legislativa o atual governo acaba de adiar por mais 180 dias (Portaria n. 055, de 20 de julho de 2018, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação), retardando o passo necessário para que a Bahia possa ter atualizada a sua política de CT&I;
- Ter clara definição das prioridades estaduais para o desenvolvimento científico e tecnológico, estruturados no Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser elaborado com ampla participação dos segmentos e setores diretamente envolvidos;
- Reativar, de forma significativa, a política de editais da FAPESB, a Fundação de Pesquisas do Estado da Bahia, que funcionará como grande estimuladora das atividades do setor;
- Promover a integração entre as Universidades Públicas Estaduais – UNEB, UESF, UESC e UESF – e a Política Estadual de CT&I, visando o fortalecimento das atividades de pesquisa nas IES baianas;
- Estabelecer e implementar política específica para a expansão da rede de banda larga no território estadual, em parceria com a iniciativa privada, criando condições infraestruturais para que a Bahia possa avançar no processo de transformação digital;
- Promover e apoiar a criação de incubadoras de base tecnológica, na capital e no interior, principalmente onde haja maior presença de universidades, de modo a estimular e tornar possível a realização de vocações empreendedoras;
- Estimular as startups, em geral, e promover sua incorporação nas cadeias produtivas baianas.

PARQUE TECNOLÓGICO

Embora tenha herdado o projeto e construído uma primeira edificação, os últimos governos não foram capazes de implantar o Parque Tecnológico, idealizado para ser um ambiente destinado à instalação e funcionamento de centros de desenvolvimento e pesquisas, mas que permanece sem a força da presença significativa de unidades de pesquisa e desenvolvimento, não obstante o momento efervescente pelo qual passa o cenário da inovação em suas diversas frentes.

O novo governo desenvolverá um arranjo institucional apropriado para atrair empresas e empreendedores que busquem promover avanços nessa área, para apoiar as iniciativas locais e atrair interessados de fora, de modo a tornar a nossa capital um centro de referência em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O Parque Tecnológico deverá manter intensa articulação com as instituições de ensino e pesquisa de nosso estado, especialmente a Universidade Federal da Bahia, a Fiocruz Bahia (antigo Instituto Gonçalo Muniz) e o Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (CIMATEC), que, inclusive, lhe é vizinho, para tornar-se um polo catalizador do ambiente tecnológico e de inovação em nosso estado.

O Parque Tecnológico deve ser também o ambiente para o florescimento de novas empresas do tipo startups, como as fintecks, edutechs, agritechs, além de outros “ramos” aos quais as grandes e médias empresas têm se associado para a transformação dos seus negócios.

UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

As universidades estaduais baianas – UNEB, UEFS, UESC e UESB – receberão atenção especial. Estado com o maior número de universidades públicas no país, a Bahia precisa integrá-las socialmente e fortalecer a sua função de pesquisa, complementando as suas estruturas e formatando os seus perfis institucionais.

É preciso diferenciá-las, na medida em que as instituições de ensino superior privadas penetram o interior, com cursos presenciais e EAD a baixo custo, e, inclusive, até mesmo implantam cursos de medicina, dos mais exigentes; por outro lado, é também maior a estrutura multicampi das instituições federais de ensino superior, agora com presença significativa em nosso território.

Isso é bom para os baianos em geral. Mas as nossas universidades precisam se diferenciar, melhorar a qualidade, diversificar a oferta, comprometer-se com as realidades regionais em que atuam.

Ao estado impõe formular a sua política de Ensino Superior. Nesse sentido, é preciso haver um trabalho articulado com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Baianas, de modo que cada uma dessas instituições tenha o seu plano de desenvolvimento guardando relação de complementaridade com as demais e, no conjunto, fortaleçam as regiões nas quais estão inseridas, contribuindo para o desenvolvimento geral do estado.

De parte do novo governo, a política de CT&I haverá de contemplar as universidades públicas estaduais com parcerias capazes de viabilizar uma colaboração de mão dupla.

Salvo a UNEB – Universidade do Estado da Bahia –, criada já originalmente sob o modelo multicampi, as demais têm claro compromisso regional: a UEFS em relação à região de Feira de Santana; a UESC em relação ao Sul do estado; e a UESC em relação ao Sudoeste – Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié. Cabe à UNEB estruturar os seus campi, de modo a diversificar e ampliar o número de cursos e a quantidade de vagas oferecidas, de forma a criar as suas identidades regionais.

Todas, no entanto, precisam estar comprometidas com o desenvolvimento das regiões a que atendem, não apenas e tão somente com a oferta de cursos, mas também com as atividades de extensão e pesquisa – que caracterizam as universidades. A contextualização regional, dada pelas prioridades adotadas e pelo conjunto de cursos oferecidos, é que será capaz de dizer acerca do enraizamento das universidades públicas estaduais nas comunidades a que devem servir.



IV - DESENVOLVIMENTO **SOCIAL**

EDUCAÇÃO BÁSICA

Atingida a meta da universalização da matrícula no ensino fundamental, o que ocorreu no país desde o final dos anos 1990, a prioridade agora é a melhoria da qualidade do ensino. E nisso, a Bahia está muito atrasada. De outro lado, as transformações globais que põem em relevo a era do conhecimento estão a exigir um novo padrão educacional para as novas gerações.

Ler e escrever ainda representam sérias dificuldades para mais de 13 milhões de brasileiros com mais de 15 anos, ou 9,6% da população. Na Bahia, a situação é muito mais grave, pois encontramos um percentual acima de 29%. Isto representa um enorme desafio.

O analfabetismo funcional no Brasil é alarmante quando constatamos que 70% dos jovens que terminam o ensino médio não compreendem claramente o conteúdo do que leem e não se expressam convenientemente na escrita. Também enfrentamos, principalmente aqui na região Nordeste, uma situação preocupante quanto à defasagem idade-ano que está em torno dos 4 anos. A evasão escolar é também acentuada, estando a escola funcionando consoante um modelo de ensino incapaz de satisfazer às exigências de cada etapa do processo de escolarização.

Se queremos construir o futuro é preciso melhorar agora a qualidade da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

O IDEB – Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico, que é o principal indicador da qualidade do ensino no Brasil, e inclui o desempenho na chamada Prova Brasil, aplicada aos estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental, aqui tomada isoladamente, mostra que na Bahia, no ano de 2015, conseguimos superar a meta projetada para os anos iniciais, atingindo o índice 4,3 que era esperado para o ano 2017, em um segmento que é amplamente municipalizado. Porém, nos anos finais, a partir de quando começa o predomínio da rede estadual, não alcançamos a meta, que era 3,9, e ficou em apenas 3,2.

No âmbito interno, observa-se que os melhores desempenhos do IDEB na Bahia estão em municípios da Chapada Diamantina, onde um Pacto pela Educação mantém as Prefeituras permanentemente mobilizadas em torno da melhoria do ensino e apresenta, como consequência, melhores resultados. Também em Salvador foi possível verificar como um trabalho bem orientado pode trazer melhorias de desempenho em relativamente pouco tempo: entre 2011 e 2013, Salvador saltou da última para a 17ª posição entre as Capitais brasileiras, dando um arranque nas notas do IDEB. Isto demonstra que temos, aqui mesmo em nosso Estado, o exemplo e a demonstração de que é possível mudar para melhor a educação baiana.

A situação do ensino médio na Bahia mostrou-se ainda mais desafiadora, já que houve uma queda em 2011 a 2013 com leve melhora em 2015, quando a avaliação, ainda assim, alcançou o fraco índice de 2,9.

Em língua portuguesa, literatura e matemática os dados mostram-se também desanimadores, dada a pouca habilidade adquirida pelos alunos. Estes dados nos levam a entender que há necessidade de investimento intenso e gestão eficiente. Foco nos resultados, formação continuada dos profissionais da educação, acompanhamento pedagógico são alguns dos itens chaves para este investimento.

O estado da Bahia conta, em sua rede própria, com 1.297 escolas, as quais atendem a 816.051 alunos. É um dos estados do Brasil mais ricos em diversidade sociocultural, dotado de alto sentido de pertinência do indivíduo ao seu grupo social.

É preciso dar uma grande virada na Educação da Bahia. Para ter dedicação exclusiva, a atual Secretaria da Educação será transformada em SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O novo governo vai criar um programa especial de apoio técnico, administrativo e pedagógico aos municípios para a implantação da educação infantil e a melhoria da qualidade do ensino fundamental, e completar a sua municipalização. Com isto busca-se construir uma base sólida para a melhoria sustentável da qualidade da educação pública em nosso estado.

Para serem estimulados a melhorar a qualidade do ensino, os municípios terão parcela da sua participação na cota-parte do ICMS vinculado aos resultados alcançados na avaliação do ensino fundamental, medido através do IDEB, com transparência e controle social público: por exemplo, todas as unidades escolares ostentarão na sua fachada quadro padrão indicativo da evolução das notas obtidas no IDEB, que é realizado a cada dois anos. As famílias serão convidadas a acompanhar a evolução dos seus filhos na escola. Ações efetivas precisarão ser realizadas para combater a evasão escolar e a defasagem idade-ano.

NOVA ESCOLA MÉDIA

No âmbito do governo estadual, será dada prioridade absoluta à implantação do Novo Ensino Médio, dando ênfase à integração com a formação técnica profissional dos nossos jovens. A NOVA ESCOLA MÉDIA será a base da ação direta do novo governo.

A Nova Escola Média será estruturada com fundamento no Novo Ensino Médio, recém estabelecido, e aliará a formação geral com a formação profissional integrada, de modo que os jovens baianos possam sair da escola com uma profissão e condições de empregabilidade.

Para isto, haverá intensa articulação entre a nova Secretaria de Educação Básica e a nova Secretaria de Trabalho e Renda, incumbindo esta última de identificar as demandas do mercado de trabalho em cada região do nosso estado, para que os cursos oferecidos sejam aqueles de que cada região precisa.

Os professores receberão formação continuada e acompanhamento pedagógico, e receberão bônus remuneratório, com base nos resultados dos seus alunos.

Além disso, é preciso mudar o perfil da Secretaria de Educação que, atualmente, gasta a maior parte de sua capacidade de trabalho nas questões administrativas e burocráticas, com pouca ênfase no ensino. A implantação da Nova Base Curricular Comum constitui oportunidade ímpar para essa transformação funcional.

Levando-se em conta os dados educacionais da Bahia, bem como as peculiaridades locais, caracterizada pelo sentido de pertinência anteriormente mencionado, o novo governo se propõe a:

1. Investir na rede da educação (coordenadores pedagógicos, diretores escolares, equipes dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) da Rede Estadual e do Órgão Central da Secretaria), visando a formação e qualificação, com vistas a estabelecer as aprendizagens que professores e alunos devem construir em base às diretrizes legais e aos conhecimentos didáticos;
2. Contribuir para a formação de quadros profissionais locais que se responsabilizem pela gestão da formação continuada no contexto de trabalho dos NTE;
3. Garantir que os coordenadores pedagógicos disponham de formação continuada de modo que assumam a formação dos professores levando estes a que incorporem práticas qualificadas, inserindo-as no dia-a-dia da escola;
4. Investir na reformulação dos cursos de formação profissional com vistas a inovação curricular, atendendo a demanda de trabalho e de interesse dos jovens.

A Bahia é o estado brasileiro que tem a maior quantidade de universidades públicas estaduais. O ensino superior estará vinculado à nova Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para fazer a integração entre o ensino, a extensão e a pesquisa, consolidando e fortalecendo institucionalmente as nossas Universidades Estaduais – UNEB, UESF, UESC e UESB.

SAÚDE PÚBLICA

Cuidar da saúde e não da doença. Essa é a diretriz do novo governo, nessa área tão sensível à população baiana. O sofrimento dos baianos em busca de assistência médica e a perda de vidas humanas, por falta de condições de atendimento, na rede posta à disposição dos cidadãos, fazem do dia a dia das famílias um drama constante, que precisa ser revertido.

A elevação da qualidade de vida dos baianos é determinante para a redução dos fatores de risco à saúde, constituindo-se na ação mais efetiva para obter bons resultados nos índices de saúde da população. Uma série de metas ousadas deve ser assumida nesse aspecto, que certamente terão impacto direto, em médio prazo, em diversas políticas públicas para a saúde.

A ação mais significativa será a expansão dos serviços básicos de saúde, por meio da ampliação qualitativa da cobertura do Programa de Saúde da Família – PSF, com Saúde Bucal integrada.

É preciso, mais ainda, reduzir o impacto de doenças infectocontagiosas, por meio de ações preventivas, educativas e de atuação da vigilância em saúde. É possível, por exemplo, reduzir os índices de mortalidade por doenças infecciosas, atualmente em 25,9, a cada 100.000 habitantes, para 22,7, em 2022 (atual índice do Nordeste sem a Bahia).

É urgente o controle da evolução do percentual de adultos com excesso de peso, atualmente em 6,5% ao ano. Assim como também é possível e necessário controlar a evolução do percentual de adultos com consumo abusivo de álcool, atualmente em 4,2% ao ano.

O ponto de partida de uma boa gestão da saúde passa pela revisão de metas e de políticas que possam elevar a qualidade de vida geral do cidadão baiano, tornando-o mais saudável e, conseqüentemente, com menos propensão a doenças.

Para tanto, o novo governo promoverá a regionalização das ações, com ênfase na descentralização dos serviços públicos de saúde, com direção única em cada esfera de governo, observando-se que os cidadãos baianos têm necessidades de saúde explícitas que precisam ser atendidas, garantindo o acesso à saúde com melhoria da qualidade de vida em todos os municípios.

Por sua grande dimensão territorial e a dificuldade de acesso dela decorrente, torna-se imperativo que o processo de regionalização da assistência à saúde seja desenvolvido de forma a garantir a capacidade de solução nas diversas regiões, em especial, na atenção básica, desenvolvida no âmbito municipal.

Uma atenção primária bem desenvolvida pode resolver até 80% das situações de saúde da população de abrangência de um território. Para tanto, basta que a gestão pública garanta os meios de trabalho adequados à realização das ações e serviços de saúde, de forma que os atributos essenciais e necessários ao bom desempenho do SUS sejam cumpridos.

A assistência especializada em saúde deve complementar a atenção básica com vistas à garantia da atenção completa, no sentido de resolver os problemas de saúde da população baiana o mais próximo de onde ela vive.

A execução da Vigilância em Saúde se faz necessária em todos os municípios, à luz da coordenação

estadual, de modo a propiciar acesso irrestrito às ações de prevenção e promoção da saúde.

Assim, refletindo as necessidades e os anseios da população baiana por serviços de saúde, o novo governo cuidará de:

1 REFORMULAR AS ESTRUTURAS GERENCIAIS DE SAÚDE, POR MEIO DA BOA GESTÃO

A capacidade de gestão das estruturas regionais do estado para coordenação do Sistema de Saúde deve ganhar forma inovadora para prover apoio técnico aos municípios baianos, fato que deve ser acompanhado do reordenamento administrativo da própria Secretaria de Saúde, para torná-la capaz e eficiente no desenvolvimento da política estadual de saúde.

Nesse processo, há de ser considerada a profissionalização da gestão pública, com envolvimento concreto dos trabalhadores da saúde para a otimização dos resultados, definição e mensuração de indicadores assistenciais e de qualidade.

Junto à reformulação administrativa haverá de se avaliar e adotar medidas que dizem respeito à participação financeira do estado na saúde, vez que, hoje, muito raramente ultrapassa o piso orçamentário de 12% dos gastos, enquanto os municípios, na sua grande maioria, comprometem mais de 18% de sua receita - e o próprio governo federal se abstém dessa participação, com redução em torno de 42% do que anteriormente assumia.

Essa é uma questão a ser enfrentada com a necessária revisão do ordenamento jurídico que regula a participação dos entes federativos, não só ampliando os gastos estaduais com saúde, mas também buscando a devida expansão da participação do governo federal.

O processo de descentralização e regionalização transferiu aos municípios deveres e responsabilidades na atenção à saúde da população, que antes correspondiam aos governos estadual e federal, sem que fossem adequadamente preparados para tais papéis, que se avolumam, dado o quadro epidemiológico e de atenção à saúde que se modifica nas diversas regiões baianas.

Diante de tal constatação, observa-se que os municípios estão enfrentando dificuldades para o cumprimento dos papéis a eles atribuídos, tornando-se essencial ao governo estadual buscar novas formas, criativas e com tecnologias leves, para a superação das fragilidades existentes, através de instrumentos e mecanismos de gestão inovadores.

Aí cabe destacar a necessidade de melhorar o desempenho da prestação de serviços de saúde, com implantação de processo de trabalho que observe, dentre outros requisitos, um atendimento ambulatorial e clínico satisfatórios, taxa de ocupação nos hospitais com maior giro de leitos, diminuição das internações por causas que podem ser resolvidas na atenção básica e definição concreta de produtos nessa área para os trabalhadores de saúde no SUS.

Especialmente, dar suporte às famílias com renda abaixo de cinco salários mínimos, nas quais os gastos com medicamentos se destacam e oneram o orçamento familiar, que, na Bahia, está acima das médias do Nordeste e do Brasil, o que demonstra a fragilidade na assistência médica e farmacêutica em nosso estado.

De forma específica, será preciso:

Convocar os municípios para ação harmonizada com o estado, na revisão das estruturas e investimentos que sejam de interesse conjunto, para a unificação das forças construtivas para a solução de problemas comuns.

Implantar avaliação de desempenho dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) da SESAB, administrados diretamente por gestores estaduais ou por terceiros, para definição das capacidades de resolver os problemas e a qual custo - e para conseqüente orientação do modelo administrativo a ser seguido.

Desenvolver estudos prospectivos para investimentos em saúde, com a participação da sociedade civil, em parceria com as ações do governo (Parcerias Público-Privadas), com vistas à viabilização das grandes obras estruturantes do Sistema SUS em nosso estado.

Requalificar as gestões dos serviços públicos de saúde de média complexidade ambulatorial e hospitalar, com implantação de mecanismos inovadores de gestão na prestação de serviços, no financiamento, capacitação técnica dos funcionários, modelagem da assistência, utilizando a medicina baseada em evidências para aumento da capacidade de fazer saúde.

1. FORTALECER OS MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA PRIMÁRIA DE QUALIDADE À SAÚDE DO CIDADÃO:

As ações de prevenção, promoção e vigilância da saúde e do ambiente, com vistas à preservação da qualidade de vida local, serão desenvolvidas em todos os municípios baianos, com apoio técnico e financeiro da gestão estadual.

O governo do estado, por meio da Secretaria de Saúde, deverá rever o atual processo de trabalho, criando novas formas de comunicação entre os municípios para remodelar o sistema vigente, frente às diretrizes constitucionais do SUS.

Nesse aspecto, a busca da facilidade de acesso e da qualidade na atenção básica à saúde, avaliada por meio de indicadores finalísticos comparáveis entre os municípios, é o resultado a ser alcançado ante as medidas explicitadas a seguir:

Implantar Certificação Estadual para a Atenção Básica, com apoio técnico e financeiro estadual, reajustável a cada ano, como contrapartida aos recursos do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica – PMAQ. O objetivo é buscar, até o final do governo, 80% de cobertura da Atenção Básica, com equivalência na Saúde Bucal.

Apoiar a expansão da cobertura de Saúde Bucal na Atenção Básica, com equivalência ao número de equipes de Saúde da Família.

Garantir a entrega de insumos aos municípios para desenvolver ações com vistas ao atendimento completo das necessidades em saúde, tais como cesta básica de medicamentos, próteses, pensos especiais, fraldas e outros materiais fundamentais para o alcance de resultados da assistência à saúde.

Apoiar o desenvolvimento de ações de formação profissional na atenção básica, à luz da medicina baseada em evidências, para a busca das soluções mais efetivas na assistência.

Promover incentivos às ações que tratem da Vigilância à Saúde, dos Empreendimentos Sanitários, das Atividades Físicas e do Meio Ambiente, como medidas de Promoção da Saúde, que vão além da visão médica curativa e buscam na multiplicidade os fatores determinantes da saúde.

Estruturação de serviços municipais de cuidado às feridas crônicas e aos pré-diabéticos, nos municípios baianos com mais de 30 mil habitantes, devido aos diagnósticos que se acumulam junto à população.

Reestruturação dos hospitais de pequeno porte, para garantir a assistência nos municípios de população inferior a 30.000 habitantes, com redesenho do perfil de atendimento, com garantia de contrapartida de recursos financeiros do Tesouro Estadual para custeio das ações assistenciais e da sustentabilidade do sistema.

2. GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO À ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Constituirá prioridade do novo governo, estabelecer um diagnóstico básico da atual desassistência aos usuários do SUS, por meio de um levantamento das filas de espera para consultas e exames especiais, com o devido registro, para conhecer e intervir de forma prioritária em situações mais críticas para a solução do problema. Observa-se que o acesso ao serviço especializado deverá ser realizado o mais próximo possível da residência do paciente, de acordo com a capacidade instalada existente na região – ou, quando necessário, em região próxima.

Há também que se retroalimentar o sistema para ciência do resultado dos encaminhamentos realizados, que poderiam ter sido resolvidos no seu âmbito de atuação, utilizando o mecanismo de contra referência assistencial.

Após o primeiro ano de gestão, o novo governo, em parceria com as associações profissionais e de gestores, hospitais públicos, privados, filantrópicos e municípios, garantirá a realização do atendimento, em um prazo máximo estabelecido de acordo com cada área, como se destaca a seguir:

Consultas especializadas: com expectativa de, no máximo, 40 dias de espera, com destaque, dentre outras, para as áreas médicas de Cardiologia, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Neurologia, Endocrinologia, Urologia, Reumatologia, Oftalmologia e Dermatologia.

Exames Laboratoriais: atendimento imediato e contínuo.

Exames especializados: com expectativa de 60 dias de espera, com destaque, especialmente, para as áreas de imagem como ultrassonografia geral e obstétrica, tomografia computadorizada, mamografia, raios X com contraste, ressonância nuclear magnética, eletroencefalograma, ecocardiografia, endoscopia digestiva, broncoscopia e biópsias ecoguiadas por imagem.

Cirurgias eletivas: com expectativa de agendamento para realização em até 90 dias, dentre outras, para as áreas de intervenção médica de cirurgia geral, urológica e ginecológica de média complexidade.

Diagnóstico e tratamento do câncer: com espera máxima de 60 dias, como previsto na Lei Federal 12.732/2012.

Implantação do Programa de Atenção Integral ao Portador de Doença Venosa Crônica – PAI DVC, para garantir o acesso e tratamento aos pacientes com úlcera venosa em especial.

Atendimento de urgência e emergência: com resposta imediata.

3. GARANTIR O ACESSO DO CIDADÃO À ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA SUA COMUNIDADE REGIONAL.

O novo governo buscará meios que permitam o aumento da cobertura assistencial em todas as áreas, por meio de amplo credenciamento de unidades de saúde para a realização de consultas e exames de média e alta complexidade, de forma a viabilizar atendimento às demandas da população, evitando a peregrinação do paciente por diversas cidades. Cercado de muita propaganda, o atual governo construiu unidades que não corresponderam às expectativas criadas, numa clara demonstração de que, na área da saúde, a realização de obras não é o que mais atende aos interesses da população.

Para tanto, será preciso estruturar as redes de Atenção à Saúde e apoiá-las, inclusive financeiramente, para assegurar o funcionamento político-institucional do sistema. A complementação da assistência se dará também com a garantia de acesso qualificado e oportuno nas situações que necessitam de suporte de leito hospitalar nas diversas regiões.

Dessa forma, será verificada a necessidade de suporte operacional com a ativação de leitos inativos e construção de novos leitos hospitalares regionais, de caráter geral, dotados de leitos críticos (UTI) e apoio diagnóstico (exames) de alta complexidade, para viabilizar o atendimento em regiões com grandes gargalos assistenciais e que sejam entroncamentos com expressivo movimento migratório da população.

Observam-se como ações principais:

Reestruturação e/ou revitalização das estruturas ambulatoriais municipais de média complexidade, com vistas ao aumento da resolução nos municípios com mais de 30.000 habitantes.

Expansão e consolidação da Rede Estadual de Atenção ao Câncer, com investimentos nas áreas com baixa cobertura, como Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas, Irecê, Itaberaba, Juazeiro, Paulo Afonso, Vitória da Conquista, Itabuna, Barreiras, Guanambi e Teixeira de Freitas.

Reformulação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, de acordo com a Política Nacional de Atenção às Urgências e os Planos de Ação Regional, com suporte específico de caráter financeiro por parte do estado, que agregará tal bônus ao valor do custeio de ordem federal – SUS, de forma a assegurar a sustentabilidade dessa área;

Incentivo e apoio técnico operacional à organização da Rede de Atenção Psicossocial, voltada para a atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

Articulação para constituição da rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, em parceria com a atenção básica.

Estabelecimento de ações e serviços voltados à consolidação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, com ênfase nas ações de promoção da saúde e o autocuidado pelos usuários.

Efetivação da Rede Cegonha, com estabelecimento de serviços adequados, para assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e puerpério, bem como à criança, o direito ao nascimento seguro e crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Requalificação dos hospitais existentes e construção de novos hospitais em regiões como do Oeste do estado, Extremo Sul, Litoral Norte e Região Sisaleira.

Merece destaque especial à necessidade de cuidar das mães e das crianças baianas, com aumento das iniciativas de acompanhamento ao pré-natal, ao parto e pós-natal de qualidade. Ainda, erradicar a desnutrição infantil, revertendo a tendência de aumento da mortalidade, como ação primordial.

A Bahia está em quarto lugar nas taxas de mortalidade infantil no Brasil, bem como se situa acima da média nacional em mortalidade materna. A efetivação de todos os componentes da Rede Cegonha é determinante para mudar o quadro da situação de saúde do binômio mãe/filho na Bahia, que possui resultados muito ruins em ocorrências como mortalidade materna e assistência pré-natal. Nesse caso, nosso estado está 9 pontos abaixo da média brasileira.

4. INOVAR NA REGULAÇÃO DE ACESSO À ASSISTÊNCIA

O acompanhamento da capacidade de resolver o encaminhamento dos pacientes - conforme os equipamentos assistenciais existentes nas unidades e prestadoras de serviços - se faz necessário com desenvolvimento de operações de controle, avaliação, supervisão e suporte das ações que viabilizem a utilização do potencial assistencial em tempo oportuno para a mais breve solução possível dos problemas e proporcione satisfação ao usuário. Tais medidas deverão ocorrer por meio de:

Implantação de procedimentos clínicos e de regulação – encaminhamento médico, em articulação com associações da área da medicina – e de gestores da saúde, para a garantia da pertinência nos encaminhamentos dos pacientes.

Fortalecimento dos processos regulatórios através da revisão permanente das normas, atualização tecnológica, capacitação dos profissionais da regulação municipal e ampla divulgação de resultados aos usuários.

Instituição de mecanismos para contratos na assistência à saúde, com regras definidas para utilização da autoridade sanitária, com vistas à garantia do acesso qualificado e oportuno aos serviços de saúde.

Implantação de mecanismos de gestão compartilhada nas ações de regulação municipal, estadual e no âmbito regional, com definição de responsabilidades e atribuições das esferas de governo.

TRABALHO E RENDA

O país atravessa a mais grave crise econômica de sua história, tendo cerca de 13 milhões de desempregados, em uma fase em que, simultaneamente, o mercado de trabalho passa por profundas transformações, que tendem a se acentuar. Estudos realizados por diversas universidades e institutos de pesquisas de todo o mundo apontam para o desaparecimento de imenso número de ocupações atuais, paralelamente ao surgimento de outras tantas, o que demanda uma profunda transformação nas políticas públicas voltadas para trabalho e renda.

Enquanto isto, paradoxalmente, em Brasília aventa-se a hipótese de extinção do Ministério do Trabalho, diante do que seria sua inutilidade. Na verdade essa percepção é fruto do seu formato atual, que passa à

margem das políticas de emprego e não guarda qualquer relação com a empregabilidade das pessoas. Como no Brasil a federação tem características muito estritas, o resultado é que os estados-membro terminam seguindo o mesmo rumo das ações federais, que no seu rebatimento estadual termina se restringindo basicamente a replicar mecânico projeto de intermediação de mão-de-obra.

A Bahia não pode seguir nesse rumo e precisa inovar, fortalecendo a sua Secretaria do Trabalho e Renda, inclusive apartando-a de outras funções públicas governamentais, para focar sua atenção na grave responsabilidade de preparar e orientar o trabalhador baiano para o mercado de trabalho, o que terá de ser feito em forte articulação com o mundo do trabalho e considerando as suas profundas transformações.

O novo governo estará firmemente empenhado nessa missão, tendo em conta aqui, além do mais, a intensidade do desemprego estrutural que atinge fortemente parcela significativa de nossa população em idade ativa.

Dessa maneira, a Secretaria do Trabalho e Renda será reestruturada para modernizar-se e poder enfrentar os desafios que a nova configuração do mercado de trabalho apresenta. Nesse novo contexto, além da pura e simples intermediação de mão-de-obra ante um mercado demasiado estreito, constituirão diretrizes e prioridades:

- Criação de um Núcleo de Estudos de Trabalho e Renda, visando o conhecimento do setor e as demandas do mercado laboral;
- Firme atuação na qualificação profissional dos trabalhadores na capital e no interior, de forma regionalizada, para atender a necessidades específicas e objetivas do mercado de trabalho, preferencialmente em parceria com as instituições do "Sistema S", neste caso especialmente SENAI, SENAC, SENAT e SENAR;
- Forte parceria com o SEBRAE, com foco na figura do MEI – Microempreendedor Individual e o fomento ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas;
- Desenvolvimento de ações que visem a qualificação de fornecedores locais para as atividades de grande porte localizadas no Estado, em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL, no caso da indústria;
- Manutenção e interiorização do programa de intermediação de mão-de-obra, através do sistema SINE, cujas atividades deverão ser atentamente interligadas com as de formação e qualificação de mão-de-obra;
- Parceria e ação integrada com a futura Secretaria de Educação Básica, para que a oferta de cursos técnicos profissionais já atendam a demandas específicas e locais, proporcionando empregabilidade e oportunidade efetiva de trabalho e renda para os jovens formandos;

- Criação de programa especial de formação profissional capaz de atender, com eficiência e presteza, a novas demandas que se apresentem no mercado de trabalho;
- Estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, com especial atenção à zona rural, relacionado à pequena produção da agricultura familiar, com vistas a ganhos de escala na comercialização dos produtos, em ação integrada com a Secretaria de Desenvolvimento Rural;
- Apoio ao artesanato, e sua integração com o turismo, visando preservar a tradição produtiva e valorizar as culturas locais;
- Apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos, conforme as vocações e oportunidades regionais, de modo a ampliar, diversificar e consolidar as oportunidades de trabalho nos diversos municípios do Estado.

PROMOÇÃO SOCIAL

A população estimada do Estado da Bahia para 2017, de acordo com IBGE, foi de 15.344.447 habitantes, sendo 28% rural e 72% urbano. De acordo o Censo de 2010 a parcela da população em extrema pobreza abrangia um total de 2.091.710 pessoas, distribuídas da seguinte forma, segundo a faixa etária:



Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social-MDS

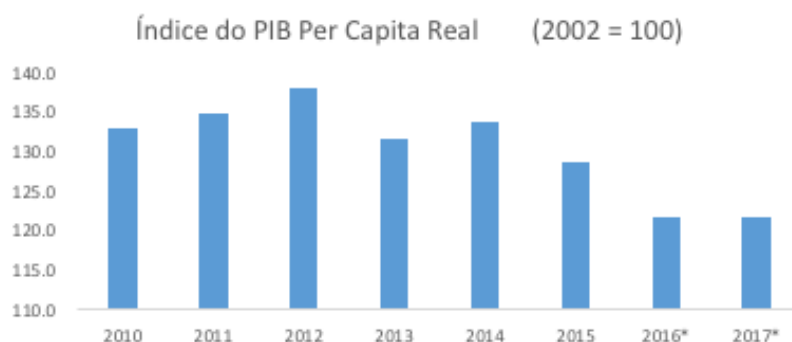
Segundo os dados na PNAD, nos anos recentes a condição de pobreza em nosso Estado só fez piorar. O número de domicílios com renda até 1 salário mínimo, entre os anos de 2006 e 2015, aumentou expressivos 38,3%.



Fonte: PNAD

Entre 2010 e 2017 o PIB estadual baiano cresceu apenas 0,43%, evidenciando a falta de empenho dos últimos governos do Estado em fortalecer vetores de desenvolvimento para a economia baiana. Isto mesmo diante da tão alardeada proximidade entre os gestores estaduais e federais.

O reflexo é uma queda no PIB per capita, no mesmo período, de 8,5%. As políticas do atual governo buscam reduzir a desigualdade de forma equivocada, ou seja, igualando-nos na miséria. Entre 2014 e 2017, anos do atual governo, o decréscimo é de 9,1%. Uma verdadeira correria em direção ao fundo do poço. Vale destacar que a Bahia andou na contramão do resto do país, que no período apresentou crescimento econômico.



Fonte: SEI

A precariedade na atividade econômica gera precariedade na vida social. A medíocre taxa de crescimento do PIB e a expressiva redução do PIB per capita levam ao sistemático crescimento do número de pessoas necessitadas de apoio social por programas já existentes e outras ações que precisarão ser realizadas pelo novo governo para fazer frente ao descalabro dos anos recentes.

Com a falta de oportunidades no mercado de trabalho, as famílias, sem ocupação e renda, ficam ainda mais expostas às condições de vulnerabilidade social – miséria, fome, violência e marginalização. O atual governo da Bahia parece não ter percebido a forte correlação entre a política econômica e a social.

Assim, sua ação social não visa formar cidadãos capazes de construir suas próprias vidas, mas apenas a manutenção da condição existente. Novas roupas vestindo o velho clientelismo. Isso fica demonstrado na falta de empenho para atração de novos investimentos e também no descaso em criar condições para a inserção no mercado de trabalho dos jovens baianos, ampliando, por exemplo, a oferta de vagas em cursos técnicos e de formação profissional.

Apenas a título de exemplo, no Estado da Bahia, até junho de 2018, estavam inscritas 3.093.770 famílias no Cadastro Único – CADÚnico, instrumento que identifica e caracteriza as famílias em situação de vulnerabilidade, gerando a informação necessária para o pagamento do Bolsa Família e dos Benefícios de Prestação Continuada – BPC.

O Estado da Bahia, até junho de 2018, possuía 1.814.826 famílias beneficiárias do Bolsa Família, tendo sido repassados, no último mês de junho, R\$ 322.956.153,00. No ano de 2017 o total dos repasses alcançou o valor de R\$ 3.863.515.088,00, sendo a Bahia o estado mais “beneficiado” por esse repasse.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é destinado aos idosos a partir de 65 anos e aos portadores de deficiência física, mental, sensorial ou intelectual, desde que o impedimento da deficiência dure pelo menos 2 anos. Até junho de 2018 o Estado possuía um total de 446.212 beneficiários, sendo que desses, 244.916 eram de pessoas com deficiência, sendo repassado em junho de 2018 o valor de R\$ 233.130.707,36. Para os Idosos um total de 201.296 beneficiários, sendo repassado, também em junho de 2018, o valor de R\$ 191.810.123,05. No exercício de 2017 foi repassado o valor total de R\$ 4.854.015.196,62.

Para um efetivo enfrentamento das condições de vulnerabilidade e desigualdade a política social que propomos irá se desenvolver em três vertentes:

A primeira delas, a vertente MELHORAR, de cunho mais geral, deverá beneficiar os 116 municípios de pior IDH da Bahia com uma política de investimentos e apoio com a finalidade de desenvolver a cidadania e o progresso autossustentado, estimulando as potencialidades econômicas e as vocações produtivas naturais de cada lugar. Esta vertente contemplará o ambiente socioeconômico dos municípios mais pobres do Estado, criando condições para um melhor atendimento de famílias e pessoas.

A segunda vertente é a da INCLUSÃO, direcionada para a incorporação das famílias nos mercados de trabalho e consumo através da redução da vulnerabilidade e do risco social e envolve:

- Promover a ampliação das políticas públicas de geração de trabalho e renda;

- Ampliar as ações de apoio ao jovem aprendiz;
- Implementar políticas de estímulo à economia solidária;
- Criar linhas de crédito e políticas de financiamento aos empreendimentos econômicos solidários;
- Fomentar ações e programas de qualificação técnica e profissional, associados aos principais vetores econômicos do Estado;
- Integrar as ações de qualificação profissional do Estado voltando-as, também, para um programa de realocação profissional;
- Desenvolver ações de qualificação profissional voltadas às novas bases tecnológicas;
- Identificar o mercado de potenciais fornecedores e compradores de produtos e serviços para as micro e pequenas empresas;
- Apoio à inclusão de pequenos empreendedores e produtores rurais nas regras de internacionais de comércio justo;
- Criação de programas de formação e qualificação profissional, direcionados para as distintas faixas etárias, visando incorporá-los ao mercado formal de trabalho, com especial atenção àqueles que recebem o seguro-desemprego;
- Apoio aos microempreendedores individuais, garantindo a expansão desta modalidade, e instituição de espaços para a sua qualificação;
- Apoio ao associativismo e ao cooperativismo como instrumentos de geração de renda e de oportunidades;
- Estímulo aos arranjos produtivos locais, para a geração de empregos de qualidade;
- Criação de ações de fomento e estímulo para permitir ao Jovem o seu primeiro emprego formal.

A terceira vertente é a PROTETIVA, que visa dar suporte às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Suas principais atividades são:

- Fortalecimento do Sistema Operacional SUAS do Estado da Bahia (com base do CADÚnico);
- Universalizar os serviços da Proteção Social Especial, tanto municipais quanto regionais, para municípios de pequeno porte por meio de incentivo a consórcios;

- Apoiar os municípios que atualmente não recebem cofinanciamento estadual para CREAS;
- Ampliar as equipes volantes em áreas de desproteção social, principalmente na zona rural. Equipes volantes são equipes de referência dos CRAS com o objetivo de prestar os serviços do SUAS a famílias que residam em locais de difícil acesso como áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos, dentre outros;
- Ampliar o cofinanciamento do serviço especializado em abordagem social que atualmente só cobre 13 municípios;
- Fortalecer as estratégias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que atualmente cobre apenas 41 municípios, através de campanhas de informação e mobilização, identificação, proteção social e monitoramento;
- Apoiar a criação de centros regionais para tratamento de dependentes químicos;
- Elaborar referenciais de qualidade para os serviços da Proteção Social Básica e Especial, com parâmetros nacionais de funcionamento e custeio, com vistas a ampliar a sua cobertura e sua qualidade produzindo impactos positivos para os seus usuários.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Uma verdadeira política de cidadania e direitos humanos tem que contemplar ações afirmativas específicas e integradas, capazes de garantir o pleno exercício de direitos dos mais diversos segmentos populacionais. Esse é o compromisso que assumimos perante a população baiana. Vamos atuar sempre de forma vigilante e proativa em relação aos direitos humanos e em favor dos segmentos populacionais mais carentes de atenção, evitando qualquer discriminação em razão de cor, sexo, gênero, idade, condição social ou religião.

Embora esses direitos sejam universais, a Bahia tem um dever adicional de atenção especial à promoção da igualdade racial, não apenas pela alta participação da população negra na composição de sua população total, como pela marcante contribuição desse contingente à nossa cultura – nas artes, na música, na culinária, na religião e tantos outros segmentos.

Neste sentido, a política de promoção da igualdade racial, cujo foco será o desenvolvimento das potencialidades da população negra, para romper o preconceito, as práticas discriminatórias, o racismo e a intolerância religiosa, contemplará diversas ações, entre as quais destacamos as seguintes:

- Programa de conscientização e combate ao racismo institucional no âmbito do serviço público, especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública;
- Adoção da política de cotas para os concursos de acesso ao serviço público;
- Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra;
- Prioridade, nas políticas de desenvolvimento, ao atendimento às populações remanescentes de quilombos;
- Reconhecimento dos templos das religiões de matriz africana como organizações religiosas para fins jurídicos, administrativos e sociais;
- Adotar, estimular e expandir programas de ação afirmativa no acesso e permanência de estudantes negros nas universidades públicas estaduais.

Como regra geral, algumas das principais diretrizes das políticas de cidadania e direitos humanos serão:

- Em relação à população negra, ênfase no combate e enfrentamento ao racismo e a discriminação, o combate à intolerância religiosa, a inclusão socioeconômica e a promoção de ações transversais de saúde, educação, trabalho, renda e assistência social;
- Em relação às mulheres, merecerão especial atenção as questões relacionadas com autonomia, igualdade no mundo trabalho e cidadania, educação inclusiva e não sexista e o enfrentamento a violência contra a mulher;
- Em relação à comunidade LGBT especialmente o combate à violência e discriminação, e implantação de políticas de saúde;
- Em relação aos Idosos, contingente em crescimento no conjunto da população, as políticas públicas enfatizarão o acolhimento e a convivência, com políticas transversais de saúde, educação, trabalho, renda e assistência social;
- Em relação às pessoas com deficiência, a meta será promover acolhimento e convivência com políticas transversais de saúde, educação, trabalho, renda e assistência social;
- Em relação à juventude, será dada especial atenção à educação, saúde, cultura, lazer, proteção contra a violência e as drogas, assistência social, e, na idade certa, trabalho e renda.

CULTURA

A vigorosa e singular cultura baiana foi, nos últimos anos, vítima de preconceitos ideológicos e ínfimos recursos. É preciso recuperar o espaço perdido e mudar os conceitos estreitos que têm norteado a política cultural baiana.

Fiel ao princípio de que quem faz cultura não é o governo – este apenas instrumentaliza as ações, apoiando os diversos segmentos e atores culturais – é que o novo governo vai trilhar o caminho do apoio e do estímulo.

Democratizando a gestão da cultura, é fundamental fortalecer o Conselho Estadual de Cultura e reativar os colegiados setoriais, contemplando a participação de todos os setores de artistas, produtores, movimentos e incentivadores, incluindo todas as regiões do estado em suas composições.

Restabelecer a integração e o diálogo cultura-turismo se afigura de fundamental e estratégica importância para dar sustentabilidade mútua a esses dois segmentos no campo de atuação governamental. Assim como integrar à política cultural as áreas de Educação e de Ciência e Tecnologia.

PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS DE SUPORTE

- Dar a atenção e prioridade devida às ações culturais, recuperando progressivamente o nível de aplicações do estado, até alcançar os patamares anteriores ao ciclo dos atuais governos petistas. Assim, o estado poderá cumprir a sua função social, atendendo democraticamente a todas as linguagens artísticas e culturais;
- Revigorar o Fundo de Cultura e o FAZCULTURA, instrumentos do poder público estadual à disposição dos projetos do meio cultural, cujos valores atuais são praticamente iguais àqueles de doze anos atrás;
- Contemplar, fomentar e financiar a produção, a distribuição, a circulação, a qualificação de artistas e produtores, assim como a formação de plateia para as diversas atividades artístico-culturais;
- Retornar a TVE, hoje desvirtuada de suas funções, para a área da cultura, a fim de torná-la novamente instrumento de criação e difusão cultural.
- Criar um Centro de Cultura Popular que abrigue os programas de apoio ao artesanato, às filarmônicas, aos cordelistas, às famílias circenses e outras manifestações populares;

- Redefinir a estrutura de gestão da rede de museus públicos estaduais, atualmente sob jurisdição do IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, que precisa retomar seu foco na preservação do patrimônio histórico e arquitetônico da Bahia, inclusive e muito especialmente do “Pelourinho”, denominação genérica com que os baianos se referem ao Centro Histórico de Salvador, tombado pelo IPHAN e reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.

AÇÕES ESTRUTURANTES

- Retomar o Programa Biblioteca para Todos, fazendo com que a Bahia tenha Bibliotecas Públicas em todos os seus municípios;
- Recuperar e modernizar a Biblioteca Central do Estado da Bahia;
- Criar plenas condições de funcionamento para o Arquivo Público da Bahia;
- Ajudar fortemente na organização dos Arquivos Públicos municipais;
- Retomar os trabalhos de recuperação do Centro Histórico de Salvador, valorizando todas as suas funções, inclusive a residencial;
- Concluir as obras de reforma e modernização do TCA – Teatro Castro Alves;
- Ampliar e modernizar o MAB - Museu do Estado da Bahia, o primeiro museu estadual, com base em anteprojeto há muito existente;
- Implantar o Museu Frans Krajcberg, em Nova Viçosa, reunindo a obra do autor, de reconhecimento mundial, cujo acervo foi doado ao estado, mas cuja execução não passou de um Decreto de 2006;
- Retomar as obras dos Centros de Eventos Múltiplos de Feira de Santana e de Itabuna;
- Reformar e equipar todos os Centros Culturais estaduais do interior – Feira de Santana, Alagoinhas, Valença, Jequié, Vitória da Conquista, Guanambi, Porto Seguro e Juazeiro – criando efetivas condições para o seu funcionamento e a dinamização da cena cultural regional;
- Construir Centros de Cultura nas cidades de porte médio do estado, que ainda não os tenham;
- Recriação do POTE - Polo de Teledramaturgia na TVE, um grupo de ação sistemática para apoio a filmagens e gravações de novelas e filmes baianos - e de produtores do Brasil e do exterior - com o intuito de emprego de atores e técnicos locais e, ao mesmo tempo, promoção da Bahia;
- Estudar e desenvolver um programa de produção, promoção e distribuição de livros de autores baianos;

- Retomar o projeto de apoio e pesquisa da Capoeira no Forte de Santo Antônio Além do Carmo, no Centro Histórico de Salvador, chamado “Forte da Capoeira”;
- Retomar a reforma do Forte do Barbalho e o Projeto de Residência de Teatro e Dança, que foi chamado “Forte das Artes Cênicas”;
- Ativar os estudos e verdadeiramente implantar um grupo de ação para captação de Indústrias Criativas para a Bahia;
- Criar estudos sistemáticos sobre a economia da Cultura, inclusive calculando o PIB Cultural da Bahia.

PROGRAMAS E PROJETOS

- Apoio aos Corpos Estáveis do TCA (Teatro Castro Alves), OSBA (Orquestra Sinfônica da Bahia) e BTCA (Balé do Teatro Castro Alves);
- Integração do TCA com a Orquestra Jovem Neojiba e a Escola de Dança da FUNCEB (Fundação Cultural), criando inclusive o Balé Jovem da Bahia, além da manutenção do Balé Sênior da Bahia;
- Levar as escolas de balés e orquestras jovens também para os Centros de Cultura do interior do estado;
- Retomar as atividades das diversas linguagens, especialmente Teatro, Dança, Artes Plásticas e Literatura, nos Centros e Espaços Culturais;
- Apoio ao Pelourinho Dia e Noite, programa cultural de iniciativa da prefeitura, no Centro Histórico de Salvador;
- Criação e apoio também a um programa para o Centro Histórico da Cidade Alta de Porto Seguro;
- Recriar a Caminhada Axé, em Salvador, organizada pela FUNCEB;
- Reativar os Concursos e Prêmios Literários, de Dança, Teatro, Música Popular e Erudita, de Cinema – Longa e Curta metragens e Documentários, passando por concurso de principiantes em vídeo de 5 minutos, e outros;
- Criar e ou apoiar Festivais de Literatura, de Dança e de Teatro, também do meio cultural;
- Reviver a Feira do Livro, em Salvador e nas principais cidades do interior, em especial naquelas

onde tem Centros de Cultura;

- Retomar o Salão Nacional de Artes Plásticas do Museu de Arte Moderna da Bahia, que, à época, era o segundo mais importante do país;
- Recriar os Salões Regionais de Artes Plásticas do Interior;
- Apoiar a recriação do consagrado “Projeto Domingueiras”, de iniciativa do meio cultural;
- Retomar os apoios sistemáticos e contínuos às entidades tradicionais da cultura baiana, a exemplo da Academia de Letras da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Balé Folclórico da Bahia, Museu Carlos Costa Pinto, Fundação Casa de Jorge Amado, Fundação Pierre Verger, Fundação Hansen Bahia, Theatro XVIII e Teatro Vila Velha.

ECONOMIA CRIATIVA

Segmento de grande atualidade e com imenso potencial em nosso estado, a economia criativa receberá atenção especial do novo governo, visando o fortalecimento das bases socioeconômicas da cultura baiana.

- Fomentar a economia da cultura como forma de viabilizar a autossustentabilidade dos artistas, produtores e distribuidores baianos;
- Estimular em toda a Bahia as vertentes econômicas de inovação, ciência, tecnologia, informação, comunicação e turismo;
- Identificar, mapear e incluir os diversos ramos e cadeias produtivas da cultura e das artes no projeto de desenvolvimento econômico e social da Bahia;
- Divulgar e promover produtos culturais baianos em feiras, festivais e mostras, nacionais e internacionais;
- Incluir a produção artística e manifestações culturais nos roteiros turísticos do estado da Bahia;
- Estimular o cooperativismo, as redes colaborativas e o empreendedorismo entre artistas, produtores e distribuidores;
- Promover formação de gestores públicos em economia da cultura e economia criativa.
- Estimular o apoio empresarial às artes e à cultura, promovendo a adoção de ações proativas em relação à cultura de patrocínio, de investimentos em fundos de cultura e participação em programas de patrocínio incentivado com renúncia fiscal.

ESPORTES E LAZER

Depois de ter o Brasil sediado a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, fica claro que não cabe mais à SUDESB – órgão gestor da política de esportes do governo baiano – continuar timidamente dedicada apenas ao futebol, cuidando quase que exclusivamente de administrar sua infraestrutura física: estádios.

Aliás, o legado da Copa do Mundo para os baianos foi uma dívida de R\$ 107,32 milhões anuais, por conta da Parceria Público-Privada da Arena Fonte Nova, a serem pagos durante longos 15 anos, com um desembolso mensal da ordem de R\$ 8,9 milhões, com recursos oriundos de impostos pagos pelo povo baiano. O contrato assegura ao consórcio a exploração da Fonte Nova por 35 anos.

As Olimpíadas, por outro lado, trouxeram revelações importantes, como o celeiro de atletas da canoagem, encontrado no baixo Rio de Contas - e que não tinha até então maior visibilidade.

A prática esportiva vai muito além da atividade física ou fator de qualidade de vida. Mais recentemente, as pessoas têm buscado o esporte como meio para alcançar uma vida mais saudável, combater o stress da modernidade e se contrapor à tendência de acelerado crescimento da obesidade. As atividades de esporte e lazer são sempre lembradas também quando se fala em inclusão social. E, através do esporte, somos capazes de unir povos e contribuir nos processos de paz e de desenvolvimento.

É sabido que as camadas mais favorecidas da população dispõem, via empreendimentos privados, da oferta de produtos e serviços de natureza diversa para as suas atividades esportivas e de lazer, cabendo ao Estado fomentar as atividades recreativas e desportivas, tanto amadoras como profissionais, para as camadas populares.

Mais do que a gestão de equipamentos, o papel da SUDESB deve ser a promoção de atividades esportivas diversas – segundo modalidades - e dispersas, por todo o território, devendo, para tanto, ser reestruturada.

O esporte, sem dúvida, é um dos instrumentos mais importantes de inclusão social. Através do esporte e do entretenimento, é possível manter as crianças, os adolescentes e os jovens na escola e longe das drogas.

É preciso que a Bahia desenvolva, nos seus jovens e adolescentes, o gosto pelo esporte, estimulando as modalidades coletivas e individuais, terrestres e aquáticas, especialmente as olímpicas.

Em relação aos esportes indoor, por todo o estado existem inúmeras quadras esportivas, grande parte delas integradas a escolas da rede pública estadual – e que precisam estar abertas à comunidade nos finais de semanas e feriados – não isoladas, a exemplo de ginásios de esportes e outros equipamentos. É preciso mobilizar todos esses equipamentos dispersos e transformá-los numa grande rede de espaços públicos esportivos a serviço da juventude e do lazer.

Dos diversos campeonatos e eventos que venham a ser realizados, é preciso que se identifique e selecione aqueles participantes que revelem maior potencial para se tornarem atletas de alto desempenho, a serem apoiados e treinados em centros específicos. Importante é que a Bahia busque no seio de sua juventude aqueles que poderão vir a representar o desporto estadual em campeonatos nacionais e mundiais, Olimpíadas e Paralimpíadas futuras.

Nessa direção, o novo governo dará especial ênfase a:

- Estruturar programas e realizar ações governamentais que incentivem práticas recreativas e desportivas;
- Estimular a formação e qualificação de profissionais para o setor, inclusive através da oferta de cursos de graduação e especialização nas universidades estaduais;
- Desenvolver iniciativas que ampliem a participação de grupos vulneráveis – menores, idosos, pessoas portadoras de deficiência – em atividades de esporte e lazer;
- Incentivar clubes, equipes e atletas de alto rendimento;
- Promover, organizar e fomentar campeonatos estudantis, intermunicipais e estaduais, em parceria com as diversas federações esportivas.



V - DESENVOLVIMENTO **TERRITORIAL**

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Um governo sem estratégia de desenvolvimento não teria um olhar diferente para a agenda da sustentabilidade. Ao longo dos últimos 12 anos, a Bahia deixou de ser referência na temática ambiental para ostentar títulos como o de possuir dois dos 10 rios mais poluídos do país – o Rio Verruga, em Vitória da Conquista, e o Rio Itapicuru. Enquanto isso, todos os Planos de Bacias Hidrográficas e Enquadramento de Corpos de Água, que foram licitados com orçamento do governo do estado, estão paralisados e seguem a lógica do desmonte, com o enfraquecimento dos Comitês de Bacias, a fiscalização insuficiente e a concessão de outorgas sem vistoria em campo.

Esse desmonte sistemático da gestão ambiental e de recursos hídricos do estado tem como consequência direta a redução drástica das capacidades de planejamento e de execução de seus órgãos. Complementando essa ação coordenada de enfraquecimento, o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM), primeiro conselho estadual de meio ambiente do país, foi esvaziado, assim como outros espaços legítimos de participação social para colaboração da gestão ambiental, a exemplo das alterações no enquadramento dos empreendimentos sujeitos à Audiência Pública e da não realização das Conferências de Meio Ambiente, que deveriam ter ocorrido em 2014 e 2016. O Fórum Baiano de Mudanças Climáticas teve sua última reunião há mais de seis anos e nunca formulou políticas públicas para um tema essencial ao desenvolvimento, como são as atividades relativas às alterações climáticas globais.

A EMBASA, que já foi uma estatal modelo de implantação e operação de sistemas de saneamento, hoje vive a realidade do sucateamento. Não possui um plano de investimentos e mantém seus índices de cobertura de coleta e tratamento de esgoto estagnados, quando não regredindo - em função do aumento da população. Como resultado, assistimos o número de praias poluídas, impróprias para o banho, crescer ano após ano, impedindo o lazer mais popular e representativo do soteropolitano. Foi preciso que o Ministério Público da Bahia ajuizasse uma Ação Civil Pública para que o governo do estado retomasse o desenvolvimento de projetos de saneamento.

Se o assunto é a gestão da biodiversidade e das Unidades de Conservação, a situação fica ainda mais dramática: em cinco anos, foi criada apenas uma UC no estado da Bahia, nenhum plano de manejo foi elaborado, e muitas delas seguem completamente abandonadas, sem gestor e sem equipe. Até mesmo UCs urbanas, que possuem visibilidade, impacto e estão mais propensas à pressão, a exemplo dos parques de Pituacu e Abaeté, em Salvador; a gestão de fauna continua em estado crítico, sem a estrutura necessária para o manejo adequado dos animais, já que o compromisso de criação de cinco Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) foi ignorado, ainda que previsto no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), e segue sem previsão de implantação, mesmo sendo a Bahia uma das principais rotas do tráfico de animais silvestres do Brasil.

Instrumentos mais atuais e modernos, como a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, estabelecida na Lei 13.223/15, até os dias atuais ainda não foram regulamentadas, o que complementa a ausência total de uma Política Estadual de Restauração Florestal.

Quando o assunto é Resíduos Sólidos Urbanos, temos ainda mais problemas que não são enfrentados com a devida responsabilidade, como o tema requer. Muitos municípios possuem lixões a céu aberto, contrastando com as obrigações e prazos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e seguem sem nenhum suporte ou diretriz dos governos do estado.

A Bahia alcançou algumas posições de liderança na produção de energias renováveis unicamente pela condição natural de ser privilegiada na produção de vento e na insolação. Se dependesse de iniciativas do governo estadual, nada aconteceria. Fomos, por exemplo, um dos últimos estados a isentar a cobrança de ICMS da micro e mini geração solar, depois de forte pressão do setor.

Nossa Zona Costeira, patrimônio garantido pela Constituição Estadual, é mais uma coadjuvante nesse terreno de descontrole. Mesmo tendo a maior zona costeira do país, com mais de 1.100 quilômetros de extensão, e a segunda maior baía do mundo – a Baía de Todos-os-Santos, o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, o Projeto Orla e o PRODETUR Baía de Todos-os-Santos não saem do papel. Enquanto os municípios investem na requalificação de praias e equipamentos náuticos, o governo estadual permite que um dos grandes ativos econômicos, turísticos e ambientais do nosso território siga sem planejamento e estratégia.

Queremos uma Bahia líder na agenda verde!

A Sustentabilidade é a Nova Ordem Mundial. As mudanças climáticas já impactam populações com prejuízos na produção agropecuária, na indústria e nas cidades. Um estado como a Bahia não pode ficar de fora desse debate, como está, fazendo dessa ausência fonte de sérias perdas em estratégia de desenvolvimento.

Para isso, é fundamental que as políticas de meio ambiente e sustentabilidade sejam encaradas como elemento estruturador da estratégia de desenvolvimento do estado. Superar o paradigma da reparação, fiscalização e punição, adotando políticas mais modernas, como a do pagamento por serviços ambientais, premiando e incentivando práticas que ajudem na conservação e recuperação de mananciais e florestas, é fator fundamental para o desenvolvimento. Não se pode deixar de buscar o permanente aperfeiçoamento da política de desconcentração, desburocratização e descentralização do licenciamento ambiental, mantendo a qualidade sem impactar na realização de projetos importantes para o desenvolvimento.

O poder público precisa dar exemplo. Se tem como estratégia a sustentabilidade e suas pautas correlatas, precisará mostrar, na prática, que é possível executar políticas em diversas frentes. A Agenda Ambiental

na Administração Pública (A3P), em áreas setoriais, como Saúde, Educação e Assistência Social, deve desenvolver programas que contemplem políticas de meio ambiente e sustentabilidade como a efficientização, redução de consumo e uso de energias renováveis em prédios públicos, a integração de temas no ensino ou a prescrição de terapias alternativas para problemas de saúde. Reduzir deslocamentos de carros e esverdear a matriz energética da frota pública. Implantar definitivamente a digitalização de processos e integrar as políticas de tecnologia e inovação com a de sustentabilidade, buscando dialogar com outros atores sobre soluções para as demandas do governo e do estado.

A implantação definitiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos dependerá de uma ação integrada entre as diversas esferas do Executivo e dos setores e segmentos da sociedade civil. É necessário fomentar consórcios regionais, estabelecer programas avançados de gestão da coleta e dos tratamentos dos resíduos, além de criar mecanismos inovadores para tornar a Bahia um destaque nacional no tema. Não basta construir aterros sanitários, se não houver um modelo de gestão para os mesmos, hoje, um grande desafio para os municípios, sendo necessário, para isso, modernizar os modelos, formar parcerias e qualificar o resultado final da gestão. É preciso, também, tratar o assunto com o que há de mais moderno em termos de tecnologia e inovação, encontrando caminhos já consolidados em diversos países do mundo, como a geração de energia a partir dos resíduos sólidos. Para além do problema imediato da destinação final, é essencial que programas de redução da geração de resíduos, de coleta seletiva e reciclagem sejam implementados. Para isso, a responsabilidade é de todos: fabricantes, distribuidores, comerciantes e consumidores. Todos têm responsabilidades e precisam assumir seus papéis na solução do problema.

Por isso, precisamos e faremos:

- Implantar uma política de pagamento por serviços ambientais, inicialmente, focada na produção de água, associada à conservação e recuperação florestal;
- Reativar o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e desenvolver a Política e o Plano Estadual de Mudanças Climáticas, estabelecendo metas de redução das emissões de GEE e de adaptação;
- Assessorar e financiar a implantação de soluções para os resíduos sólidos urbanos das cidades baianas, com foco na eliminação dos lixões em todo o estado;
- Implantar a política estadual de combate ao tráfico de animais silvestres, com a instalação dos CETAS regionais;
- Avançar nos estudos para a implantação de novas Unidades de Conservação e desenvolvimento dos planos de manejo e da sua adequada gestão;
- Abrir linhas de financiamento, com prazos e juros adequados, para o desenvolvimento de sistemas de geração de energia renováveis para pessoas físicas e jurídicas;

- Desenvolver um planejamento estratégico para a EMBASA que contemple o alcance de metas baseadas em avanço de indicadores objetivos, priorizando projetos que contemplem bacias hidrográficas na sua totalidade;
- Desenvolver e implantar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Projeto Orla, assim como destravar a implantação do PRODETUR Baía de Todos-os-Santos;
- Implantação de sistemas públicos de socorro à saúde da população animal, e a criação de centros fixos de castração humanitária de animais domésticos nas principais cidades baianas, além da viabilização de centros móveis para atuar em cidades de médio e pequeno portes.

POLUIÇÃO NAS PRAIAS DE SALVADOR

Semanalmente, de forma quase religiosa, o INEMA divulga, através da imprensa, a relação das praias impróprias para o banho, dentre as que contam com medição das condições de balneabilidade, número que chega, hoje em dia, a cerca de vinte locais - e que já ultrapassou os limites da capital do estado, incluindo agora também o litoral de Lauro de Freitas.

Pasme-se: tal listagem serve apenas como uma espécie de “aviso aos navegantes”, para dizer à população que se afaste daquelas praias que registram alta concentração de coliformes fecais, sonegando à população, especialmente às camadas mais pobres, o único e mais comum lazer público gratuito de que dispõe.

Embora seja o INEMA um órgão da própria estrutura governamental, responsável que é pela política ambiental do estado, não há, de parte da EMBASA ou das autoridades que a controlam e supervisionam – a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e, em última instância, o próprio governador do estado – qualquer atitude que vise restituir ao povo a sua opção democrática de lazer.

Sem mais delongas, o novo governo adotará providências para que sejam restabelecidas as condições de balneabilidade das praias urbanas da Região Metropolitana de Salvador, conforme as indicações do INEMA.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Há, ainda hoje, uma elevada concentração territorial da nossa economia, particularmente na Região Metropolitana de Salvador e no Oeste, Extremo Sul e Submédio São Francisco. A Bahia precisa descentralizar e desconcentrar o seu processo de desenvolvimento, o que só será possível com uma clara política de desenvolvimento de todas as suas regiões.

Do ponto de vista físico, a Bahia tem três grandes macrorregiões que demarcam claramente o seu território e apresentam características geoecológicas bem específicas: o Oeste, o Sertão e o Litoral. São reflexo, respectivamente, de três ecossistemas distintos: o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica, apresentando diferentes condições de desenvolvimento, às quais o Estado precisa sempre estar atento.

Somos, assim, um Estado com grande diversidade econômica e ecológica, o que possibilita oportunidades distintas e possibilidades variadas de desenvolvimento socioeconômico e físico-territorial, cada qual com as suas restrições. É preciso tirar partido dessa diversidade, até para tornar a economia estadual menos dependente de apenas uns poucos vetores econômicos e, por consequência, sujeita a crises periódicas ou cíclicas.

Para que a presença do Poder Público chegue mais perto da população, o novo governo vai desconcentrar a sua Administração em **11 Regiões de Desenvolvimento**:

1. OESTE
2. MÉDIO SÃO FRANCISCO
3. SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO
4. CHAPADA DIAMANTINA
5. VITÓRIA DA CONQUISTA
6. NORDESTE
7. FEIRA DE SANTANA
8. ALAGOINHAS
9. SALVADOR
10. LITORAL SUL
11. EXTREMO SUL

Este novo modelo, mais eficaz, substituirá os atuais Territórios de Identidade, que continuarão sendo utilizados dentro de sua concepção original - o desenvolvimento rural, voltado para a pequena produção e a agricultura familiar, que acabou distorcida pelo aparelhamento político dos seus conselhos e comitês.

As Regiões de Desenvolvimento serão objeto de estudos e planejamento, de modo a permitir a identificação e a promoção de suas características e oportunidades. Haverá atenção especial para que as ações do Governo cheguem, de forma qualificada, a todos os recantos do Estado, como aconteceu na década de 70, quando foram criados diversos e bem sucedidos programas regionais no Extremo Sul e no Oeste, não por acaso, duas das regiões que hoje estão entre as mais desenvolvidas do estado.

Cada uma das onze regiões terá o seu próprio projeto estratégico de grande impacto, a ser elaborado de forma participativa, com a colaboração de prefeituras, universidades, institutos de pesquisa e entidades e associações representativas locais. Além disso, o novo governo vai promover o cruzamento e a integração entre programas setoriais e regionais, para realizar ações setoriais simultâneas, concentradas e complementares sobre uma mesma base territorial, de modo a obter os melhores resultados no mais curto prazo. Com isto, fortaleceremos a infraestrutura regional, ampliaremos e/ou complementaremos a rede de equipamentos e serviços sociais e promoveremos investimentos produtivos, capazes de criar novas oportunidades de trabalho e renda.

Em cada região haverá um Conselho Regional de Desenvolvimento, formado por representantes de estado, prefeituras, entidades, organizações e comunidades locais, além das instituições de ensino superior e profissional, sem estrutura padronizada, de modo a refletir a realidade e o nível de organização e mobilização regional. Cada Conselho participará ativamente da formulação dos programas, acompanhará sua execução e avaliará os resultados.

RIDE JUAZEIRO / PETROLINA

Criada pela Lei Complementar n. 113, de 19 de setembro de 2001, para dar suporte ao importante polo de agricultura irrigada do Submédio São Francisco, a Região Integrada de Desenvolvimento – **RIDE Juazeiro/Petrolina**, ainda não produziu os resultados esperados. Diante disso, o novo governo fará intensa articulação com o estado de Pernambuco, o Governo Federal e prefeituras municipais visando a sua efetiva implantação, que irá potencializar o desenvolvimento da área.

Vale ressaltar que o Polo Juazeiro / Petrolina é amplamente reconhecido por sua importância na produção e exportação de frutas, especialmente manga e uva, apresentando importantes e estratégicos desdobramentos econômicos e sociais por sua localização no miolo do semiárido nordestino. O polo beneficia-se da presença do rio São Francisco, estando na extremidade da antiga hidrovia – que precisa ser reativada – e constitui um importante aglomerado urbano.

DESENVOLVIMENTO URBANO

A questão urbana não se resolve com a implementação de ações autônomas nas áreas de habitação, saneamento e transportes, fruto de políticas setoriais independentes, como há décadas vem sendo feito

no Brasil. Nem mesmo a criação do Ministério das Cidades foi capaz de mudar o foco para entender a cidade na sua integralidade, inteireza e dinâmica, que só pode ser acompanhada por meio da implantação de um efetivo processo de planejamento do desenvolvimento urbano, que é peculiar e específico em cada cidade.

Na Bahia, ao longo destes últimos 12 anos, o governo do estado não implantou um programa para o desenvolvimento urbano das cidades, inclusive, pode-se constatar o enfraquecimento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com a perda da sua capacidade técnica, não reunindo, portanto, condições de traçar políticas claras que melhorassem os benefícios da urbanização, alcançando a prosperidade urbana inclusiva e sustentável.

É hora de pensar o urbano, de cuidar das cidades dentro desse contexto de desenvolvimento urbano, sobretudo as sedes dos municípios baianos com mais de 50.000 habitantes, embora elas sejam apenas 48 em um universo de 417 municípios, representando apenas 11,5% do total, e onde existem problemas que precisam ser urgentemente enfrentados e que representam grandes desafios em face ao processo de urbanização.

Não é sem razão que a Constituição Federal (art. 182, §1º) exige planos diretores para cidades a partir de 20.000 habitantes. O Estatuto das Cidades estendeu essa exigência, independente do volume populacional, para os municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ou de áreas de especial interesse turístico; suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos ou na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental, de âmbito regional ou nacional. Esses mesmos municípios ficam obrigados a terem também um Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inserido, conforme a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O novo governo terá uma atenção especial para com a rede de cidades da Bahia, buscando estruturá-las e fortalecê-las para melhor servir à população de todo o estado. A acentuada macrocefalia da capital, que tornou-se vítima de um intenso fluxo migratório no passado, é algo que, hoje em dia, prejudica tanto o desenvolvimento urbano de Salvador quanto o das cidades interioranas.

Preferencialmente em convênio com as universidades públicas estaduais – visando fortalecer sua inserção regional – será realizado amplo estudo de toda a Rede Urbana do Estado da Bahia, tendo como referência o Estatuto das Cidades e o Estatuto da Metrópole, objetivando:

- Atualização dos limites da Região Metropolitana de Salvador, considerando a metropolização turística pelo eixo do Litoral Norte e a metropolização ambiental, no espaço e entorno da Baía de Todos-os-Santos;

- Adequada caracterização de novas Regiões Metropolitanas, com foco especial em Feira de Santana e Itabuna/Ilhéus, em face ao novo Estatuto da Metrópole (Lei Federal n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015);
- Identificação e caracterização das demais aglomerações urbanas existentes no estado da Bahia, à luz do Estatuto da Metrópole, a exemplo de Cachoeira / São Félix / Muritiba, Santa Maria da Vitória / São Félix do Coribe e outras;
- Caracterização socioeconômica, físico-territorial e ambiental das **Microrregiões**, a serem estabelecidas em conformidade com o art. 25, §3º da Constituição Federal para subsidiar as Administrações estadual e municipais.

APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS

O desenvolvimento estadual baiano demanda e depende da melhoria do desempenho dos municípios, por meio do aprimoramento técnico-administrativo de suas gestões em face às responsabilidades institucionais, que só vêm crescendo desde a Constituição de 1988, requerendo cada vez mais conhecimento técnico, especialização profissional e capacidade operacional.

Áreas como educação, saúde e assistência social precisam não apenas de eficiência, mas, sobretudo, de efetividade, para bem servir à população; todas as atividades relacionadas com o urbanismo, a mobilidade, o meio ambiente, a infraestrutura e os serviços públicos crescem em complexidade; o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) impõe-se cada vez mais; o manejo dos instrumentos fiscais e o aproveitamento das oportunidades econômicas tornam-se indispensáveis. Mesmo a captação de recursos via emendas ou transferências voluntárias - do Orçamento Geral da União ou do Estado - apresenta crescente sofisticação técnica, requer estudos e projetos, o que limita o acesso dos municípios que não estejam tecnicamente preparados. Fato é que um grande número de prefeituras não está apta para responder a essas demandas e se estruturam apenas para atender, reativamente, à atuação dos órgãos de fiscalização, acompanhamento e controle. Com isso, os órgãos-meio – procuradoria, controladoria, licitações – terminam melhor aparelhados que as atividades-fim às quais deveriam apoiar. Mas todo esse aparato administrativo não presta serviços diretamente à população.

Para corrigir esse desequilíbrio, o novo governo estabelecerá um programa institucional de apoio técnico aos municípios, visando a estruturação, qualificação, modernização e dinamização das políticas públicas setoriais, objetivando o foco nos produtos, prazos, metas e resultados.

A política a ser adotada tratará os municípios conforme o seu porte, utilizando-se de mecanismos e instrumentos distintos, promovendo, cumulativamente:

- a) Programa descentralizado de capacitação das equipes locais sobre temas finalísticos setoriais, constante de cursos híbridos, presencial e online, incluindo a elaboração de projetos reais a serem

implementados, destinado aos municípios de menor porte;

- b) Cooperação técnica para a elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, Planos de Mobilidade, Planos Municipais de Saneamento Básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos) e outros instrumentos que visam o aprimoramento da administração municipal para o exercício de suas atividades (cidades entre 20.000 e 50.000 habitantes);
- c) Internalização de equipe técnica de planejamento nos municípios de grande e médio porte, visando a formação de Núcleo de Planejamento e Projetos nas respectivas prefeituras (cidades entre 50.000 e 500.000 de habitantes).

PARCERIA COM SALVADOR

A capital é, por todas as razões, lugar que requer, sempre e em qualquer hipótese, atenção especial por parte do governo do estado, que está aí sediado. Impõe-se, pois, uma ação articulada com a prefeitura de Salvador, em uma parceria ganha-ganha, em benefício de toda sua população de três milhões de habitantes. São aspectos que merecem, de logo, ser destacados:

- **CENTRO HISTÓRICO** – essa região, geralmente referida como Pelourinho, mas que inclui também o Comércio, na Cidade Baixa, protegida pelo IPHAN e pela UNESCO, é responsabilidade comum do município e do Estado, além da própria União, requerendo cuidados diferenciados e permanentes em relação à sua conservação e dinamismo;
- **Turismo e Cultura** – promovendo a dinamização da economia e a criação de novas oportunidades de trabalho e renda para a população, as atividades de turismo e cultura receberão atenção e tratamento especial. Como exemplo, será imediatamente iniciado o PRODETUR da Baía de Todos-os-Santos, contratado pelo estado desde 2014, mas que ainda não conseguiu sair do papel;
- **Mobilidade** – pelo porte da Cidade-Metrópole, a questão da mobilidade ultrapassa a capacidade de investir do município, requerendo obrigatoriamente o envolvimento do estado. O novo governo dará continuidade às obras do metrô, implantando o tramo 3, fazendo-o chegar até Águas Claras, para atender também a essa área mais pobre e muito povoada da cidade;
- **Saneamento** – contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população soteropolitana, o novo governo retomará o Programa Bahia Azul, concluindo o projeto original e atualizando as novas demandas, de modo a assegurar elevados níveis de atendimento e qualidade do serviço de esgotamento sanitário, inclusive nos chamados “pontos críticos”, para atender a toda a população;
- **Habitação e Urbanização** – Visando o ordenamento das grandes áreas de ocupação precária, o

novo governo realizará obras de habitação e urbanização integrada em bairros populares, nos moldes do projeto Mané Dendê, recentemente financiado pelo BID à prefeitura;

- **Contenção de Encostas** – O estado participará, de forma integrada e organizada, dos esforços empreendidos pela prefeitura na área de Defesa Civil, visando à proteção e preservação de vidas humanas;
- **Poluição das praias** – A EMBASA será mobilizada para a realização de obras que eliminem a contaminação das praias pela alta concentração de coliformes fecais, assegurando as condições adequadas para a população desfrutar da frequência às praias, forma de lazer gratuito e democrático dos baianos de Salvador.

Muitos desses problemas são comuns a todas as cidades de grande e médio porte. Assim, os modelos desenhados para a capital servirão de base e poderão ser usados nas principais cidades do estado, capitais regionais da Bahia.

GESTÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERAÇÕES URBANAS

A Bahia manteve-se omissa em relação ao estabelecimento de um novo modelo de gestão de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Quando o fez, agiu de modo casuístico e localizado, visando interesses menores, imediatistas e de curto prazo. Por isso mesmo, há a necessidade de rever esse tema, no âmbito institucional, para a implantação de um modelo de gestão compartilhada, com respeito aos direitos e interesses de todas as partes envolvidas, de modo que possa efetivamente funcionar e cumprir o seu papel social.

Fato é que, em decorrência disso, o estado está devedor de um plano metropolitano de desenvolvimento, que não poderá ter a visão caolha de cuidar apenas e tão somente das variáveis de interesses menores, mas fundar-se numa verdadeira estratégia de desenvolvimento, que seja capaz de promover a qualificação do espaço urbano, a melhoria das condições de vida da população e a retomada do crescimento econômico, assim como refletir um modelo que não se restrinja apenas à Região Metropolitana de Salvador, mas que também se aplique à realidade de Feira de Santana e seu entorno, assim como de Itabuna/Ilhéus e até de Juazeiro/Petrolina (PE), onde se faz necessária a articulação com o estado vizinho.

HABITAÇÃO POPULAR E DE INTERESSE SOCIAL

No Brasil, a política habitacional, por seus elevados custos, é basicamente um encargo federal. Tanto assim que, desde a extinção do antigo BNH, só mais recentemente o país voltou a ter uma política habitacional, com o programa Minha Casa, Minha Vida, por meio do qual se tornou possível contemplar a habitação popular e de interesse social, além da habitação em geral.

Apenas um estado da federação, por seu porte econômico, se dá ao luxo de ter uma política habitacional própria, mantida à custa do incremento de 1% nas alíquotas do ICMS. Nem por isso todos os demais estados da federação devem manter-se à margem de ações de iniciativa própria destinadas a suprir carências e equacionar problemas específicos nessa área. Trata-se assim de promover uma ação dirigida para enfrentar problemas localizados.

Nesse sentido, despertam logo a atenção as inúmeras áreas de ocupação precária existentes nas cidades grandes e médias, carentes de urbanização integrada, a exemplo da metodologia adotada pelo projeto Mané Dendê, em Salvador, que acaba de ter a sua execução contratada com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no qual, além da habitação, são enfrentadas as questões relativas ao saneamento básico, meio ambiente, sistema viário, transportes, equipamentos sociais, trabalho e renda. Esse é um modelo que o novo governo utilizará como paradigma para suas intervenções em áreas similares, sempre em parceria com as prefeituras municipais.

Pela magnitude do problema habitacional de baixa renda, constitui importante alternativa a adoção de programa de melhorias habitacionais, recém-adotado pelo governo federal, de modo a reduzir o estoque de habitações inadequadas, corrigindo as suas condições físicas e sanitárias, para propiciar melhores condições de vida para os seus habitantes.

Outro aspecto que merece atenção é a identificação das áreas de risco, que também precisam ser equacionadas localmente, seja pelo Estado, pelo município ou por ambos, atuando conjuntamente.

Outro eixo importante relacionado com o problema da habitação é a regularização fundiária, que tem como objetivo a redução da irregularidade fundiária. Esse programa será amplamente implementado, sobretudo nas cidades com população acima de 50.000 habitantes, ampliando as possibilidades de acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda e crescimento econômico municipal, mediante aquecimento do mercado imobiliário. A Lei Federal nº 13.465, ainda recente, de 2017, traz novas normas para a implementação do Programa de Regularização Fundiária para as áreas ocupadas por população de baixa renda, com a legitimação de posse e ampliando as possibilidades de conversão de propriedade para além dos limites trazidos pelo usucapião urbano (250m² e 5 anos de posse, para imóveis residenciais), no qual imóveis residenciais ou não, com áreas superiores a 250m², deverão seguir os requisitos das demais modalidades de usucapião, não estando mais excluídos da legitimação de posse.

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

Os grandes desafios da mobilidade estão nas cidades de grande e médio porte. Até pouco tempo, no Brasil, quando se falava em transporte, pensava-se basicamente em sistema viário. A partir de agora, a questão da mobilidade passou a ser pensada de forma integrada, contemplando o transporte ativo, relacionado com o pedestre e o ciclista, no contexto de um novo desenvolvimento urbano. Daí porque o transporte tem que estar integrado ou compatível com o Plano Diretor. Assim, ao invés de projetos viários, precisamos de projetos de mobilidade.

A elevada demanda por transporte e consumo de território, através de infraestruturas de transporte, coloca os ambientes urbanos e a acessibilidade das cidades para pessoas e bens sob pressão significativa. Sem uma transformação na política e um redirecionamento das ações, as cidades não serão capazes de lidar com o previsto crescimento urbano. Para definir uma visão e metas específicas para a política de mobilidade e uso do solo urbano, em particular, para fornecer a todos o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis, é preciso uma enorme transformação do atual padrão de desenvolvimento "orientado para o carro" para um desenvolvimento "orientado para as pessoas", melhorando o acesso urbano para todos, por meio do incremento massivo no transporte público, pedestre e ciclista.

Sabe-se que o problema é complexo, por isso, é urgente e necessário, de forma a enfrentar os graves problemas de circulação nas vias urbanas e do sistema de transporte público, requerendo, inclusive, construir diversos arranjos institucionais de forma a compartilhar responsabilidades entre o governo do estado, os municípios e a sociedade civil.

O transporte público nas cidades de grande porte será considerado uma absoluta prioridade de governo, mesmo sendo essa uma atribuição original dos governos municipais. Melhoria da qualidade do serviço e aumento da eficiência do sistema estão no foco das intervenções propostas para o transporte público nas grandes cidades. No que tange à infraestrutura, o estado absorverá a liderança na estruturação financeira dos projetos, mas repartirá com os municípios a concepção dos projetos e o estabelecimento de prioridades.

É muito relevante, nesse aspecto, a percepção integrada das realidades municipais. O contexto de Salvador, por exemplo, é um problema de toda a Região Metropolitana, e como tal deve ser tratado. A integração dos sistemas municipais e a ampliação dos modais, dentre outros, podem ser estabelecidos como prioridades na formulação de um sistema de transporte público mais justo e eficiente. A expansão do metrô de Salvador e Lauro de Freitas deve ser pensada de forma a ampliar a integração da RMS, estruturando e integrando com outros modais, de forma a modernizar definitivamente o modelo de transporte público da capital e sua região urbana.

As cidades médias e grandes requerem já políticas corretivas dos erros acumulados em decorrência de um crescimento acelerado e um modelo pautado pelo automóvel. Os mecanismos são absolutamente variados e complementares, sendo necessário, sobretudo, a liderança do governo do Estado para que a mobilidade em centros urbanos de médio porte seja mais que uma simples reação ao excesso de automóveis, e, sim, uma efetiva política de inclusão social e desenvolvimento urbano, social e econômico.

É preciso que as cidades de menor porte tenham o seu desenvolvimento urbano orientado de tal sorte que não venham a repetir, no futuro, os problemas que as cidades maiores apresentam no presente. Até porque, as mudanças tecnológicas e os novos modelos de gestão e operação que têm surgido impõem outra forma de equacionar esses problemas, não se podendo mais repetir ou copiar as soluções do passado.

Também nas cidades com população abaixo de 50.000 habitantes será preciso incentivar o transporte ativo, com o uso da bicicleta, a construção de ciclovias e ciclofaixas, priorizando as rotas de circulação, com a garantia de ruas seguras e confortáveis para o usuário, melhor eficiência dos recursos e garantia de sustentabilidade.

Para as cidades médias, o incentivo ao uso da bicicleta também será estimulado, assegurando um grande grau de conectividade com o transporte público, o que irá reforçar a mobilidade sustentável, produtividade econômica e facilitar o desenvolvimento econômico local. Tudo isso associado ao uso misto do solo urbano, de forma a desestimular os deslocamentos a grandes distâncias.

VI - **INFRAESTRUTURA**

A infraestrutura passou a ser, na atualidade, o principal ponto de atuação do poder público para a alavancagem da economia. Esgotou-se a política de investimentos diretos do setor público e já não há mais espaço para a política de incentivos fiscais estaduais, que vem se estreitando a cada momento, requerendo novos instrumentos e mecanismos de ação para viabilizar a atração de empreendimentos.

A Bahia vai voltar a planejar o seu futuro, identificando e estabelecendo os projetos estratégicos para o seu desenvolvimento, seja do ponto vista setorial ou regional, integrando o seu território e criando oportunidades para a atração de investimentos em todos os quadrantes.

Paradoxalmente, a grave e profunda crise econômica, herdada dos governos petistas na área federal, deixou o setor público sem capacidade financeira para a realização dos investimentos necessários. Dessa forma, não há como contar com recursos orçamentários da União para a realização de investimentos infraestruturais de maior vulto.

RECURSOS HÍDRICOS

Na Bahia, o semiárido atravessa todo o estado no sentido Norte-Sul – seccionando o Litoral e o Oeste –, tem uma extensão equivalente a duas vezes e meia o território do Ceará e concentra 48% da população estadual. A Bahia é detentora da maior população rural do Brasil, grande parte dela no semiárido, que abrange o território de 259 municípios, com várias centenas de vilas e povoados.

Dar atenção especial e diferenciada a essa vasta macrorregião, para superar as condições de vulnerabilidade social, econômica e ambiental que aí persistem, criando condições para a sua sustentabilidade, é pré-requisito para superar os ainda muito baixos índices de desenvolvimento do estado.

Enfrentar as limitações do semiárido requer investimentos significativos em projetos estratégicos capazes de reduzir a vulnerabilidade à falta periódica e temporária de água, até mesmo para o abastecimento humano, a primeira das prioridades.

Num estado que tem em torno de 65% de seu território na região semiárida - e mesmo suas regiões litorâneas e do Oeste, historicamente mais úmidas, foram atingidas pela forte e longa estiagem verificada dos últimos anos -, urge estabelecer uma política de Recursos Hídricos que tenha como foco:

1. A disponibilização desses recursos para uso, mediante a construção de barragens de regularização, que permitam acumular água no período chuvoso em volumes suficientes para atender as demandas também do período seco;
2. O aproveitamento mais intensivo dos nossos principais aquíferos, em especial os da Bacia de Tucano e do Urucuia;

3. A construção de grandes sistemas adutores, a partir do Rio São Francisco, que sirvam de espinha dorsal para sistemas produtivos e de abastecimento ao longo de sua área de influência.

Nesse contexto, faz-se indispensável a elaboração de um Plano Estadual de Segurança Hídrica, como instrumento de planejamento, definição e minuciosa priorização e hierarquização das ações a serem realizadas no campo da gestão dos recursos hídricos. Suas balizas estratégicas terão que ser:

1. O atendimento, tão imediato quanto possível, a áreas do território que estejam com a demanda por água reprimida;
2. A concepção e o projeto de obras integradas que assegurem a materialização da destinação prevista para a água;
3. A proposição de soluções que visem à eliminação da vulnerabilidade hídrica de cada região do estado.

SEGURANÇA HÍDRICA DO SEMIÁRIDO

É importante fazer uma consideração e, ao mesmo tempo, um registro histórico sobre esse tema. A construção de barragens pelo governo do Estado como política de segurança hídrica constitui prática inaugurada na Bahia na década de 1980, com a construção da barragem de São José do Jacuípe, primeiro grande equipamento desse tipo construído pelo governo estadual, que serviu para a regularização do abastecimento de água de 16 municípios das regiões do Sisal e da Bacia do Jacuípe, bem como para a agricultura irrigada.

A sensibilidade para com as chamadas “causas do Sertão”, presente nesse episódio histórico, voltou a se repetir no período de 1995 a 2006, quando foram integralmente concluídas oito barragens, quais sejam as do Aipim, Apertado, Bandeira de Melo, França, Pedras Altas, Pindobaçu, Ponto Novo e Santana, e deixadas três outras com obras em estágio avançado – Cristalândia, Lagoa da Torta e Serra Preta.

A partir de 2007, instaurou-se um vácuo nessas ações e nenhuma barragem nova foi construída no semiárido baiano desde então. Registra-se tão somente o início das obras da Barragem de Baraúnas, em Seabra, que se encontra ainda em fase de fundações. A única obra desse tipo concluída nesse período foi a Barragem de Itapé, inaugurada em 2018 e voltada para o abastecimento de água de Itabuna.

Após essa lacuna de 12 anos, a Bahia volta a ter a oportunidade de ter essas políticas resgatadas, sob o comando de um governador nascido no sertão e assume o compromisso de retomar a linha de resposta responsável e concreta às necessidades hídricas do semiárido, mediante a realização de um ambicioso Programa de Segurança Hídrica envolvendo:

1. Construção de uma rede de barragens de médio porte;
2. Implantação de adutoras;
3. Perfuração de poços tubulares profundos.

O conjunto dessas ações haverá de ser capaz não apenas de reduzir os espaços com déficit de água para o abastecimento humano e a dessedentação dos animais, mas também, sempre que possível, servir de base para o exercício de atividade econômica, que garanta renda digna para a população dessa extensa macrorregião.

A propósito, cabe aqui lembrar que um marco estratégico para o desenvolvimento econômico da Bahia, incluído no presente Programa de Governo, é o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO SEMIÁRIDO, com foco na caprinovinocultura, mas com o viés inovador de sua integração com grandes empresas ou cooperativas especializadas, no modelo já consolidado no país nas atividades de avicultura e suinocultura.

Apesar de sabidamente pouco demandante por água, a caprinocultura nos moldes propostos nesse novo programa exige suprimento absolutamente seguro das quantidades necessárias de água - e isso une umbilicalmente aquele programa às propostas de segurança hídrica.

A par das ações de caráter mais geral, como a gestão profissionalizada das bacias hidrográficas estaduais, e das várias ações específicas que serão adotadas para superar os efeitos das históricas irregularidades das chuvas e prover volumes mínimos necessários de água para o semiárido baiano, três grandes espaços regionais serão singularizados em nossa abordagem, por sua criticidade com relação à carência hídrica, mas também por seu potencial para soluções efetivas.

O primeiro deles é a Bacia do Rio de Contas, em seus trechos alto e médio, e as sub-bacias afluentes dos rios Ourives, São João, Gavião e Sincorá. Nessa região, abrangendo grande parte do sudoeste e centro do estado, tida como a de maior déficit hídrico na Bahia, foram identificados pelo menos 16 locais que merecem ser avaliados para definição de sua possível viabilidade para implantação de barragens destinadas à estabilização do abastecimento humano e realização de atividades econômicas, que potencializem a renda das populações locais.

Além das intervenções que se fazem necessárias no âmbito das sub-bacias, a viabilização de duas barragens de uso múltiplo no curso principal do Rio de Contas já se impõe, a saber:

1. A Barragem de João Vaz;
2. A Barragem de Fazenda Campinhos, ambas beneficiando as populações dos municípios de Rio de Contas e Jussiape.

O segundo grande espaço regional destacado é a margem direita do rio São Francisco, no trecho submédio do rio, região em que o novo governo vai aplicar todo o seu empenho para viabilizar, junto ao governo federal, duas importantes intervenções hídricas, ambas de uso múltiplo.

A primeira é o CANAL DO SERTÃO BAIANO, obra do chamado Projeto Eixo Sul, de compensação à Bahia pela transposição do rio São Francisco. Trata-se de canal de adução a céu aberto, que capta água do São Francisco e se estende por 297 quilômetros, a maior parte por gravidade, até o perímetro de irrigação da barragem de São José do Jacuípe. Sua primeira parte aproveita o sistema adutor do Perímetro Irrigado do Salitre, que, afinal, será inteiramente concluído.

A segunda é o CANAL DO XINGÓ, de origem também vinculada à compensação para a Bahia e para Sergipe pelo projeto da transposição. Trata-se igualmente de canal de adução a céu aberto, que faz a captação na Barragem de Paulo Afonso IV e se estende por 114 quilômetros até o município de Poço Redondo, em Sergipe, passando pelo próprio município de Paulo Afonso e pelo de Santa Brígida.

O terceiro grande espaço regional a ser destacado é a área da Bacia Sedimentar de Tucano e suas vizinhanças imediatas. Os aquíferos existentes nessa bacia já abastecem com total regularidade, a partir de poços profundos, muitas cidades localizadas dentro e fora do seu âmbito geográfico exclusivo. E muito mais pode ser expandido, seja na cobertura geográfica do abastecimento de água, seja na incorporação de projetos de agricultura irrigada, obviamente mediante monitoramento do equilíbrio entre as vazões captadas e a capacidade de fornecimento do aquífero.

O aquífero do Urucuia, na região Oeste da Bahia, é outra importante fonte de recursos hídricos subterrâneos, predominantemente usados no atendimento de demandas da agricultura irrigada na localidade. Estudos em curso, envolvendo a academia e as entidades de produtores da região, com participação de órgãos estaduais relacionados ao tema, produziram resultados recentes que apontam para uma situação saudável desse aquífero. Por óbvio, o novo governo acompanhará esse monitoramento.

EFICIÊNCIA INSTITUCIONAL

Não há dúvidas de que um reexame da estrutura institucional do setor de recursos hídricos no âmbito da administração estadual também é uma imposição para o novo governo. A Bahia não pode se permitir conviver com a ausência de bons projetos nesse setor, muito menos com a devolução de recursos não utilizados, em nenhuma situação, e, especialmente, quando se trata de doação destinada à formatação de projetos sobre os nossos recursos hídricos.

SANEAMENTO BÁSICO

A volta da elevação do índice de mortalidade infantil, após longo período de declínio continuado, acendeu a luz de alerta sobre o relaxamento das políticas públicas correlacionadas, entre elas a da disponibilidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos, componentes de política de saneamento básico. A dinâmica populacional não permite que, uma vez alcançadas determinadas metas, a implantação da infraestrutura deixe de ter continuidade, para não se defasar novamente. Tanto mais que as metas atingidas até o final do século passado precisavam ser ainda mais incrementadas. É o que precisa ser retomado.

Dos 417 municípios baianos, a EMBASA (Empresa Baiana de Saneamento) atua em 366 deles com serviço de abastecimento de água, e, em somente 122 municípios, com o serviço de coleta e tratamento de esgoto; estranhamente, a CERB (Companhia de Engenharia Rural da Bahia), que sempre cuidou do abastecimento rural e das pequenas localidades, geralmente atendidas por sistemas simplificados de abastecimento de água, como que desapareceu do cenário, o que reflete falta de prioridade para as suas ações.

A agenda dos recursos hídricos não comporta interrupções, devendo ser permanente, porque aqui se está cuidando da saúde e do bem-estar da população. Há, pois, a necessidade de investimentos constantes, em todos os municípios baianos, porque as cidades crescem e se transformam continuamente, o que requer acompanhamento. Ou seja, mesmo nos municípios – cidades e zona rural – onde já existe serviço de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, os investimentos precisam continuar, para não ficarem defasados.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Na Bahia, os déficits de serviços de saneamento mais visíveis estão localizados basicamente nos bolsões de pobreza, isto é, nas periferias de cidades onde predomina a habitação precária e na região semiárida. A falta de condições sanitárias nessas áreas deprime a qualidade de vida e compromete a saúde da população, gerando um quadro de morbidade e mortalidade. O novo governo atuará no sentido de superar esse deplorável cenário de dificuldades que o cidadão baiano enfrenta.

Deve-se reconhecer que o histórico de projetos e obras de esgotamento sanitário no estado da Bahia deu um grande salto no decorrer dos anos de 1990, quando as ações nesse setor foram intensificadas muito especialmente com a execução do Programa Bahia Azul, além da adoção de medidas que atuassem no destravamento da burocracia, que emperrava várias atividades, inclusive as ligações domiciliares, na melhoria do desempenho das estações de tratamento de esgoto, entre outras. E foi justamente a falta de medidas dessa natureza, durante os anos iniciais do presente século, que fizeram com que o estágio atual do saneamento na Bahia não estivesse bem mais adiantado, como se esperava. A falta de continuidade do Programa Bahia Azul muito contribuiu para a perda da dinâmica do setor no estado, pois a verdade é que o serviço não acompanhou o crescimento da demanda.

Ainda assim, o índice de esgotamento sanitário na Bahia ostenta melhores condições do que o do Nordeste, mas ainda apresenta grande desvantagem em relação à média nacional, e, para bem atender à população baiana, precisa melhorar em termos da cobertura do serviço. Com efeito, os dados de 2016 demonstram que a Bahia está cerca de dez pontos percentuais acima do Nordeste na cobertura do esgotamento à escala global dos municípios atendidos com água, cifra que melhora ainda mais quando essa mesma avaliação é feita somente no meio urbano (quase 14 pontos percentuais). Mas, em relação à média nacional, a Bahia fica mais de 15% abaixo, quando a avaliação é global, e 11%, também abaixo, quando a avaliação se refere ao meio urbano.

Situação da cobertura do serviço de esgotamento sanitário no Brasil, Nordeste e na Bahia

ABRANGÊNCIA	ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ESGOTO REFERIDO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM ÁGUA (%)	ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO REFERIDO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM ÁGUA (%)	ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO REFERIDO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM ESGOTO (%)	ÍNDICE DE TRATAMENTO DE ESGOTO (%)
BRASIL	51,92	59,74	68,89	74,87
NORDESTE	26,79	34,73	46,60	79,66
BAHIA	36,52	48,57	60,30	86,33

Quando a comparação é feita em relação aos municípios atendidos com esgoto, a situação continua mais ou menos a mesma, com superioridade da Bahia em relação ao Nordeste (em torno de 14% acima), e inferioridade em relação à média nacional, de aproximadamente 8% para menos.

No que diz respeito ao índice de tratamento de esgotos, a Bahia se situa em patamar mais alto do que a região Nordeste (cerca de 6%) e, também, em relação à média nacional, nesse último caso com 11,5% de vantagem. Observa-se, daí, que o Nordeste está em melhores condições do que a média nacional. Essa circunstância resulta do fato de a Bahia contribuir favoravelmente para elevar o índice nordestino, apesar de essa influência ser comandada pela concentração do tratamento de efluentes na Região Metropolitana de Salvador (RMS), certamente uma consequência do Bahia Azul e um indicador da importância de sua realização, apesar de não ter tido continuidade.

A meta para o quadriênio 2019-2022 será a de elevar o índice total de atendimento de esgoto referido aos municípios atendidos com água para igualar a Bahia à média nacional, o que significa evoluir de 36,52% para 51,92%, na cobertura desse serviço.

A estratégia para essa evolução prevê o ataque ao problema segundo uma hierarquização, que evolua dos municípios que apresentam elevados níveis de enfermidades de veiculação hídrica para os de menor

incidência desses males. Com o mesmo grau de preocupação, deverão ser considerados os municípios que estejam lançando em corpos d'água as maiores vazões de efluentes sem tratamento, em ordem decrescente. Estudos consequentes aos que já existem indicarão a ordem que deverá ser seguida na implementação das medidas, que permitirão que a meta, ora preconizada, seja alcançada.

Merecerá especial atenção a implantação de estações de tratamento de esgotos, ou outro sistema de disposição final, para as cidades que têm seus esgotos sanitários "in natura" lançados nas represas Joanes I e Joanes II, a exemplo de Camaçari, Dias D'Ávila e Simões Filho, entre outras localidades da RMS.

Por fim, é importante observar também o quanto é baixa a quantidade de municípios atendidos com esgotamento sanitário: são tão somente 149, do total de 417 municípios baianos. A esse respeito, a meta é desenvolver os projetos de sistemas de esgotamento dos municípios ainda carentes do serviço, para dar partida em um programa de implantação de tais sistemas.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Dados de 2016 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) demonstram que o índice de atendimento total de água na Bahia é de 80%, inferior à média brasileira, que se encontra em torno de 83%. Isso significa que a Bahia está atrasada em relação a muitos outros estados brasileiros, mas, principalmente, em relação a si mesma, porque tem 1/5 de sua população sem abastecimento regular de água.

De um modo geral, as obras de captação, adução, reservação e distribuição são de projeto e execução corriqueiros. Dependem, no entanto e primordialmente, de mananciais que garantam o mínimo de segurança hídrica nos períodos de estiagem, particularmente na região semiárida.

Estudo realizado pelo Instituto Nacional do Semiárido concluiu que apenas 16% dos sistemas de abastecimento de água da Bahia estavam satisfatórios, sendo essa a segunda pior taxa entre os estados nordestinos. Isso reflete a descontinuidade dos investimentos, mesmo nas cidades onde já existe serviço de abastecimento. Isso significa que todos os demais necessitavam de ampliação ou, pior, de um novo manancial de captação.

ÁGUA PARA SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

No caso de Salvador e sua Região Metropolitana, a questão principal neste momento é o uso de águas da barragem de Pedra do Cavalo. Originalmente, foi prevista a construção sucessiva de três linhas adutoras, cada uma com vazão de 7m³/s. A primeira foi construída na implantação do empreendimento - e teria chegado o momento de construir-se a segunda linha. No entanto, o descaso com a Bacia do Rio Paraguaçu parece ter comprometido essa possibilidade, numa grave demonstração do elevado custo social gerado.

É o que diz o recente Plano de Abastecimento da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara (PARMS), que descartou a solução da segunda adutora, indicando diretrizes e proposições alternativas com vistas à segurança hídrica dos municípios e distritos industriais da RMS. Em face disso, são as seguintes as medidas a adotar:

- Projetar e construir nova captação na Barragem de Santa Helena, em cota mais baixa do que a atual, de modo a aumentar a vazão que é transferida para a Barragem Joanes II - e daí para a ETA Principal (que deverá ser ampliada), com a construção de nova adutora;
- Aproveitamento do aquífero São Sebastião, perfurando e instalando poços profundos, conduzindo suas águas para, apenas, desinfecção na ETA principal, sem lançá-las, desnecessariamente, logo à montante das demais unidades de tratamento, junto com as águas de Pedra do Cavalo e do Joanes;
- Concepção, projeto e construção de uma barragem sobre o leito do Rio Pojuca, como reforço para a segurança hídrica de Salvador;
- Projetar e construir as obras necessárias para uma melhor utilização da barragem de Pedra do Cavalo, possivelmente derivando algo em torno de 3,5 a 4,0 m³/s adicionais, uma vez que não é mais viável contar com a construção das duas adutoras complementares previstas à época do projeto original.

Merece destaque aqui a situação precária em que se encontra a antiga adutora de concreto Joanes I – ETA da Bolandeira, que vem se agravando a cada ano, cujo colapso pode acontecer a qualquer momento, afetando o abastecimento de água de Salvador e até mesmo pondo em risco a vida de moradores de seu entorno. A sua desativação deve ser agilizada, simultaneamente, com a construção de um ou mais dos reforços ao sistema anteriormente elencado.

ÁGUA PARA VITÓRIA DA CONQUISTA

Importante polo regional, grande centro de serviços, especialmente de educação e saúde, terceira cidade mais populosa do estado, Vitória da Conquista não tem água suficiente para o abastecimento de sua população de 350.000 habitantes!

Localizada no limite do semiárido, a solução para o problema do abastecimento de água da cidade vem sendo adiada por conta da controvérsia gerada pelas distintas soluções estudadas, sem que se consolide o consenso em torno de uma delas. São as seguintes as alternativas consideradas:

- 1) Mananciais atualmente ativados acrescidos de adução de águas da barragem de Anagé, deixando a barragem de Inhobim (Rio Pardo) para a finalidade principal de irrigação e abastecimento de outras localidades;

- 2) Mananciais atualmente ativados acrescidos de adução de águas da barragem de Inhobim (Rio Pardo), excluindo da solução a barragem de Anagé.

Ambas as soluções requerem elevadíssimos custos de energia elétrica para vencer os mais de 500 metros de diferença de nível para recalcar a vazão demandada por Vitória da Conquista.

Outros estudos consideram uma ou duas de seis barragens previstas em pequenos e médios afluentes do Rio Pardo (Barragens Jiboia 1 e 2, Vereda 1 e 2, Salitre e Boqueirão), além da Barragem Catolé 2, localizada à jusante da barragem em implantação no Rio Catolé Grande.

Considerando a urgência e a gravidade do problema, o novo governo tomará uma decisão, em articulação com a prefeitura municipal, logo nos seus primeiros meses de mandato, de modo a equacionar esse problema e permitir a continuidade do processo de desenvolvimento local.

ÁGUA PARA ITABUNA

Itabuna é outra cidade baiana de grande porte na rede urbana estadual cuja população não conta com adequado suprimento de água, carecendo de medidas que garantam a segurança do abastecimento hídrico. Ao contrário, por força e em decorrência da forte e longa estiagem verificada dos últimos anos, sem estar no semiárido, a cidade tornou-se exemplo maior da falta de segurança hídrica, tendo sido, por vários meses, atendida por carros-pipa, em razão do total esgotamento de seu manancial de abastecimento, o Rio Almada.

Em que pese a recente construção da Barragem do Rio Colônia, idealizada por antigas gestões municipais, é imprescindível que seja estudada e projetada a tomada d'água no Rio das Contas, em direção ao Rio Almada, no ponto de captação do SAA de Itabuna, assegurando-lhe redundância hídrica, como reforço para a solução do abastecimento dessa cidade e de outros municípios da região.

Além disso, devem ser perfurados poços no aquífero existente nas proximidades da referida captação, de modo a verificar a viabilidade de seu aproveitamento como reforço do sistema de abastecimento de água local.

RESÍDUOS SÓLIDOS

É grave, na Bahia, a questão relacionada aos resíduos sólidos, e o governo do estado tem um importante papel a desempenhar, em conjunto com as demais esferas dos Poderes Públicos, na ação que vise o disciplinamento desse setor. Em primeiro lugar, os conceitos básicos da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a vigilância sobre áreas contaminadas e os padrões sustentáveis de produção e consumo estarão presentes na formulação dos diversos planos, programas e ações dos setores produtivos predominantes na economia baiana. Nesse sentido, a observância das diretrizes da não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição de resíduos sólidos será o

ponto-chave na tomada de decisão do estado quando optar por apoiar, institucional ou financeiramente, empreendimentos produtivos geradores de resíduos; por igual, quando da decisão de apoio a iniciativas baseadas em tecnologias de recuperação energética de resíduos sólidos urbanos, entre outras diretrizes de ação.

Em particular, o governo estadual estará atento quanto ao planejamento e à execução das funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, controlando e fiscalizando as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental de sua alçada. Além disso, atuará no Sistema Nacional de Informações sobre Resíduos Sólidos, contribuindo para a preservação ambiental de seu território.

No passado, o estado já realizou, pioneiramente, com financiamento do Banco Mundial, programa de destinação final de lixo para a Região Metropolitana de Salvador. Um aspecto importante a considerar reside na manutenção da infraestrutura construída, de modo a evitar que aterros sanitários se degradem, sendo transformados em lixões, como já ocorreu no passado. Nesse sentido, mecanismos serão concebidos para que os operadores da infraestrutura zelem por sua conservação em bom estado.

APOIO AOS MUNICÍPIOS: PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

O novo governo, atento à exiguidade de prazo para que os municípios tenham seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico editados, apoiará as prefeituras, especialmente as de menor capacidade econômica, na tarefa de elaboração desse documento programático para o setor e respectiva legislação.

O PMSB abrange o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a destinação final dos resíduos sólidos. Ao promover esse apoio, via Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o governo do estado estará contribuindo também com o tema da drenagem urbana, que é inerente à ação municipal.

TRANSPORTES

A Bahia é vítima de um grande gargalo logístico, que inclui todos os modais de transporte, tendo, por conta disso, perdido competitividade pela atração de novos investimentos.

Assim, não é por acaso que se concentra nessa área o maior número de projetos estratégicos a serem viabilizados durante o novo governo.

Com efeito, uma profunda e vigorosa transformação no cenário da infraestrutura logística da Bahia constitui preliminar imprescindível para que o nosso estado possa conseguir converter em realidade econômica suas vocações e potencialidades - e, a partir daí, gerar as riquezas, os investimentos, os

empregos e a arrecadação tributária, que lhe permitirão oferecer melhor qualidade de vida e melhores serviços públicos aos seus cidadãos.

E isso não tem só que abranger todos os modais logísticos. Isso tem que começar imediatamente. Adiar esse processo de ampliação e requalificação da infraestrutura do estado significa comprometer ainda mais as atuais e futuras gerações de baianos, relativamente a seu direito aos benefícios decorrentes de um ciclo de crescimento econômico robusto e continuado como não se vê na Bahia já há algum tempo.

As propostas mais relevantes para a melhoria da infraestrutura da Bahia são expostas a seguir dentro de suas respectivas áreas.

MODAL RODOVIÁRIO

a) Rodovias Estaduais

O novo governo vai priorizar a qualidade da malha rodoviária estadual via contratação de obras de restauração com manutenção atrelada, no modelo PREMAR, do Banco Mundial, introduzido na Bahia antes de 2007. Na última Pesquisa CNT, apenas 24% das rodovias estaduais baianas tiveram seu estado geral avaliado como bom ou ótimo, enquanto 48,3% obtiveram classificação de ruim ou péssimo;

Do mesmo modo, aumentará a densidade da malha rodoviária estadual relativamente à área da Bahia, mediante a construção de novas rodovias, especialmente entre sedes municipais e distritos mais populosos, assim como nas principais áreas produtoras do estado, com grande repercussão em nossa produção agrícola e mineral. A cobertura de rodovias estaduais na Bahia é a segunda mais baixa do Nordeste, e essa situação é particularmente grave na região Oeste, nossa maior produtora agrícola, configurando uma importante limitação à expansão da produção através de incorporação de novas áreas ainda disponíveis.

As ações específicas a serem implementadas incluem, entre outras:

- Ampliar o escopo e o propósito de duplicação da rodovia Ilhéus – Itabuna, expandindo-a para a duplicação de Ilhéus a Vitória da Conquista, com 272 quilômetros de extensão, para criar um novo eixo de desenvolvimento urbano-regional;
- Iniciar ou, onde for o caso, garantir a continuidade de projetos de construção de novas estradas asfaltadas nas regiões de Sento Sé e Xique-Xique; Mucugê - Ibicoara; Estreito – Buritirama – Mansidão; e Anel da Soja – Coaceral, dentre outras, bem como de estradas vicinais entre os platôs do Oeste do estado e a BR-242;

- Viabilizar a construção de novos trechos da estrada BA-001, para completar integralmente essa via litorânea, incluindo os segmentos Canavieiras – Belmonte; Trancoso – Prado; Caravelas – Nova Viçosa; e Mucuri – Divisa/ES;
- Estudar a viabilidade da implantação do Projeto Linha Azul, integrado ao Sistema Viário Oeste, que inclui a construção da rodovia litorânea do entorno da Baía de Todos-os-Santos, interligando a Ilha de Itaparica e todo o Recôncavo Baiano a Salvador. Além do seu impacto intrínseco no turismo, a Linha Azul requalificará a integração do Recôncavo ao processo de desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, ampliada, fortalecendo as condições de mobilidade da população e dando suporte de infraestrutura logística para a instalação de empreendimentos industriais diversos em toda a região. Serão mais de cinco milhões de pessoas beneficiadas, já que sua área de influência alcança até Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus.

b) Rodovias Federais

Em que pesem os governos baianos posteriores a 2006 fazerem parte do mesmo grupo político do governo federal até, pelo menos, 2016, o tratamento recebido pelas rodovias federais, nos trechos sobre o território da Bahia, foi inexplicavelmente danoso para os interesses baianos, na comparação com o que ocorreu no âmbito dos outros estados.

Uma boa ilustração dessa realidade é o fato de que, nesse período, a BR-101 foi praticamente toda duplicada em sua extensão ao norte da Bahia, até a divisa Sergipe/Bahia, e, no outro extremo, ao sul do estado, até a divisa do Espírito Santo com a Bahia.

Dentro do território baiano, foi objeto de muita publicidade a contratação das obras de duplicação do trecho norte da BR-101, entre a divisa com Sergipe e Feira de Santana. Mas, do pouco que foi iniciado, uma boa parte foi interrompida, e uma porção bem menor foi efetivamente concluída, deixando a impressão de que, para os governos estaduais, valiam mais os anúncios publicitários do que as obras em si e os decorrentes benefícios em empregos, em infraestrutura e dinamização econômica, assim como em vidas poupadas pela redução dos acidentes.

Diante desse cenário, é imperioso atuar de forma objetiva junto ao governo federal para a concretização dos seguintes projetos:

- Duplicação do trecho sul baiano da BR-101 e conclusão do trecho norte, ainda em execução;
- Construção de terceira pista nos dois sentidos da BR-324, entre Salvador e Feira de Santana;
- Construção de terceira pista em alguns trechos da BR 242;
- Duplicação de outros trechos da BR-116, além daquele entre Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242, especialmente o trecho Feira de Santana – Serrinha.

MODAL FERROVIÁRIO

Atuar junto ao governo federal objetivando a viabilização, diretamente ou mediante participação da iniciativa privada, dos seguintes projetos:

- Conclusão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) em seu trecho integral até a Ferrovia Norte Sul, conjugada com a construção de Porto Offshore em Ilhéus, para viabilizar o escoamento marítimo da produção mineral e agrícola do Oeste da Bahia e do Centro-Oeste do Brasil.

A Bahia não pode mais esperar. É preciso que seja feita o quanto antes a licitação para concessão da ferrovia à iniciativa privada, tanto mais que sua implantação guarda relação direta e terá impacto decisivo sobre a implantação tanto da exploração do minério de ferro de Caetité quanto do Porto Sul.

É preciso ter em vista que, sem prejuízo para o Oeste baiano, é estratégica a interligação da FIOL com a FICO – Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, também em fase de licitação, o que reduzirá em 380 quilômetros a distância das cargas oriundas do Centro-Oeste para o Porto Sul, dando condições extraordinárias de viabilização para todo o empreendimento, com redução dos custos de transporte para a exportação dos produtos agrícolas daquela região do país.

Também acompanhar e participar das tratativas que estão sendo feitas em nível federal de governo para a prorrogação das concessões ferroviárias e reivindicar:

- Requalificação da Ferrovia Belo Horizonte – Salvador, integrando-a à FIOL;
- Requalificação da Ferrovia Salvador – Juazeiro, tendo como ponto nodal o polo Juazeiro (BA)/ Petrolina (PE), com extensão até Parnamirim (PE), para articulação com a Ferrovia Transnordestina, permitindo acesso aos portos fluvial, de Juazeiro, e marítimo, de Aratu (BA);
- Requalificação da Ferrovia Salvador – Propriá - Recife, interligando-a com a Ferrovia Transnordestina no Porto de Suape, em Ipojuca (PE);
- Construção do Ramal Ferroviário Camaçari – Baía de Aratu, para acabar com os riscos inerentes ao transporte rodoviário e ferroviário de cargas químicas perigosas dentro do município, além de potencializar o escoamento marítimo dos produtos do Polo Industrial de Camaçari, melhorando a competitividade dos seus produtos.

MODAL AEROPORTUÁRIO

- Viabilizar as obras e ações que garantam as condições plenas para a construção do novo Aeroporto Internacional da Costa do Descobrimento, em Porto Seguro, com condições para operar voos de

longa distância e, assim, destravar o desenvolvimento do turismo internacional nesse que é um dos mais destacados destinos turísticos brasileiros;

- Viabilizar a execução do projeto de construção do novo Aeroporto Jorge Amado, de Ilhéus, já devidamente autorizado pelo Ministério dos Transportes, a ser objeto de Parceria Público-Privada;
- Recuperação, ampliação e reativação dos aeroportos regionais do estado, a exemplo de Barreiras, Paulo Afonso e Teixeira de Freitas, e outros que, por seu papel na dinamização e potencialização do desenvolvimento regional, vários deles também como infraestrutura turística, possam despertar o interesse empresarial por sua operação - ou mediante investimento público, de modo a permitir a ampliação da malha aérea e a integração de um maior número de cidades baianas aos serviços aeroviários;
- Atuar de maneira permanente junto à empresa concessionária do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, de Salvador, objetivando apoiar e participar de todas as ações que possam conduzi-lo à retomada da liderança no transporte de passageiros e de cargas no Nordeste.

MODAL AQUAVIÁRIO

Os portos baianos não têm conseguido atender a demanda da produção e exportação da Bahia, constituindo fator francamente negativo na competitividade dos nossos produtos.

Como se sabe, parte considerável do embarque dos produtos baianos para exportação está sendo realizada em operações que mobilizam portos de outros estados. Mais que isso: a crônica falta de investimentos em instalações portuárias do porte requerido, agregada à pleiteada melhoria da logística ferroviária regional, somente aumentará a distância da Bahia, nesse setor, no plano regional, frente a Pernambuco, com Suape, e ao Ceará, com Pecém.

Diante disso, e considerando sua responsabilidade pelo planejamento de longo alcance dos rumos da economia baiana, tal como ocorreu nos marcos históricos do desenvolvimento industrial do estado – com a implantação da Refinaria Landulpho Alves, do Centro Industrial de Aratu, do Polo Petroquímico de Camaçari e, por último, da chamada 4ª onda industrial, com a atração das indústrias automotiva, calçadista e de transformação plástica –, é indispensável, no que tange a esse setor de indiscutível relevância para o nosso desenvolvimento econômico, que o novo governo assuma posição de clara liderança, para fazer valer os interesses do estado.

As principais prioridades a perseguir nessa área serão:

- A viabilização, por meio de ação firme junto ao governo federal e à iniciativa privada com interesse

objetivo no projeto, da construção do Porto Offshore de Ilhéus, o chamado Porto Sul, como canal efetivo de escoamento dos grandes volumes de produção de minérios e de grãos, provenientes das regiões Sudoeste e Oeste do estado, além de outras que se agregarão a partir da disponibilização dessa importante infraestrutura portuária e da ferrovia que se lhe associa, a FIOF;

- A estadualização da Autoridade Portuária na Bahia, a ser pleiteada do governo federal, como meio de garantir o maior alinhamento com a realidade estadual e, como consequência, o aumento da nossa competitividade na atração de novos investimentos industriais e de serviços;
- A viabilização do interesse do setor privado em investir em novos portos, potencializando as condições naturais favoráveis à construção de novos terminais privados na Baía de Aratu;
- O exame aprofundado do potencial de aproveitamento das águas profundas desta grande dádiva natural baiana que é a Baía de Todos-os-Santos, mediante a contratação de todos os estudos necessários à definição das possibilidades de viabilização de um porto de águas profundas dentro da BTS, capaz de transformar a atual situação de desvantagem competitiva da Bahia em um grande ativo impulsionador de sua economia, além de atuar como apoiador e intermediador, junto ao governo federal e à iniciativa privada interessada na eventual materialização dos projetos resultantes;
- O apoio e fomento à navegação de cabotagem, visando à diversificação dos modais de transporte de cargas.

Além disso, constitui elemento fundamental para o desenvolvimento do estado a reativação da Hidrovia do São Francisco, pelo menos no trecho Ibotirama – Juazeiro, onde são necessárias apenas obras localizadas de dragagem, derrocamento de pedrais e sinalização, medidas indispensáveis para que a via possa voltar a ser utilizada.

Naturalmente que a salvação do rio São Francisco, uma necessidade imperiosa que foi postergada em favor da transposição de suas águas, persiste como indispensável, agora mais do que nunca. Em qualquer hipótese, contudo, a reativação da hidrovia constitui um projeto estratégico e fundamental.

ENERGIA

Embora tanto a distribuição quanto a geração e transmissão de energia sejam de competência da União, que as exerce através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), é de fundamental importância que o estado da Bahia acompanhe e monitore, no interesse de sua população e de sua economia, o cumprimento das obrigações das concessionárias presentes em seu território, assim como, e muito especialmente, a evolução das condições demográficas e econômicas do estado, para que sejam prontamente adotadas as providências para o atendimento das necessidades locais.

Em que pese à Bahia ser um importante produtor de energia hidrelétrica, restrições de natureza ambiental têm impedido a expansão dessa matriz no estado, impondo a necessidade de importação de energia de outras regiões do país. O problema passa, então, para o domínio da transmissão.

TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

O projeto de maior interesse da Bahia nesse contexto é a construção da linha que liga Miracema, no Tocantins, a Sapeaçu, trazendo energia de Belo Monte. Essa linha deveria ter entrado em operação em 2016, mas teve suas obras paralisadas em 2015 e a autorização de construção cassada em 2017.

Essa situação impõe ao novo governo a necessidade de empenhar-se junto ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a fim de que sejam resolvidos, na maior brevidade possível, os entraves administrativos e burocráticos que impedem a urgente retomada das obras da Linha de Transmissão Miracema – Sapeaçu, a fim de impedir a limitação da oferta e mesmo a vulnerabilização do suprimento de energia ao nosso estado.

Internamente, os movimentos de população e o processo de crescimento das diversas cidades e regiões do estado fazem com que haja necessidade de acompanhar e monitorar a evolução dos indicadores de suprimento e atendimento pelas concessionárias, mantendo-se os níveis de atendimento e os padrões mínimos de qualidade contratados, visando o bem-estar dos baianos e o vigor de sua economia.

A expansão das atividades faz com que novos investimentos se tornem necessários no território estadual, seja para atendimento imediato do incremento da demanda, seja para induzir a implantação de novas atividades ou estimular a expansão daquelas já existentes.

Caso emblemático nesse segmento é o do Oeste baiano, onde o crescimento continuado dos volumes produzidos, a expansão da área cultivada, a implantação de novos empreendimentos e o necessário estímulo à agroindústria requerem pronta ação na expansão da oferta de energia, com a construção de novas linhas de transmissão e subestações, até mesmo para atender a uma demanda já reprimida.

O estado estará atento e, inclusive, participará ativamente, sempre e quando necessário, do financiamento de investimentos essenciais, visando assegurar o suprimento desse importante insumo econômico e social em seu território.

GERAÇÃO – ENERGIA SOLAR E EÓLICA

É sabido que a Bahia apresenta excelentes condições naturais para a geração de energia de fontes alternativas, especialmente solar e eólica, com localização privilegiada no semiárido, destacando-se já hoje como um dos principais estados produtores nacionais.

Visando ampliar ainda mais essa participação, o novo governo, em articulação com os demais estados

nordestinos, envidará esforços junto ao governo da União para que a expansão da geração de energia de fontes alternativas ambientalmente sustentáveis, como são a solar e a eólica, seja utilizada como instrumento da política de correção dos desequilíbrios regionais no país, promovendo editais que ofereçam apenas oportunidade de investimento na região Nordeste.

Além da ampliação da geração local de energia, o estado da Bahia estará, nessa área, fortemente interessado na atração de indústrias produtoras de equipamentos e componentes para a instalação das unidades geradoras, bem como na fixação aqui de atividades de pesquisas voltadas para todo o desenvolvimento tecnológico associado a esse programa.

Apesar de livres das citadas restrições ambientais aplicáveis à geração hidráulica, as fontes eólica e solar de energia elétrica infelizmente não estão imunes aos problemas de transmissão.

No caso da energia solar, a solução é mais fácil, uma vez que há muito mais liberdade de escolha na definição da localização das chamadas “fazendas solares”. Já no caso da energia eólica, a definição do sítio de geração encerra certa dose de rigidez locacional, ligada à configuração geográfica, mais ou menos propícia ao aproveitamento dos ventos. Assim, o aproveitamento de parques de geração eólica que não dispõem de linhas de transmissão em suas proximidades requer a instalação de tais estruturas de transmissão. A alternativa é a ociosidade dos respectivos potenciais energéticos.

Atualmente, somente parques de geração que tenham parecer de acesso atestando a existência de linha de transmissão logram poder participar de leilões federais para contratação de energia elétrica.

Diante disso, torna-se imperioso ao novo governo:

1. Demandar do MME e da ANEEL a realização de leilões de linhas de transmissão que viabilizem o aproveitamento dos parques eólicos de maior potencial do estado, estancando o atual desperdício desse potencial energético e econômico;
2. Empréstimo aos projetos e empreendimentos de aproveitamento dessas fontes limpas de energia elétrica todo o apoio necessário à sua consolidação e crescimento.

Ademais, há que se estimular e apoiar outra importante vertente alternativa de geração de energia elétrica, de considerável potencial, mas ainda muito pouco desenvolvida no estado, qual seja a geração de energia de biomassa, com o aproveitamento de florestas plantadas, bagaço de cana-de-açúcar e outros resíduos do agronegócio.

COMUNICAÇÕES

O mundo conectado de hoje em dia não pode estar ausente da vida dos baianos. No entanto, há ainda hoje até localidades turísticas que, por não serem sedes municipais, não contam com serviço adequado de comunicação telefônica móvel e internet.

As modernas tecnologias da informação e comunicação hoje disponíveis constituem infraestrutura indispensável para facilitar a vida das pessoas, com acesso à informação, e melhorar a oferta de serviços públicos de educação, saúde e segurança pública, entre outros, e das empresas, em sua modernização e no desenvolvimento dos seus negócios. Precisam assim espalhar-se por todo o território estadual.

Com isto em mente, o novo governo estará comprometido com:

- Articular-se com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para discutir o modo e meio da população baiana ter facilidades de acesso aos serviços de telecomunicações em todo o território estadual;
- Apoio ao programa conjunto do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações com o Ministério da Educação, envolvendo a Chesf e a Coelba, para implantar nas malhas de linhas de transmissão de energia dessas empresas uma rede de fibra ótica capaz de oferecer Internet de alta velocidade a instituições de pesquisa e ensino, hospitais públicos e órgãos estaduais e municipais por toda a área de abrangência dessa malha no território estadual;
- O estímulo, com todos os meios a seu alcance, à expansão da telefonia móvel de qualidade pelo interior do estado, de preferência com concorrência na oferta dos serviços;
- A implantação de serviços de banda larga pelo interior do estado, a começar pelas cidades de médio porte e áreas de interesse especial, inclusive as localidades turísticas, distritos industriais, instalações universitárias, perímetros de irrigação, entre outras.



VII - ORDEM **PÚBLICA**

O agravamento do quadro da Segurança Pública na Bahia faz com que esse tema integre, com destaque, a proposta do novo governo, para dar um freio à situação de calamidade que esse problema atingiu, criando um cenário de insegurança para toda a população

Ao longo dos últimos governos, o crime avançou significativamente por todo o estado e em múltiplas modalidades, ocupando áreas, aterrorizando a população, inclusive de pequenas cidades do interior, que são frequentemente sacudidas por ações violentas, como os assaltos a bancos, ante as vistas indiferentes e inertes do governo do estado.

Esse cenário requer e terá atenção firme e decidida do novo governo, para o restabelecimento da paz social e da tranquilidade da família baiana.

SEGURANÇA PÚBLICA

Se há um setor em que os baianos mais sofrem as consequências da incompetência e falta de compromisso dos governos petistas dos últimos doze anos em nosso estado, este é o da Segurança Pública. A falência das ações governamentais nessa área terminou por colocar a Bahia, antes um estado pacífico e ordeiro, na triste liderança das estatísticas da criminalidade em nosso país.

Foi de 98% o incremento da taxa de homicídios nos últimos 10 anos! As organizações criminosas estabeleceram-se no estado, o tráfico de drogas ganhou corpo e a criminalidade vem crescendo de forma avassaladora. Os ataques a carros-fortes também cresceram significativamente, sendo a Bahia o segundo estado no país em número de casos no primeiro semestre deste ano de 2018.

Bahia



Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores, Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada e G1

O chamado “Pacto pela Vida”, instituído pelo atual governo, fracassou inteiramente: foi apenas uma caricatura do programa copiado de outro estado, sem refletir efetiva decisão governamental de combater a criminalidade e sem contar com a estrutura necessária para sua implementação.

Adicionalmente, a recente instituição do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP (Lei Federal n. 13.675, de 11 de julho de 2018), instituído com base do art. 144 da Constituição Federal, requer a preparação do estado para atuar de forma eficiente e contributiva.

A Segurança Pública receberá do novo governo atenção especial, com orientação expressa no sentido de fazer o que precisa ser feito: evitar o bandido solto, afrontando a sociedade e, inclusive, a própria polícia. Para isso, vamos instrumentalizar as polícias para, agindo dentro da Lei, restabelecer a paz social.

A ação do novo governo do estado na área da Segurança Pública será apoiada em três pilares:

1. PREVENÇÃO

- Foco na mediação e negociação, como instrumento de pacificação social;
- Resgate, estruturação e atualização do PROJETO VIVER para sua implantação em todas as Delegacias Territoriais, para atendimento integral às vítimas de crimes eventuais, envolvendo assistência social e psicológica.

2. REPRESSÃO QUALIFICADA

- Combate eficiente e eficaz às organizações criminosas que têm intimidado a sociedade.
- Combate sistemático ao tráfico de armas, narcotráfico, tráfico de pessoas e órgãos, combate aos crimes cibernéticos e assaltos a bancos, entre outros.

3. MELHORIAS ESTRUTURAIS NO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Realizar o planejamento adequado das unidades de policiamento ostensivo, com o revigoramento dos Batalhões da Polícia Militar e das Companhias Independentes.
- Promover a qualificação de todo o corpo de agentes de Segurança Pública a serviço da sociedade.
- Dotar o aparato estatal de Segurança Pública de tecnologia, equipamentos e pessoal qualificado.

Todos nós sabemos que o pleno êxito da política de Segurança Pública está também diretamente relacionado a medidas fora de sua área específica de atuação, especialmente em relação às políticas de

natureza social – urbanização, educação, saúde, promoção social –, requerendo atuação integrada do governo, o que será feito.

Em face à situação crítica hoje existente, as ações serão empreendidas de forma ordenada, visando recuperar a iniciativa e o controle do estado em relação à Segurança Pública. A precariedade da situação atual requer uma atuação estratégica a ser implementada em três estágios subsequentes:

Ações em Curto Prazo

- Reorganização das instituições de Segurança Pública visando sua adequação às normas constitucionais, com a correção de distorções implementadas nos últimos anos;
- Atuação imediata, por meio de força-tarefa especial e temporária, para retomada dos territórios ocupados por facções criminosas e desarmamento de seus membros – incluindo armas de fogo, munição e explosivos – objetivando reafirmar a autoridade do Estado e proporcionar segurança e tranquilidade à sociedade baiana;
- Reforço imediato das Delegacias Territoriais, as grandes responsáveis pelo enfrentamento à criminalidade de massa, vis-à-vis a atual política de concentração nos departamentos especializados, tornando o Estado efetivamente presente no território;
- Criação de unidades policiais de resposta rápida, operadas com a utilização de motocicletas, nos principais centros urbanos do estado;
- Preparação da Polícia Rodoviária Estadual, instrumentalizando-a com dados de inteligência e equipamentos de alta tecnologia – incluindo georreferenciamento, documentação fotográfica e transmissão online – para reprimir o tráfico de armas, drogas e pessoas, com especial atenção às divisas interestaduais;
- Combate efetivo e eficaz ao narcotráfico e a assaltos a bancos, mediante operação de Forças-Tarefa;
- Reestruturação da inteligência policial e sua plena integração com as polícias;
- Integração das bases de dados existentes e sua complementação, para sistematização das informações de interesse da Segurança Pública;
- Articulação institucional da Secretaria de Segurança Pública com o Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário;
- Interação com as guardas municipais, preparando-as e treinando-as para apoiar as polícias na

prevenção aos crimes, especialmente nos pequenos e médios municípios;

- Articulação com os órgãos de trânsito para combater o roubo de veículos;
- Rigoroso monitoramento dos indicadores de violência no estado.

Ações em Médio Prazo

- Amplo processo de qualificação e reorganização das polícias Civil e Militar, revendo e adequando suas atuais estruturas;
- Promoção de ampla modernização tecnológica destinada a dar suporte e promover a melhoria qualitativa das ações policiais;
- Melhoramento da qualidade e equipamento das instalações policiais, preferencialmente, integrando-as funcionalmente;
- Revisão da estrutura de remuneração das polícias, com avaliação de novas formas de incentivo à eficiência e premiação por mérito;
- Estruturação adequada da área meio de apoio à atividade policial.

Ações em Longo Prazo

- Implantação de programa de permanente e contínua atualização profissional, de equipamentos e melhoria nas estruturas das polícias;
- Adequação das estruturas e do funcionamento da Segurança Pública Estadual ao SUSP e às exigências de eficácia previstas na Constituição Federal;
- Revisão da política de formação profissional das polícias, com foco em treinamento e atualização das bases curriculares;
- Ampliação do controle social e da transparência sobre as ações da Segurança Pública;
- Reaproximação entre a polícia e a sociedade, recuperando a confiança perdida.

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Atividade complementar, não integrada à Segurança Pública, mas igualmente indispensável à proteção da sociedade, a Administração Penitenciária será objeto de medidas saneadoras das ineficiências e desconformidades existentes, visando o tratamento adequado das pessoas privadas de liberdade em razão de crimes cometidos.

Ações objetivas e concretas serão adotadas para o devido equacionamento dos problemas atualmente existentes, destacando-se como providências a serem adotadas:

- Aplicação criteriosa e eficiente dos recursos do Fundo Penitenciário Federal, com a construção de novas unidades prisionais, visando cobrir o déficit de vagas existente.
- Reduzir, inicialmente, e eliminar, ao final do período, a presença de detidos nas Delegacias de Polícia.
- Articular com o governo federal a implantação de uma penitenciária federal de segurança máxima no estado.
- Articulação institucional com a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário para redução do número de presos sem julgamento.
- Articulação institucional com o Poder Judiciário, especialmente através das suas Varas de Execuções Penais, para o monitoramento sistemático dos prazos de cumprimento das penas, com o objetivo de evitar a permanência no sistema prisional de pessoas que já as cumpriram.

DEFESA CIVIL

A Defesa Civil na Bahia atua, ainda hoje, basicamente nos momentos de resposta a desastres, naturais ou provocados pelo homem, não dispondo de uma estratégia de atuação preventiva. É preciso, portanto, estudar o histórico das ocorrências às quais tem sido chamada a atender para, então, definir uma estratégia de atuação.

Embora se registre a ocorrência de chuvas periódicas e cheias ocasionais, provocando perdas materiais e até de vidas humanas, o que leva ao acionamento da Defesa Civil, numa ação reativa e sempre na dependência de suporte federal, a verdade é que, nas condições climatológicas da Bahia, o fenômeno natural recorrente, de maior intensidade, impacto social e consequências econômicas, atende pelo nome de seca no sertão.

É para o enfrentamento da seca que, prioritariamente, a Defesa Civil da Bahia deve se preparar, incorporando, fundamentalmente, capacidade técnica e recursos humanos. Até porque, para o combate aos efeitos das chuvas, com riscos de escorregamento de encostas, frequentes em Salvador no período de abril a junho, a prefeitura municipal já se capacitou, sendo hoje uma das mais bem preparadas do país.

PLANOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA HÍDRICA

O flagelo da seca afeta recorrentemente centenas de municípios baianos e constitui o mais grave desastre natural em nosso estado. É preciso que os nossos municípios se preparem para esse fenômeno que, como se sabe, sempre voltará. Por outro lado, as soluções tradicionais do carro-pipa e das frentes de serviço precisam ser deixadas para trás, uma vez que há muito já se mostraram insuficientes e inadequadas para enfrentar o flagelo.

É preciso construir soluções alternativas consistentes e duradouras. Tampouco a situação é igual em cada município - e envolve uma multiplicidade de variáveis: a microlocalização, o volume populacional, a extensão territorial, a existência de fontes de água superficiais ou subterrâneas, a qualidade da água disponível, o tipo de solo e o relevo. Essas são apenas algumas delas.

Em face disso, é preciso que tenhamos um projeto específico para cada município. Nesse sentido, o novo governo vai construir um modelo e, através da Defesa Civil, prestar assistência técnica aos municípios para elaboração do Plano Municipal de Segurança Hídrica, com base no qual poderemos, progressivamente, minimizar o impacto da seca em nosso território, estimular a produção e melhorar a vida no campo.

A partir de cada Plano Municipal de Segurança Hídrica, serão elaborados os programas de apoio aos municípios na área de recursos hídricos, abrangendo o conjunto das soluções identificadas e indicadas para cada caso e situação específica.

AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DO CORPO DE BOMBEIROS

Só recentemente, o Corpo de Bombeiros da Bahia foi apartado da Polícia Militar e finalmente ganhou identidade própria, permitindo o desenvolvimento de suas estratégias específicas e apropriadas de trabalho. É nesse estágio que o novo governo encontrará a corporação, o que facultará a elaboração de um amplo planejamento capaz de definir estratégias autônomas e apropriadas para o tipo de serviço prestado à população.

A construção desse planejamento, com horizonte de longo prazo, será feita com base em proposta a ser elaborada a partir das sugestões oriundas do próprio Corpo de Bombeiros, tendo como referência o estado da arte no exercício da atividade. Destaque-se, nesse novo contexto institucional, a necessidade de expandir a sua presença às diversas regiões do estado, permitindo efetiva atenção e cobertura a todo o vasto território baiano.

VIII - GESTÃO E **FINANÇAS** **PÚBLICAS**

Os problemas que marcam a atuação do governo do estado em áreas tão essenciais à população baiana, como a segurança, a saúde e a educação, repetem-se na gestão das finanças e dos serviços públicos. Tanto num caso como no outro, o que se observa é uma preocupante queda de desempenho que tem comprometido o funcionamento da máquina pública estadual. Em relação aos serviços públicos, as reformas administrativas já realizadas têm seguido critérios pouco claros, parecendo atender mais a interesses políticos do que a meritocracia. No caso da gestão fiscal, o fato do Tesouro Nacional ter enquadrado a Capacidade de Pagamento deste governo na nota “C”, a qual impede a Bahia de realizar novas operações de crédito com o aval da União, fala por si só. Enfim, também aqui é preciso mudar – e muito – a Bahia.

SERVIÇO PÚBLICO

O que tem sido observado ao longo dos últimos anos, na Administração Pública baiana, é que as “reformas” administrativas se concentram, largamente, no redesenho das estruturas, com predominância na expansão de suas unidades administrativas e de cargos em comissão, movidas geralmente pela acomodação de interesses políticos ou outros, sem refletir efetiva necessidade do Serviço Público.

Secretarias são criadas para dar status a pessoas e bandeiras que terminam se tornando verdadeiras cabeças sem corpo: sem alocação de recursos, sem poder de decisão, sem programas, não promovem as ações a que em tese se destinariam, frustrando as expectativas daqueles que as demandaram – pessoas, agrupamentos ou segmentos sociais.

São várias as estruturas – secretarias, agências, entidades governamentais – com baixa capacidade de execução e que não se justificam operacionalmente. Paralelamente, áreas e funções essenciais à sociedade são deixadas de lado, operam mal, funcionam precariamente, recebem recursos no limite mínimo das obrigações legais, e assim comprometem os serviços à população, como é o caso exemplar dos serviços de saúde.

Transcorridos doze anos de uma dominação político-ideológica enviesada, impõe-se uma ampla revisão e reorientação da máquina administrativa, para que volte a cumprir sua função social. Neste sentido, são necessários os seguintes passos:

- REESTRUTURAÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA

Realizar uma ampla Reforma Administrativa, digna desse nome, com revisão da estrutura organizacional, atualização conceitual, redefinição das funções dos órgãos e entidades da Administração Estadual e seus processos de trabalho, tendo como diretrizes:

- a) racionalização administrativa, com o objetivo de reduzir custos excessivos das atividades-meio e ampliação dos recursos destinados às atividades finalísticas, de modo a reforçar as políticas públicas e torna-las mais eficientes e efetivas;
- b) implantação de mecanismos de controle de resultados;
- c) aprimoramento dos processos regulatórios dos serviços públicos, especialmente como instrumentos de promoção da equidade e acessibilidade da população aos serviços públicos, especialmente os de saúde;
- d) fomento à inovação no setor público, com vistas à melhoria dos processos e soluções administrativas na prestação dos serviços à sociedade;
- e) menos concentração nas atividades burocráticas e mais ênfase nas unidades operacionais, aquelas dedicadas ao atendimento à população.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Criar um novo modelo de excelência de gestão, com a introdução do planejamento estratégico – com objetivos e metas claras a serem cumpridas pelos gestores públicos – da cultura de avaliação e auto-avaliação permanentes, a exemplo do que foi adotado com êxito na Prefeitura de Salvador, desde 2013, com excelentes resultados.

O Estado deverá instituir mecanismos de fortalecimento do caráter horizontal das ações governamentais, com a implementação de um sistema integrado de acompanhamento financeiro da execução dos programas estaduais e sua avaliação.

POLÍTICA DE PESSOAL

Revisão da política de pessoal, dos seus quadros de lotação e de sua estrutura remuneratória, reavaliando, inclusive, as volumosas contratações pelo REDA e nomeações para cargos comissionados, realizadas ao longo dos últimos anos como forma de fugir dos concursos públicos e acolher apaniguados políticos.

RETOMADA DO PLANEJAMENTO

Revigorar a Secretaria do Planejamento, com foco no planejamento estadual de médio e longo prazo, no desenvolvimento regional, pondo em destaque o seu papel integrador das políticas públicas, a sua liderança na articulação das políticas de base territorial e sua função essencial na produção das informações estatísticas e geográficas – indispensáveis a todo o setor público e à sociedade, além de cuidar da pauta econômica estadual, atualmente acéfala.

REGIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Aproximar a máquina administrativa da população e coloca-la a seu serviço, mediante a implantação de i) unidades regionais de gestão de setores-chave na resolutividade das relações do Estado com o Cidadão, ii) implantação de unidades operacionais de prestação de serviços, e iii) disponibilização de instrumentos e mecanismos para o fortalecimento institucional e econômico das Regiões. Uma plataforma mínima e inicial de atividades e serviços se comporá de:

Grupo A: Unidades Administrativas, destinadas à Gestão Regional dos Serviços:

- Escritório Regional da Saúde
- Escritório Regional da Educação
- Escritório Regional da Segurança Pública
- Escritório Regional do Meio Ambiente
- Escritório Regional de Desenvolvimento Rural

Grupo B: Unidades Operacionais, destinadas à prestação direta de serviços à população:

- Unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão
- Unidade(s) da Nova Escola Média
- Campus de Universidade Pública Estadual
- Hospital Regional
- Unidade do Serviço de Intermediação de Mão-de-Obra – colocação e treinamento
- Batalhão da Polícia Militar
- Unidade do Corpo de Bombeiros

GRUPO C: Serviços de interesse regional, destinados à integração e ao desenvolvimento:

- Plano e Programa Regional de Desenvolvimento
- Conselho Regional de Desenvolvimento
- Programa Regional de Transportes e Logística

CONTROLE INTERNO

Criar a Controladoria Geral do Estado, prometida desde 2007, corrigindo uma lacuna existente na estrutura de controle da regularidade dos atos da Administração Pública, em linha com a moralidade e o combate à corrupção, promovendo a melhoria nos processos de controle e transparência da gestão pública.

A inexistência da Controladoria, que também gerenciará a política de transparência, faz com que a Bahia ocupe hoje o penúltimo lugar no Ranking da Transparência – Governos Estaduais, medido pelo Ministério Público Federal. O índice baiano inclusive caiu de 5,0 para 4,1, entre a primeira e a segunda avaliações, como se pode verificar no endereço eletrônico <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/arquivos-pdf/ranking-da-transparencia-2a-avaliacao-ba.pdf#>.

PRATICAR O GOVERNO ELETRÔNICO E A DESBUROCRATIZAÇÃO

Implantar programas de desburocratização e de simplificação no atendimento ao Cidadão, levando o conceito exitoso do SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão, para todas as ações que relacionem o Estado com o Cidadão, reduzindo assim os atendimentos específicos em cada órgão ou setor de atividade, eliminando custos, melhorando o gerenciamento, economizando o tempo do cidadão, e por consequência, melhorando a qualidade do atendimento em sistemas unificados.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Estimular a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais, como meio de fortalecimento da economia local, considerando a grande geração de empregos, assim como das cooperativas, face a sua condição de forma solidária de exercício da atividade econômica e de organização da produção, com forte impacto social.

GESTÃO FISCAL

A situação de desequilíbrio que caracterizou a gestão das finanças públicas do estado da Bahia, nos últimos 11 anos (2007 a 2017), é claramente denunciada por fatos diversos, expostos abaixo, todos extremamente graves, que poderiam até mesmo justificar a desaprovação das contas do governo. Por óbvio, não há como o governo do estado induzir, liderar, nem muito menos iniciar a instauração de um novo ciclo sustentável de expansão e qualificação dos serviços sociais e dos investimentos em infraestrutura, sem que a gestão das finanças públicas estaduais seja devidamente submetida a rigoroso regime de equilíbrio fiscal.

DESCONTROLE DAS DESPESAS

As despesas do estado não podem ser mantidas na condição de severo descontrole em que se encontram nesses últimos anos. Como mostra a tabela abaixo, o estado da Bahia gerou expressivos déficits orçamentários, resultantes, como se sabe, da realização de despesas totais superiores às correspondentes receitas, em cada um dos exercícios fiscais já concluídos do mandato do atual governador, ou seja, em 2015, 2016 e 2017, somando um montante de R\$ 1,28 bilhão nesses três anos.

EXERCÍCIO FISCAL	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	RESULTADO PRIMÁRIO	RESULTADO NOMINAL
2015	-222	-570	4.765
2016	-716	- 1.118	351
2017	-345	-843	1.214
Total Acumulado	- 1.283	- 2.531	6.330

Em R\$ milhões

Como se vê na tabela, o descontrole é verificado nos mesmos três últimos exercícios fiscais, no que diz respeito à diferença entre as receitas e as despesas primárias, ou seja, ao chamado Resultado Primário, que alcançou um déficit acumulado de R\$ 2,53 bilhões nesses três exercícios. Isso significa que, ao invés de poupar para fazer frente ao pagamento de sua dívida, o estado da Bahia preferiu permitir-se gastar mais do que arrecadou em receitas não financeiras.

Já o Resultado Nominal, que aponta a evolução da dívida pública e, portanto, quanto mais negativo melhor, apresentou, como esperado, um crescimento positivo de R\$ 6,33 bilhões, no triênio 2015-2017, valor esse que designa um expressivo aumento da dívida pública estadual no período.

Esses resultados deficitários tornam absolutamente evidente o fato de que o estado da Bahia encontra-se desprovido de qualquer capacidade de poupança para fazer frente a eventuais crescimentos de despesa, com consequente vulnerabilidade para o pagamento de suas dívidas.

DISPONIBILIDADES NEGATIVAS DE CAIXA

Por seis anos seguidos, entre 2011 e 2016, a gestão do caixa do estado da Bahia produziu, de forma contumaz, disponibilidades negativas de recursos financeiros não vinculados, o que significa dizer que não possuía disponibilidade para honrar todos os seus compromissos.

Com isso, nada menos do que R\$ 7,8 bilhões de obrigações financeiras, assumidas nesse período, não foram honradas nos respectivos exercícios, nem sequer puderam ser inscritas como restos a pagar, por insuficiência de disponibilidade de caixa.

O quadro abaixo exhibe os montantes anuais que configuram essa situação, revelando, inclusive, a inexpressividade do nível positivo das disponibilidades de caixa alcançado em 2017.

DISPONIBILIDADE EFETIVA DE CAIXA							
Detalhamento	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Disponibilidade Líquida de Caixa	1.076	2.862	3.425	4.267	4.541	3.864	4.022
Recursos Vinculados	3.054	4.976	5.641	4.652	5.021	4.301	3.935
Recursos Não Vinculados	-1.978	-2.114	-2.416	-383	-478	7	87
Recursos Não Classificados			201	-2	-1	-444	

FONTE: RGF/SEFAZ-BA

USO EXACERBADO DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA)

Diante do desequilíbrio resultante da falta de capacidade de poupança e do descontrole da Disponibilidade de Caixa, o estado da Bahia enveredou por um verdadeiro descalabro no uso indevido das chamadas Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), as quais, a despeito de serem previstas em Lei como de caráter excepcional, não raro, como ocorreu no presente caso, são usadas para encobrir desequilíbrios orçamentários, falsear positivamente os indicadores fiscais e mascarar a transparência das contas públicas divulgadas à sociedade.

De fato, no caso concreto do estado da Bahia, elas chegaram a somar enormes fatias das Receitas Correntes Líquidas, como os 6,06%, de 2015, equivalentes a todas as despesas somadas realizadas naquele ano pelo governo do estado com saneamento, gestão ambiental, habitação, ciência e tecnologia, agricultura, esporte e lazer, comunicações e reforma agrária.

Ademais, consoante se pode observar na figura a seguir, e a menos que se trate de nada mais que uma mera coincidência, um padrão de uso preferencial desse expediente em anos eleitorais parece muito bem demonstrado nos pares 2010-2011 e 2014-2015.



FONTE: Revista BNDES 48; SICONFI/STN; RREO/SEFAZ-BA.

Afinal, enquanto os volumes de DEA, em 2012 e 2013, limitaram-se à casa dos R\$ 480 milhões, no ano eleitoral de 2014, eles praticamente dobraram para mais de R\$ 930 milhões. Já em 2015, exercício em que as DEA serviram para cobrir obrigações assumidas sem lastro orçamentário no exercício do ano eleitoral de 2014, elas mais que triplicaram os montantes de 2012 e 2013, chegando a R\$ 1,650 bilhão. Como se observa, ainda que com valores relativamente menores, esse mesmo padrão está também claramente evidenciado nos quatro anos anteriores, de 2008 a 2011. A exceção, nesse contexto, sem qualquer demonstração de comportamento anômalo, é o biênio 2006-2007, de linha política contrária, que não evidencia predileção nenhuma no uso exacerbado das DEA em período eleitoral.

Ou seja, o fato concreto revelado pelos montantes de recursos pagos como DEA pelo Governo da Bahia, no período que engloba as duas últimas eleições estaduais, sugere uma nítida exacerbação no uso desse expediente nos próprios anos eleitorais e, especialmente, nos anos imediatamente subsequentes.

No caso de não se tratar de coincidência, mesmo que repetida, uma explicação razoável para essas constatações é o mínimo que merece o contribuinte baiano.

COMPROMISSOS COM O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Como só ocorre em situações dessa natureza, a irresponsabilidade fiscal, que afetou dramaticamente a capacidade de poupança e a liquidez financeira do governo do estado, resultou em perdas para a Bahia, tal como a reprovação de sua Capacidade de Pagamento, com Nota "C", pelo Tesouro Nacional, o que significa que o estado está impedido de receber aval da União para realizar novas operações de crédito.

Diante dessa verdadeira calamidade, a primeira proposta que aqui se assume é de compromisso absoluto com a responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas estaduais.

Dessa primeira proposta resultará, subsidiariamente, o compromisso, que ora também se assume, de retirar a Bahia da atual condição de reprovada em Capacidade de Pagamento, dentro, no máximo, dos três próximos exercícios fiscais, elevando sua atual Nota de "C" para "A", que é o conceito mais alto de aprovação - por sinal, já ostentado tanto pelo município de Salvador quanto pelo de Feira de Santana.

Por oportuno, registra-se que a Nota "A" em Capacidade de Pagamento pressupõe: (I) uma Dívida Corrente Bruta inferior a 60% da Receita Corrente Líquida; (II) uma Poupança Corrente correspondente à realização de despesas correntes em montante inferior a 90% das receitas correntes; e (III) um Índice de Liquidez, ou seja, a razão entre o valor das Obrigações Financeiras e o das Disponibilidades de Caixa inferior a 1. Assinale-se também que a Poupança Corrente leva em conta o comportamento desse indicador durante os três últimos exercícios, o que impõe o prazo de três exercícios fiscais, acima estabelecido, para a reversão da atual situação.

Cumpra aqui ressaltar que o esforço devotado a esse compromisso não terá como propósito a mera melhoria simbólica de imagem do estado. Ao contrário disso, o propósito almejado é concretamente

pragmático, na medida em que ele reabilita a capacidade de realização de operações de crédito pelo governo do estado, permitindo que investimentos importantes para o atendimento das grandes demandas da Bahia, vinculadas ao seu desenvolvimento econômico e social, venham a ser efetivados.

COMPROMISSO COM A NÃO ELEVAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Embora pareça paradoxal, é fato concreto que, a despeito de todos os excessos acima expostos, com a contumaz realização de despesas em montantes superiores às receitas correspondentes, o Governo da Bahia não economizou na elevação da carga tributária nos últimos anos.

Com efeito, o governo da Bahia implementou mudanças na legislação tributária que implicaram brutal aumento na carga tributária, destacando-se a majoração das alíquotas do ICMS e do ITD; a criação de taxa de serviços nos distritos industriais; e a imposição de contrapartida pecuniária aos beneficiários de programas de incentivos fiscais, conforme detalhado a seguir.

MERCADORIA / SERVIÇO (A PARTIR DO MÊS INDICADO)	AUMENTO NOMINAL	AUMENTO EFETIVO DA CARGA
Gasolina (março de 2015) e Serviço de Comunicação (março de 2013)	27% para 28%	5,14%
Óleo Diesel (maio de 2017) – redução da base de cálculo	-17% para 18%	7,17%
Mercadorias em Geral e Serviços Tributados pelo ICMS, menos os sujeitos a alíquotas específicas (março de 2016)	-17% para 18%	7,17%
Cigarros e Congêneres (março de 2016)	27% para 30%	15,87%
Refrigerantes, Cosméticos, Energéticos e Isotônicos (março de 2016)	17% para 20%	22,06%
Cervejas e Chopes (Janeiro de 2014)	17% para 25%	62,75%
Aguardentes (Janeiro de 2014)	17% para 27%	80,58%

Como se vê, o nível do aumento da carga tributária efetiva, promovido pelo governo do estado, entre 2013 e 2016, foi extremamente elevado para as aguardentes (80%) e as cervejas (62%) - e bastante alto para os refrigerantes, cosméticos ou energéticos (22%), bem como para os cigarros e congêneres (16%). As mercadorias em geral, não sujeitas a alíquotas específicas, sofreram uma ampliação da carga efetiva de 7%.

No que tange aos combustíveis, o governo do estado elevou a alíquota da gasolina de 27% para 28%, em março de 2015, promovendo, assim, um aumento de 5,14% na carga tributária efetiva, reforçando a posição da Bahia como um dos estados que mais tributa a gasolina. Já o óleo diesel teve sua base de cálculo elevada de 17% para 18%, a partir de maio de 2017, com aumento de carga efetiva de 7,17%.

A alíquota do ITD sobre operações de doação de bens e direitos foi elevada de 2% para 3,5%, o que configura um aumento de 75% da carga efetiva.

Além de todos esses aumentos de impostos, foi instituída uma taxa de prestação de serviços por ocupação de espaço nos Distritos Industriais do Estado, no valor de R\$ 0,50 por metro quadrado, posteriormente reduzida para R\$ 0,09/m², por força da reação do setor industrial, impondo carga tributária adicional às indústrias localizadas nos distritos administrados pelo estado.

Igualmente, o governo do estado promoveu a redução de benefícios fiscais, pela instituição, a partir de setembro de 2016, da exigência de depósito de 10% do valor do benefício fiscal e financeiro obtido por meio de programas de estímulo ao desenvolvimento industrial, vinculados ao ICMS, sob pena de perda de tais incentivos, configurando flagrante quebra de contratos e imposição de ônus adicionais, não previstos quando da concessão dos incentivos, e, por consequência, gerando indisfarçável ambiente de insegurança jurídica, comprometendo, por óbvio, as políticas de atração de investimentos para o estado.

Destinado ao Fundo de Combate à Pobreza, para dar a impressão de um destino nobre, os recursos passaram, posteriormente, a pagar salários de servidores públicos.

Diante dessa lamentável situação, à vista do rigor e da responsabilidade fiscal que serão a marca da gestão fiscal do estado, é aqui assumido o compromisso de que **não haverá aumento de impostos estaduais no período de 2019 a 2022.**

CORAGEM PARA MUDAR A BAHIA

Por tudo que foi exposto neste conjunto de propostas e pelo que ouvimos das pessoas em cada canto do estado, mudar a Bahia é mais do que apenas um slogan de campanha, é uma necessidade real e urgente para os baianos.

As propostas reunidas neste plano, elaboradas por técnicos competentes e experientes, são o ponto de partida para essa mudança tão necessária. Agora, é hora de aprofundar essas ideias, receber críticas e sugestões, e aprimorar o que precisa ser aprimorado. É assim que vamos para encontrar o melhor caminho para o futuro da Bahia.

O candidato da nossa coligação, José Ronaldo de Carvalho, tem mais do que a experiência de quem foi quatro vezes prefeito da maior cidade do interior baiano, além de deputado federal e estadual. Zé Ronaldo tem a vivência de quem nasceu no sertão e sentiu na pele o que é viver numa pequena cidade sem energia elétrica e água encanada. Ter no governo da Bahia alguém com essa trajetória, marcada pelo trabalho, coerência e honestidade, será uma grande mudança de paradigma.

Mas a mudança não vem do interior apenas porque temos um candidato nascido longe da capital. Ela vem do interior de cada um de nós, vem da nossa reflexão da Bahia que temos e da Bahia que queremos, do que é a nossa realidade e do que poderia ser. Essa mudança vem do íntimo de cada cidadão que vive com medo da violência que tomou conta do estado, que sofre à espera de um exame ou cirurgia na fila da regulação, que está sem emprego por causa da estagnação econômica agravada pelos governos petistas ou em cada jovem sem perspectiva de futuro, numa escola estadual sem qualidade. A mudança virá do interior dessas milhões de pessoas.

E essa mudança vai recolocar a Bahia no bom caminho, no rumo do desenvolvimento, da gestão responsável, da transparência e da vontade de trabalhar para melhorar de verdade a vida das pessoas. A Bahia precisa voltar a ser um estado seguro, bom para trabalhar e para viver. Temos que retomar nossa liderança regional, aproveitar nossas potencialidades para avançar e voltar a ser a 6ª economia do Brasil, como fomos até bem pouco tempo. A Bahia é muito maior do que é hoje e nossa gente, como diria um dos nossos mais brilhantes filhos, nasceu para brilhar, não para morrer de fome.

Por tudo isso, temos a convicção que vamos mudar a Bahia, com a união de todos, com boas propostas e, sobretudo, com coragem pra encarar o desafio de vencer nas urnas e depois fazer as transformações necessárias para que nosso estado se reorganize, melhore e possa voltar a dar esperanças a todos que vivem aqui, seja em Salvador ou na menor e mais distante cidade do semiárido. A Bahia pode e vai voltar a sorrir.